

Pontifícia Universidade Católica De São Paulo
PUC-SP

Raimundo Carvalho Gordiano

A missionariedade da Igreja na Diocese de Coari

Mestrado em Teologia

São Paulo

2017

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC- SP

Raimundo Carvalho Gordiano

A missionariedade da Igreja na Diocese De Coari

Mestrado em Teologia

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do Título de Mestre em Teologia Prática com concentração em Missiologia, sob a orientação do Prof. Dr. Pe. Kuniharu Iwaschita.

São Paulo

2017

Banca Examinadora-

AGRADECIMENTOS

À Igreja Diocesana de Coari, na pessoa de Dom Marcos Piatek que possibilita e investe na formação de seus evangelizadores.

Aos missionários redentoristas e às irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo e a todos os religiosos e religiosas que têm vivenciado a evangelização nessa Igreja Local.

Aos missionários da Sociedade das Missões Estrangeiras de Quebec que me despertaram o ardor pelo ímpeto missionário.

Ao clero diocesano, com destaque a Francisco José Lima, Elcivan Alencar, Francisco Agnaldo, e Antônio de Melo Cardoso, cuja experiência de mestrado me inspirou confiança nessa trajetória de pesquisa.

À minha família que procura alimentar o gosto e o incentivo pelo aprofundamento dos estudos.

Aos amigos de longas datas e aos novos companheiros e companheiras na vida e na pesquisa científica.

À Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, aos professores, funcionários e colegas de estudo.

Ao meu orientador Prof. Dr. Pe. Kuniharu Iwaschita pelo acompanhamento e incentivo.

A Dom Pedro Cipollini e ao Pe. Roberto Marangon que me acolheram na Diocese de Santo André, convivendo na paróquia São João Batista do Rudge Ramos.

Aos amigos da paróquia São João Batista pelas orações, acolhida e partilha de vida.

Aos amigos Gilberto, Maristela Guimarães e Sandra Helena de Souza Pereira pelas revisões e sugestões.

À Adveniat pelo apoio financeiro.

Em tudo demos sempre Graças e Louvores ao Senhor, especialmente por Ele contar com nossa colaboração em sua obra.

RESUMO

A Igreja tem sua origem, fonte e plenitude na pericorese trinitária. O movimento interno da comunhão divina é transbordante de vida. O Povo de Deus é envolvido na missão criadora e salvadora de Deus. Essa perspectiva eclesiológica foi aprofundada e assumida no Concílio Vaticano II. Esta pesquisa retrata uma leitura da missionariedade da Igreja na Diocese de Coari. Aponta três facetas assumidas e construídas ao longo de seus cinquenta anos de evangelização: a eclesiologia, a ação sociopastoral e a missionariedade enquanto vivência evangelizadora e reflexão pastoral. As fontes primárias são a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* e o Decreto *Ad Gentes*. As fontes bibliográficas, os textos do Magistério e da Tradição fundamentam e ajudam a indicar perspectivas da missão da Igreja Local e suas inspirações para a comunhão do Povo de Deus. A Diocese é missionária e continua sua construção. Necessita sempre atualizar sua ação evangelizadora. Instalada no ambiente da cultura tradicional amazônica, tem diante de si a forte presença da cultura urbana. A diocesaneidade convida a pensar e atualizar a missão a fim de renovar-se permanentemente como Igreja Missionária.

Palavras-chave: Missão, missionariedade, Igreja Local, Vaticano II, Diocese de Coari.

ABSTRACT

The Church has its origin, source and fullness in Trinitarian pericorese. The inner movement of divine communion is overflowing with life. The Church is involved in the creative and saving mission of God. This ecclesiological perspective was deepened and assumed in the Second Vatican Council. This research portrays a reading of the missionary nature of the Church in the Diocese of Coari. It points out three facets taken over and built during its fifty years of evangelization: ecclesiology, sociopastoral action and missionary life as evangelizing and pastoral reflection. The primary sources are the Dogmatic Constitution *Lumen Gentium*, the Pastoral Constitution *Gaudium et Spes* and the *Ad Gentes* Decree. The bibliographical sources, the texts of the Magisterium and the Tradition are based and help to indicate the perspectives of the mission of the Local Church and its inspirations for the communion of the People of God. The diocese is missionary and continues its construction. You always need to update your evangelizing action. Installed in the ambience of the traditional Amazonian culture, the presence of urban culture has a strong presence. Diocesanism invites us to think and update our mission in order to renew ourselves permanently as a Missionary Church.

Keywords: Mission, missionary, Local Church, Vatican II, Diocese of Coari.

SIGLAS

AA- Decreto *Apostolicam Actuositatem*, do Concílio Vaticano II
AG- Decreto *Ad Gentes*, do Concílio Vaticano II
ASC- Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo
APP- Assembleia Prelática de Pastoral.
CDC- Código de Direito Canônico
CD- Decreto *Christus Dominus*, do Concílio Vaticano II
CEBs- Comunidades Eclesiais de Base
CELAM- Conselho Episcopal Latino-Americana
CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
DAp- Documento de Aparecida
DdB- Diretório para o ministério pastoral dos bispos
DCE - Carta Encíclica *Deus Caritas Est*, de Bento XVI
DGAE- Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil
DM- Documento de *Medellin*
DP- Documento de Puebla
EG- *Evangelii Gaudium*: Exortação apostólica, de Francisco
EN- *Evangelii Nuntiandi*, de Paulo VI
GS- Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, do Concílio Vaticano II
IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
LG- Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, do Concílio Vaticano II
MEB- Movimento de Educação de Base
OT- Decreto *Optatam Totius*, do Concílio Vaticano II
PPC- Plano de Pastoral de Conjunto, 1966-1970, da CNBB
PPEv- Plano Pastoral de Evangelização 2015 -2019, da Diocese de Coari
RM- Carta Encíclica *Redemptoris missio*, de João Paulo II
SME- Sociedade das Missões Estrangeiras

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	03
RESUMO	04
ABSTRACT.....	05
SIGLAS.....	06
INTRODUÇÃO.....	09
PRIMEIRO CAPÍTULO: A IDENTIDADE DA IGREJA NO VATICANO II... 12	
I. A visão eclesiológica na LG.....	12
1. A Igreja e a Comunhão Trinitária	12
2. A Igreja, sinal e instrumento de Salvação.....	17
3. A Igreja Povo de Deus	19
II. A presença da Igreja no mundo segundo a GS.....	25
1. A Igreja no mundo	26
2. A pessoa humana	28
2.1. A pessoa enquanto indivíduo	29
2.2. A dimensão comunitária da pessoa	30
2.3. A dimensão social	32
3. Novas atitudes	33
3.1. Solidariedade	34
3.2. Atenção aos sinais dos tempos	35
3.3. Atitude dialogal.....	36
III. A Igreja, missionária da Santíssima Trindade	39
1. Missão e missões	39
1.1. Amor trinitário: origem da missão.....	39
1.2. A ação salvífica de Deus: essência missionária da Igreja.....	40
1.3. Lugar de vivência e realização da missão	41
2. Agentes da missão	42
2.1. Todo o Povo de Deus	42
a) Os bispos	43
b) Presbíteros e diáconos.....	44
c) Religiosos e religiosas.....	44
d) Cristãos leigos	45

2.2.	As Igrejas particulares.....	45
2.3.	Institutos religiosos e Congregações.....	46
3.	Conteúdo da missão.....	47
3.1.	A boa-nova da salvação	47
a)	Testemunho de vida (AG 11-12).....	47
b)	Pregação do Evangelho (AG, 13).....	49
3.2.	Tradição e tradições	49
3.3.	O Ecumenismo	50
3.4.	A teologia da missão.....	51
3.5.	A evangelização inculturada	51

SEGUNDO CAPÍTULO: A MISSÃO NOS CINQUENTA ANOS DE EVANGELIZAÇÃO DIOCESANA..... 53

I.	Traços históricos.....	53
1.	Primeiro período da evangelização	54
1.1.	A pré-evangelização	55
1.2.	Chegada dos missionários redentoristas e das irmãs Adoradoras	56
1.3.	A criação e instalação da Prelazia.....	58
1.4.	Primeiro prelado (infância pastoral).....	59
2.	Segundo período	60
2.1.	Segundo prelado (1974-1978).....	60
2.2.	O segundo bispo prelado (1978- 2009)	60
3.	Tempo de transição.....	62
3.1.	Dom Joércio Gonçalves.....	62
3.2.	Dom Marcos Piatek	62
4.	Traços da realidade no início da diocese.....	63
II.	Traços teológicos	64
1.	Construção da identidade eclesial.....	65
1.1.	As assembleias.....	65
1.2.	O planejamento.....	66
2.	O fortalecimento da identidade.....	69
2.1.	O povo se faz Igreja.....	70
a)	O ritmo das águas	70

b) A cultura oral.....	72
c) A peia.....	73
2.2. A Igreja se faz povo.....	73
a) Igreja Ribeirinha.....	74
b) Igreja de CEBs	75
c) Igreja de Comunhão e participação	78
III. Traços sociais da evangelização	81
1. Primeiras atuações	81
1.1. Educação escolar	82
1.2. Educação sócio pastoral.....	84
2. Tempos intensos	85
2.1. Questões preliminares.....	85
2.2. Associações e sindicatos.....	87
2.3. A preservação de lagos	88
3. Outras exigências e possibilidades	89
3.1. ‘O efeito gasoduto’	90
3.2. As campanhas sociais	92
3.3. A nova articulação da caridade.....	94
IV. Traços missiológicos.....	95
1. No Contexto do Vaticano II	95
1.1. Missão no pré-Concílio	96
1.2. Missão no Concílio Vaticano II.....	97
1.3. Missão no pós-Concílio	99
a) Evangelii Nuntiandi.....	100
b) Redemptoris Missio.....	101
c) De Medellin a Aparecida	102
d) Evangelii Gaudium.....	103
2. Três fases missionária da Prelazia.....	105
2.1. Terra de missão	105
a) As bases da ação pastoral	106
b) A eclesialidade amazônica	106
2.2. Terra missionária que partilha de sua pobreza	107
a) Envio de um padre diocesano.....	108

b) Religiosos filhos da Prelazia, partilha de vocações.....	108
c) Leigos enviados em missão além fronteira.....	108
2.3. Igreja em outros dinamismos missionários	109
a) Os dois últimos planos de evangelização	110
b) As experiências missionárias ‘interparoquiais’	111
c) Novas paróquias.....	111

TERCEIRO CAPÍTULO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS MISSIONÁRIAS NA DIOCESE DE COARI	114
I. Ação Pastoral.....	114
1. Traços da pastoral de conservação	115
II. Ação social	116
1. As pastorais sociais.....	116
2. Parcerias com as instituições e movimentos sociais.....	118
III. As atitudes missionárias e a diocesaneidade	119
1. As atitudes missionárias	119
2. A diocesaneidade	121
CONCLUSÃO.....	125
BIBLIOGRAFIA	129

INTRODUÇÃO

As inspirações missionárias do Concílio Vaticano II foram assumidas na Diocese de Coari no percurso de sua história. Ela é Povo de Deus a caminho, formada pelos habitantes da região do Médio Rio Solimões, com seus traços e heranças socioculturais. Sobre essa caminhada missionária versa essa pesquisa desenvolvida em vista de analisar a história da Diocese de Coari, à luz da missionariedade da Igreja Universal desenvolvida no Concílio Vaticano II.

Partindo dos princípios gerais da missão apresentadas no Concílio, essa pesquisa fundamenta-se nas fontes do Magistério e nas obras de teólogos, pesquisadores que ajudam a dar solidez ao tema principal abordado. Breves recorrências às fontes documentais da Igreja Local ajudam a confirmar alguns dados apresentados. O texto está organizado em três capítulos, como segue.

No primeiro capítulo indica-se que o Concílio Vaticano II inaugurou um novo momento na Igreja. Os princípios fundamentais de sua identidade foram confirmados e enriquecidos com as novas situações do mundo moderno. Estas serviram de inspiração ao exercício da missão. O conteúdo fundamental – Escritura, Tradição e Magistério- não sofreu alteração. Atualizou-se o modo de comunicá-lo. Manteve-se o respeito à sua essência, enquanto obra iniciada no seio da comunhão trinitária, considerando-se a importância e a influência da história humana e nela, seu desenvolvimento.

Como ressonância dessa postura, a Igreja continua sua presença junto aos povos, com olhar e atitude diferentes. Compreende-se o mandato missionário de Jesus, não apenas como uma tarefa pontual, limitada a alguns enviados às ‘terras de missão’, porque não há mais alguns lugares específicos para a atividade missionária. A missão é sua natureza essencial e existencial (histórica). Embora haja exigências e responsabilidades em diferentes graus, todos os cristãos são inseridos na mesma obra salvadora de Cristo que lhe foi confiada. Nesse sentido é a missão que abarca a Igreja, enviando-a ao mundo como sinal e instrumento da presença de Deus e de sua ação salvadora.

No segundo capítulo, é apresentada uma leitura da missão desenvolvida nos cinquenta anos de evangelização diocesana. A Diocese é fruto da vitalidade e dinamismo eclesial, junto com outras Igrejas Locais. Criada em 1963 e instalada em 1964, no período do Concílio, como Prelazia, é elevada à Diocese em 2014. Nesse recorte de tempo, sua história revela a presença e desenvolvimento de muitos dos elementos refletidos e aprovados pelos padres

conciliares. Os passos percorridos trilham na direção dos avanços e atualização da compreensão e efetivação da missionariedade, embora haja registro de alguns recuos.

Em linhas gerais, os passos percorridos abarcam os seguintes elementos: a compreensão da região da diocese como terra de missão, a receber missionários e recursos do exterior; o investimento no desenvolvimento integral das pessoas no campo religioso, social e cultural, visibilizando-se nas escolas construídas, nos primeiros serviços de saúde e no fomento à organização das CEBs e luta pelos direitos dos trabalhadores. As comunidades e paróquias que foram surgindo e o investimento na formação de lideranças tornou-se parte natural da evangelização.

O investimento na formação de agentes se traduz no esforço do Ordinário local no sentido de envolver o laicato no planejamento participativo, em busca de uma pastoral de conjunto. Verifica-se nesse processo o despertar da confiança das lideranças em sua capacidade de exercer os ministérios e serviços e de assumir posturas ativas diante das situações da vida, sobretudo, frente às injustiças sociais.

A formação das lideranças ajudou a despertar e preparar ministros evangelizadores. Surgiram candidatos à vivência missionária além-fronteiras, à vida religiosa e ao clero diocesano. Esse processo continua desenvolvendo-se. Não mais se concebe como missionários apenas os estrangeiros, mas, se incentiva a missionariedade no sentido de despertar o olhar das lideranças para as situações locais que exigem maior atenção. Há um acentuado número de agentes cuja caminhada revela um crescimento nessa direção.

No terceiro capítulo, os desafios e perspectivas missionárias convidam a alargar os horizontes de atuação evangelizadora na sociedade, no ambiente urbano em comunhão diocesana. Das fragilidades missionárias do momento presente há o risco frequente da atenção pastoral autocentrada, focada mais nas estruturas e finanças do que nas pessoas e nos processos de formação e renovação da fé, da vida e da missão. Limita-se a preocupação pastoral aos detalhes ‘*ad intra*’ da comunidade (finanças, manutenção, construção de prédios, e etc). O trato com as pessoas e a preocupação com as realidades ‘*ad extra*’ são ofuscadas. Por outro lado, ao reconhecer os riscos e desafios da pastoral de conservação, apontam-se as possibilidades para maior abrangência no serviço pastoral na sociedade através das parcerias com os diversos grupos e atores sociais, com destaque aos Conselhos Municipais.

Essa pesquisa leva em consideração a diocesaneidade¹ enquanto envolvimento afetivo, efetivo e corresponsável pela Igreja Local por parte do autor do texto, bem como se valoriza a atualidade do tema da missão, suas implicações e os desafios efervescentes da realidade na qual a Igreja encontra-se inserida ora influenciando comportamentos, ora sendo influenciada pelas tradições culturais de seus povos. Há riscos e desafios que podem ofuscar o desenvolvimento missionário vivido na continuidade de sua história. Urge reafirmar e renovar a consciência dessa missionariedade, para rememorar o ardor de outrora e apontar os novos caminhos que o tempo atual indica.

Considerando esses elementos e suas consequências na vida dessa Igreja Local, além de aprofundar o conhecimento da missão assumida, e em desenvolvimento, pretende-se que a história dessa missão eclesial seja iluminada pela reflexão teológica e, que se apresente à teologia alguns elementos de contextualização a partir da missão da Igreja do povo do Médio Rio Solimões onde a diocese está situada.

¹ Diocesaneidade refere-se à relação do fiel com sua diocese. JOÃO PAULO II. *Exortação Apostólica pós-sinodal Pastore Dabo Vobis* sobre a formação dos sacerdotes nas circunstâncias atuais. (Roma 25 de março de 1992). Libreria Editrice Vaticana, 81.

PRIMEIRO CAPÍTULO: A IDENTIDADE DA IGREJA NO VATICANO II

A Diocese de Coari e seu dinamismo missionário é o objeto de estudo desta pesquisa. Sua inspiração fundamental, que nasce da Palavra de Deus, vem filtrada pela iluminação teológica do Concílio Vaticano II. Neste primeiro capítulo verificam-se as expressões missiológicas conciliares mais fundamentais, que foram assumidas na Igreja Local ao longo de sua história. Atento aos aspectos teológicos do Concílio, enfatiza-se a compreensão eclesiológica desenvolvida, sobretudo, na Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. Outro aspecto a ser evidenciado é a atuação eclesial no mundo segundo a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, bem como almeja-se relacionar a visão missiológica apresentada no Decreto *Ad Gentes*, à eclesiologia e ação pastoral da Igreja².

I. A visão eclesiológica na LG

O Concílio Vaticano II renovou a Igreja, atualizando-a para os tempos modernos nos quais ela está inserida. Na verdade, mais que propor inovações acidentais, retomou-se os fundamentos originais da fé cristã em vista de oferecer respostas, com sentido, às eternas questões da humanidade. Uma pergunta a qual necessita-se enfrentar, num processo de renovação ou transformação, é sobre a identidade. O que dizer de si mesmo? As respostas podem vir de muitas fontes. No Concílio a Igreja reunida foi confrontada com essa questão³. Procurou fundamentar sua resposta na Sagrada Escritura, na Tradição e no Magistério. A pericorese da Trindade ilumina a experiência conciliar e inspira a autorreflexão eclesial, sendo aqui apresentada sob três elementos: comunhão trinitária, sinal e instrumento de salvação e, Povo de Deus.

1. A Igreja e a Comunhão Trinitária

A Santíssima Trindade, comunhão perfeita e dinâmica é fonte geradora de vida em si mesma e para além de si, em permanente movimento de acolhida e doação, transbordamento e

² Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja; Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no Mundo de hoje; Decreto *Ad Gentes* sobre a atividade missionária da Igreja. In: Compêndio do Vaticano II Constituições, Decretos e Declarações. Petrópolis: Vozes, 17ª ed., 1984. Doravante a referência será LG, GS, AG respectivamente.

³ CALIMAN, Cleto. Povo de Deus/Igreja. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner L (orgs). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2015, p. 759.

criação. Ela é a fonte da vida da Igreja. Conforme diz FORTE “A origem trinitária da Igreja é apresentada quando se descreve a economia da salvação: o fim do desígnio livre e arcano, gratuito e insondável do Pai é a elevação dos homens à participação na vida divina”⁴ (cf. LG, 2).

Com efeito, a Constituição Dogmática sobre a Igreja inicia pela exposição de seu ‘Mistério fontal’ na Santíssima Trindade: a vontade do Pai de “elevar os homens à participação da vida divina” (LG, 2), a vinda do Filho “que inaugurou na terra o Reino dos Céus, revelou-nos seu mistério e por sua obediência realizou a redenção” (LG, 3), e, a perene santificação realizada pelo Espírito Santo enviado no dia de Pentecostes (LG, 4). Pela vontade do Pai, tudo foi criado por amor. Pela ação do Filho tudo é redimido, superando-se as falhas no uso inadequado dos dons que ocasiona o afastamento do amor. E tudo é santificado e renovado pela ação do Espírito. “Assim a Igreja toda aparece como um povo unido pela unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo” (LG, 4). Ela é plasmada pela Trindade, sua “origem, forma e meta” final⁵.

A Santíssima Trindade é compreendida como fonte da comunhão eclesial, cuja força gera e envolve todo o Povo de Deus para enviar-lhe em missão. Aqui são expostos alguns elementos dessa ação trinitária que se realiza pelos sacramentos, com centralidade na Eucaristia, pela riqueza dos carismas dentre os quais a hierarquia e, pela ação da Igreja, que se torna na força do Espírito Santo, lugar de encontro entre Deus e a humanidade.

A ação Trinitária configurando a Igreja vem desde os primórdios. Ela é prefigurada desde o justo Abel (Gn 4,4s) e da aliança feita com Noé (Gn 8,21 – 9,17). É preparada no compromisso selado entre Deus e Abraão (Gn 12,1-3), donde lhe herda as promessas feitas pelo Senhor. É fundada nos atos fundantes de Jesus Cristo em sua vida terrena e por seu evento pascal. Tais atos são contemplados na escolha dos doze (Mt 10,2-4; Mc 3,13-19; Lc 6,13-16) na instituição da Nova e Eterna Aliança selada com seu corpo e sangue entregue na Eucaristia (Cf. Mt 26, 26-29; Mc 14, 22-25; Lc 22, 14-20; 1 Cor 11, 23-25) e na Cruz (Mt 27,50; Mc 15,37; Lc 23,46; Jo 19,30). O Novo Povo de Deus é manifestado em Pentecostes (At 2) como “a comunidade onde o Ressuscitado está presente [...] e prolonga sua missão”⁶.

Nesse movimento transbordante de Deus que gera a Igreja, realizam-se as imagens eclesiais apresentadas por Paulo, a saber: Povo de Deus (Rm 11,1-2; 2Cor 6,16); Corpo de

⁴ FORTE, Bruno. *A Igreja, Ícone da Trindade*. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 19.

⁵ SILVA, MF. Uma eclesiologia de Comunhão. In: *Revista de Cultura Teológica*, n. 76, out/dez 2011, p. 120; 122.

⁶ SANTOS, B.B. A perspectiva eclesiológica do Vaticano II, perfil da Igreja do terceiro milênio. In: *Revista de Cultura Teológica*, n. 26, 1999. p. 60-61.

Cristo com articulação entre Corpo Eclesial e Corpo Eucarístico (1Cor 10,16; 12,27...); Templo do Espírito Santo (Cf. Ef 4,30)⁷. Assim manifesta-se a unidade da Trindade na realidade da Igreja, pois quando o Pai chama para formar um Povo também com Ele e nele está o Filho gerado em sua interioridade e, o Espírito Santo que procede do Pai e do Filho⁸. De igual modo quando o Filho forma sua comunidade e quando o Espírito a manifesta e impulsiona à missão, é a Comunhão Trinitária que age.

A fonte originária da Igreja na comunhão da Santíssima Trindade apresenta-lhe consequências, enquanto perceber a comunidade una na diversidade. Pois, segundo Wolff, antes de tudo, vale ressaltar que a Igreja é uma fraternidade, uma comunidade de iguais. Não havendo diferença na dignidade fundamental, as distinções acidentais são apenas no âmbito dos serviços, como ocorre à hierarquia. Nela há distintos serviços e ministérios para que seu exercício favoreça o bem de todos. A hierarquia não pode ser substantivada, ela é um adjetivo para referir-se aos ministérios cuja função é de apascentar e ajudar os fiéis a fim de que todos cheguem à experiência da salvação (Cf. LG, 18). As funções hierárquicas exigem competência, autoridade e poderes especiais, mas não aumenta ou diferencia a dignidade fundamental na comunhão eclesial. Todos os ministros participam do ministério de Cristo. Assim assumindo-se, tornam-se, de fato, ministros de Cristo⁹.

Em consonância à essa compreensão, Libânio assente com o diferencial dessa visão para a identidade Trinitária da Igreja. No princípio original de Deus está a comunhão divina e não a solidão. Analogicamente pode-se afirmar que a comunhão Trinitária gera a comunhão do Povo de Deus e não a solidão da hierarquia. Nela o Pai, o Filho e o Espírito Santo são artífices principais. Por sua atuação e presença “a Igreja é descrita como atualização do Reino de Deus”. Isto é, anuncia, instaura e configura-se como começo e germe desse Reino¹⁰.

O teólogo Bruno Forte anui que a Igreja é Ícone da Santíssima Trindade:

“A leitura trinitária da comunhão eclesial estende-se assim da história das origens à história do presente e do futuro da Igreja: a Trindade se oferece como [...] resposta, não à questão ‘de onde vem a Igreja’, mas também às perguntas sobre o que seja a Igreja e para onde vai”. É uma imagem em permanente construção, em perene devir, “*semper reformanda*”.

⁷ Cf. SILVA, MF. Op. cit. p. 124-125.

⁸ Cf. DENZINGER, H. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. 43ª ed. Atualizada por J. Konings. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2015, n. 525-532.

⁹ WOLFF, Elias. Comunhão. *Dicionário do Concílio Vaticano II*, p. 165.

¹⁰ LIBÂNIO, J.B. *Concílio Vaticano II- em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 109.

Por isso mesmo necessita da contínua renovação, purificação e assistência do Espírito Santo¹¹.

Pela ação do Espírito Santo, a história torna-se espaço de atualização da encarnação. Por Ele é concebido o autor da Vida no seio Virginal de Maria. Ele faz a ação de Cristo continuar no meio da humanidade após a ascensão. Por sua atuação a história torna-se lugar da revelação e do encontro entre Deus e a humanidade. Através da encarnação do Verbo divino, a Trindade se dá a conhecer continuamente, pois tanto a encarnação quanto a revelação têm continuidade histórica. Nesse dinamismo pode-se afirmar “que a Trindade econômica é a Trindade imanente e vice-versa. Jesus Cristo não é a encarnação de Deus em geral, mas é a Palavra, o Verbo”¹². É Jesus quem revela esse mistério.

É bem verdade que a história não esgota a plenitude da revelação. “A revelação de Deus-Trindade não se esgota completamente na compreensão humana, qualquer que seja ela. Deus se revela velando-se. O Filho é plena revelação de Deus-Pai, ao mesmo tempo que, na sua finitude humana, sua pessoa remete a algo mais”¹³, mas a história torna-se o palco desse encontro revelador direcionado à plenitude na comunhão eterna com a Trindade.

Como continuadora da missão de Jesus, imprime-se à Igreja colocar-se como ‘lugar histórico’ de continuidade do encontro entre Deus e a humanidade:

“A comunhão eclesial é o lugar de encontro da história trinitária de Deus e da história humana, onde uma passa continuamente pela outra, para transformá-la e unificá-la e onde as vicissitudes deste mundo são conduzidas para a conclusão em Deus”¹⁴.

Concomitantemente entende-se todo o movimento e transformação que o Espírito gera na Igreja e na humanidade nessa experiência de encontro. Assim, a Santíssima Trindade é a fonte de onde emana o mistério da Igreja, a sua força de sustentação e o seu destino final; seu início, meio e fim; a origem, o caminho e a meta de sua existência.

A primeira resposta da Igreja na busca por compreender sua identidade, está no mistério da Trindade. Ela possui uma identidade de Comunhão Trinitária. Todavia, pode-se inquirir a respeito de como se compreende a comunhão. A comunhão pode ser entendida como o modo de relacionamento que busca a unidade em torno de um centro sob duas perspectivas.

¹¹ FORTE, Bruno. Op. cit. p. 22-24.

¹² BINGEMER, MCL. Um Deus para ser amado. Algumas reflexões sobre a doutrina trinitária em Karl Rahner. In: *Perspectiva Teológica*. Belo Horizonte, v. 36, n. 98, p. 132.

¹³ BUROCCHI, AM. Deus Trindade. In: *Horizonte*. Belo Horizonte, v. 10, n. 26, abr./jun, 2012, p. 524.

¹⁴ FORTE, Bruno. Op. cit. p. 51.

Numa delas, a unidade pode transbordar de si para atingir outras pessoas à sua volta numa força centrífuga, saindo de si para alcançar quem está distante. De outro modo, pode-se configurar como uma força centrípeta, que atrai para o centro e mantém todos sob seu poder. A comunhão Trinitária através da Igreja harmoniza-se com o movimento de Deus que, saindo de si, vem ao encontro da humanidade e torna cada pessoa na Igreja um centro irradiador de sua presença no meio do mundo. Isso tem incidência sobre a identidade missionária.

Pode-se conceber a comunhão na perspectiva vertical ou horizontal. Conforme Wolff, nos textos conciliares há várias referências sobre o tema, sem a clara definição do seu sentido. No entanto são visualizadas duas perspectivas: uma de cunho vertical e espiritual a qual é fundamental para fé, a esperança e a caridade eclesial; a outra de cunho horizontal, que toca a comunhão dos fiéis. Esta é marcada pelas estruturas sociais e jurídicas, a quem serve a hierarquia. Não se concebe e nem se sustenta uma sem a anuência da outra¹⁵.

Segundo Comblin, a teologia da comunhão tem alguns pontos de carência, pois refere-se ao aspecto divino e invisível da Igreja, de tal modo que ofusca sua natureza humana. Desse modo, apresenta-se como nova forma de ‘monofisismo eclesiológico’. Tal espiritualização desencarnada gera fuga do mundo. “Uma igreja puramente comunhão não tem corpo, não tem matéria, não evoca nada concreto”¹⁶; não tem história, nem tempo; não é humana; não entra em conflito e nega toda sua história de conflitos e lutas.

Seguindo seu raciocínio é preciso atentar para a ambiguidade da comunhão. Nessa visão, o sentido vertical indica submissão a instituição eclesial através dos sacramentos e da observância dos dogmas. O autor cita como exemplo a carta apostólica *Novo Millennium Ineunte*¹⁷ ao mencionar dois instrumentos da comunhão eclesial: os serviços do ministério petrino e a colegialidade episcopal. “Em primeiro lugar a comunhão é obediência ao papa”¹⁸. O sentido horizontal considera a fundamental importância dos acordos utilizados para se iniciar a convivência entre os grupos humanos. Não se pode negar a dimensão espiritual, mas na relação horizontal situam-se os compromissos assumidos que associam as pessoas entre si numa atitude de reciprocidade e não de imposição autoritária.

A compreensão da comunhão trinitária ajuda a Igreja assumir-se como presença divina no meio do mundo, sendo sinal e instrumento de sua salvação (LG, 1). Contraposta a essa visão, há o risco de conceber-se em unicidade no caminho salvífico, chegando-se a conclusões

¹⁵ WOLFF, Elias. Op. cit. p. 164.

¹⁶ COMBLIN, José. *O Povo de Deus*. São Paulo: Paulus, 2002, p. 127; 128-129.

¹⁷ JOÃO PAULO II. *Carta Apostólica Novo Millenio Ineunte no início do novo milênio*. São Paulo: Edições Paulinas, 2000.

¹⁸ COMBLIN, José. *O Povo de Deus*, p. 131; 132.

restritivas como “*extra ecclesiam nulla salus*”¹⁹. Averigua-se então que, enquanto instrumento, ela vai ao encontro tornando-se centro irradiador da comunhão divina onde e com quem se efetiva um encontro²⁰, admitindo a distinção com o Reino de Deus, embora estando a seu serviço. Na outra concepção, ninguém atinge a comunhão com Deus sem passar pela Igreja, arriscando-se reduzi-la à hierarquia.

A comunhão com Deus se faz também pela colaboração eclesial, mas, não está limitada a ela. “A Igreja, enriquecida com os dons de seu Fundador [...] recebeu a missão de anunciar o Reino de Cristo e de Deus, de estabelecê-lo em todos os povos e deste Reino constitui na terra o germe e o início” (LG, 5b), ela é seu sinal e instrumento de sua presença salvífica no mundo.

2. A Igreja, sinal e instrumento de Salvação

A Igreja é sinal e instrumento de salvação, conforme diz o texto conciliar. Ela

“é em Cristo como que o sacramento ou o sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano [...] a fim de que os homens, [...], alcancem também total unidade em Cristo” (LG, 1a).

Pela força do Espírito Santo, através da experiência da unidade entre os seres humanos, ela interpreta, sinaliza e partilha a ação salvadora de Deus na história enquanto aponta para sua plenitude. “Sua meta é o Reino de Deus, iniciado pelo próprio Deus na terra, a ser estendido mais e mais até que no fim dos tempos seja consumado por Ele próprio” (LG, 9b).

A empreitada sinalizadora tem duas facetas: a íntima e definitiva união com Deus e os sinais dessa união em andamento no meio do mundo. Ambas encontram seu entrelaçamento na pessoa humana, que se realiza e se constrói permanentemente enquanto membro de uma comunidade a desenvolver-se na história. Desse modo o sinal indicativo da Igreja não aponta para uma realidade distante e inacessível, mas, por sua atuação, expressa a presença do Reino de Deus como serviço libertador, à semelhança da atuação de Jesus Cristo:

“os cegos recuperam a vista e coxos andam, leprosos ficam purificados e surdos ouvem, mortos são ressuscitados e pobres são evangelizados” (Mt 11,4-5). O serviço para o bem da pessoa é realizado “como sinal do amor

¹⁹ RATZINGER, Joseph. *O novo Povo de Deus*. São Paulo: Edições Paulinas, 1974, p. 312.

²⁰ Cf. MIRANDA, Mário de França. *A Igreja que somos nós*. São Paulo: Paulinas, 2013, p. 51.

incondicional de Deus pelas pessoas, por ele criadas como um gesto de benevolência de seu dom”²¹.

O texto Conciliar chama a atenção às duas dimensões da eclesiais, distintas na descrição e una na realidade: a celeste e a terrestre. “A Igreja terrestre e a Igreja enriquecida de bens celestes, não devem ser consideradas duas coisas, mas forma uma só realidade complexa em que se funde o elemento divino e humano” (LG, 8a). Essa realidade misteriosa não se concretiza na compreensão conceitual. Realiza-se mediante a experiência e vivência de todos os seus membros sob os auspícios da instituição. Como alude Miranda

“a Igreja deve ser como instituição o que Deus quis que ela fosse, a saber, sinal e instrumento da salvação da humanidade ao longo da história. Sua identidade teológica deve transparecer em sua realidade fenomenológica”²²,

com uma mensagem salvífica, linguagem adequada para cada tempo e testemunho eclesial coerente com sua missão.

A Instituição eclesial não é sua plenitude, mas, está a serviço da construção de sua unidade e comunhão. Conforme Wolff, unidade se liga ao estático, exterior, podendo até tornar-se uniformidade ou conformidade com uma situação particular. Comunidade é adesão à unidade com profundo envolvimento pessoal, afetivo e espiritual. Se unidade se refere a algo estático, comunhão por sua vez, indica um movimento. Na Igreja o mais profundo da natureza de sua unidade é a comunhão, cujo modelo exemplar é a Santíssima Trindade e seu dinamismo pericorético²³. Nesse dinamismo a Igreja de Cristo “subsiste na Igreja Católica [...], embora fora de sua visível estrutura se encontrem vários elementos de santificação e verdade” (LG, 8b). Sua grande função é dar visibilidade a Jesus Cristo como sinal sagrado de sua presença no mundo onde ela se encontra.

Não se trata mais de limitar a comunhão com Deus aos quadros estáticos da Igreja Católica. Desse modo apresentam-se elementos de superação às eclesiologias restritivas, que condicionavam a relação com Deus apenas através da Igreja, reduzindo-a à hierarquia. Comblin cita a eclesiologia da ‘Igreja do Verbo encarnado’, a qual

“ensina que Deus instituiu primeiro a hierarquia e a Igreja procede da hierarquia. A Igreja é o resultado da ação da hierarquia. A primeira causa

²¹ HACKMANN, Geraldo LB. A Igreja da *Lumen Gentium* e a Igreja da *Gaudium et Spes*. In: *Teocomunicação*. Porto Alegre, v. 35, n. 150, dez. 2005, p. 663.

²² MIRANDA, Mário de França. Op. cit. p. 6.

²³ WOLFF, Elias. Op. cit. p.162.

eficiente da Igreja é a humanidade de Cristo; a segunda é a hierarquia, que funda a Igreja mediante os sacramentos”²⁴.

Essa chamada hierarcologia, predominou por vários séculos²⁵, mas encontra-se em vias de superação.

Assim a Igreja é apresentada como sinal contínuo da presença salvadora de Deus no meio do mundo. A Instituição é instrumento de unidade e comunhão, ao mesmo tempo que não se limita e nem se prende aos seus desígnios históricos. Ela se realiza enquanto caminha na história, e se encaminha em direção à plenitude escatológica. É Igreja peregrina e celeste. Sacramento de Cristo, vivo, ressuscitado e atuante, visível na força do Espírito Santo²⁶.

Não há uma uniformidade nesse dinamismo. Conforme o Concílio, a Igreja de Cristo é o conjunto de todos os povos, chamados a ser Povo de Deus. É um dentre os demais,

“pois o único Povo de Deus estende-se a todos os povos da terra, recebendo de todos eles seus cidadãos para fazê-los cidadãos de um Reino com índole não terrestre, mas celeste. Pois todos os fiéis dispersos pela terra estão em comunhão com os demais no Espírito Santo” (LG, 13b).

Chamado a ser presença/presente de Deus na história humana e através dela. Essa visão, mais abrangente, contém maiores possibilidades de desafios e falhas, coaduna-se ao dinamismo de comunhão Trinitária.

3. A Igreja Povo de Deus

A teologia do Povo de Deus possui uma vasta extensão teórica. Com os propósitos deste capítulo, são expostos alguns elementos abrangendo a origem bíblica desse povo selada e concluída pela aliança com Deus. As inspirações de Comblin oferecem outros elementos incluindo a temática da encarnação da Igreja, desafios e novas perspectivas abertas, sobretudo, com a recepção criativa do Concílio na América Latina e sua efetivação nas CEBs.

O termo Povo de Deus na *Lumen Gentium*, abrange a Igreja em suas duas dimensões integradas (Cf. LG, 8a; 9c), como realidade espiritual (celeste), e, realizando-se enquanto caminha na história (terrestre-peregrina) em direção à plenitude. O segundo capítulo da

²⁴ COMBLIN, José. *O Povo de Deus*, p. 25.

²⁵ MIRANDA, Mário de França. Op. cit. p. 23.

²⁶ Cf. WOLFF, Elias. Op. cit. p. 165.

Constituição Dogmática evidencia o valor dessa teologia conciliar²⁷. “A categoria Povo de Deus tornou-se a chave eclesiológica do Concílio. A Igreja passa a ser pensada preferencialmente não como instituição, embora ela também o seja, mas como acontecimento salvífico da Graça de Deus em Cristo”²⁸.

A visão teológico-espiritual da Igreja como Povo de Deus comporta dois elementos básicos: o elemento bíblico que aponta para sua origem e continuidade histórica com os israelitas, e, a realização da Aliança selada com Deus. Faz-se notar que a Constituição Dogmática, desde o início, expressa o desejo de salvação divina para todos os homens (LG, 2), não individualmente, mas enquanto Povo que o conhecesse e o servisse. Israel é escolhido para ser o Povo de Deus. Com ele o Senhor selou uma Aliança, perpetuamente confirmada em Jesus, cuja culminância se deu na sua cruz e ressurreição, e, através da comunidade eclesial é continuada na história²⁹.

Assim, este povo messiânico, embora não abranja atualmente todos os homens e por vezes apareça como pequeno rebanho, é contudo para todo o gênero humano germe firmíssimo de unidade, esperança e salvação. Constituído por Cristo para a comunhão de vida, caridade e verdade, é por Ele ainda assumido como instrumento de redenção de todos, e é enviado ao mundo inteiro como luz do mundo e sal da terra (LG, 9b).

Em sua obra, Comblin nota que a origem desse povo está na iniciativa de Deus. Ele se revela, escolhe e forma a comunidade que lhe pertence. A Igreja segue e é continuadora dessa tradição. Seu desenvolvimento se efetiva como comunidade e sua influência é inspiradora para as sociedades e culturas³⁰. No mesmo modo de pensar, Caliman entende que a auto compreensão da Igreja almejada pelo Concílio, fundamenta-se na vontade salvífica de Deus para todos. Escolhe um povo, faz com ele uma aliança e lhe confere a missão de ser sinal de sua presença no mundo. A ele se une a Igreja, como continuidade do povo da aliança, na história da salvação³¹. Será privilégio ou compromisso essa continuidade?

A compreensão do Povo de Deus no Antigo Testamento e a relação com Ele é atravessada pela corrente exclusivista e, pela corrente universalista e escatológica que se interpõe ao longo de sua história. A primeira sinaliza a preferência de Deus por Israel como

²⁷ COMBLIN, José. *O Povo de Deus*, p. 18.

²⁸ MANZATTO, Antônio. Fundamentos teológicos da GS. In: *Revista de Cultura Teológica*, n. 68, jul/dez 2009, p. 88; Cf. XAVIER, Donizete J. Diocese. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner L. (orgs). *Dicionário do Concílio Vaticano II*, p. 287.

²⁹ ALBERIGO, Giuseppe. *Breve história do Concílio Vaticano II: (1959-1965)*. Aparecida- SP: Editora Santuário, 2013, p. 136.

³⁰ COMBLIN, José. *O Povo de Deus*, p. 133-143.

³¹ CALIMAN, Cleto. Povo de Deus/Igreja. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner L. (orgs). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2015, p. 757-758.

privilégio. A segunda visão indica a compreensão de Israel como lugar da presença e da manifestação de Deus, assumindo a missão mediadora entre os povos do mundo e o Senhor. Ele é o Senhor de todos. Essa consciência amadureceu no seu peregrinar na história de sorte que Israel é visto como a antecipação do Novo Povo de Deus, a Igreja³².

A salvação realizada no percurso da história permite ver que Deus se faz história com seu Povo. Segundo Roxo, nesse movimento compreende-se a distinção entre Igreja Universal e Igreja Católica. A primeira é escolhida para ser o Povo de Deus desde sempre e para sempre. Na história, tem seu momento originário na comunidade de Israel. A segunda faz referência ao novo Israel, nascido da experiência de Jesus. Daí pode-se afirmar com o Concílio que a Igreja Universal não está submetida e reduzida, mas “subsiste na Igreja Católica”³³ (LG, 27).

A Igreja é o Novo Povo de Deus em marcha.

A Igreja Católica é pois a fase definitiva da história da salvação e da Igreja Universal, a Igreja em ‘sentido mais estrito’. O que não significa simplesmente que a Igreja Católica seja apenas uma sucessão de Israel. Ela é a plena recapitulação da lei natural e de Israel; de toda a história da salvação ou Igreja Universal; e recapitulação definitiva: aliança perfeita iniciada na aliança cósmica, na aliança mosaica; é a aliança no Espírito³⁴.

A fundamentação bíblica da Igreja como Povo de Deus, sobretudo a partir do Novo Testamento, favoreceu a recuperação do modelo das comunidades cristãs primitivas, nas quais a diversidade cultural gerou necessidades de serviços distintos, mas, desenvolvido sob a igualdade fundamental entre um gênero de cristãos, os batizados (Ef 4,5). As distinções existentes no âmbito comunitário não se ligavam aos graus de importância ou dignidade de seus membros, mas à diversidade de seus ministérios (LG, 32c; 1Cor 12)³⁵.

Comblin retoma outros elementos que marcam o substrato dessa compreensão eclesiológica. De acordo com ele, pode-se indicar: a encarnação da Igreja na história e nas culturas, a valorização da dimensão humana da realidade, o elemento comunitário e a inspiração que a caminhada do povo sugere para o desenvolvimento da vida em sociedade com a participação de todos os seus membros no governo democrático³⁶.

A encarnação da Igreja refere-se ao fato de sua realização desenvolver-se dentro da história dos povos. Enriquecida com os costumes e culturas onde se faz presente, ela não se

³² Ibidem.

³³ ROXO, Roberto Mascarenhas. *O Concílio- teologia e renovação*. Petrópolis: Vozes, 1967, p. 118.

³⁴ Idem, p. 119.

³⁵ BRIGHENTI, Agenor. *Em que o Vaticano II mudou a Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2016, p. 29-30.

³⁶ COMBLIN, José. *O Povo de Deus*, p. 133-143.

reduz a uma cultura determinada. Ganha as feições de onde está inserida. Como povo encarnado, despoja-se constantemente de traços culturais desnecessários, pois não lhe cabe tornar-se refém de nenhum costume ou ideologia³⁷. Acrescente-se ainda que esse movimento não se limita apenas ao aspecto religioso, nem faz oposição a ação divina. Sendo fruto da obra de Deus e da ação humana, a Igreja não se constitui povo a parte, separado dos demais. Sua realização histórica valoriza a dimensão humana e o aspecto divino, as riquezas de cada povo e de cada pessoa membro desses povos.

Não há contradição ou rivalidades entre esses dois aspectos, porque na Igreja tudo o que é verdadeiramente humano também expressa sua divindade. Como se deu ao Filho de Deus, a humanidade não reduz a divindade, mas a evidencia. Jesus assume todas as dimensões humanas, inclusive a realidade cultural onde ele viveu e conferiu ao ser humano e a toda a história um caráter divino. Nele somos chamados Filhos de Deus e somos de fato seus filhos (1 Jo 3,1). Assim, a realidade humana não impede que a Igreja se realize como Corpo de Cristo no qual habita e age o Espírito Santo³⁸.

Dentre as implicações que o conceito povo de Deus oferece está a compreensão e vivência comunitária. O povo é coletividade. Torna-se uma força contrária ao poder do individualismo que contagia as várias feições da vivência social. Também atinge as expressões religiosas. Algumas igrejas no afã do sucesso “transformam-se em agências de distribuição de serviços religiosos, ou seja, de distribuição de terapias religiosas, capazes de fornecer saúde e felicidade, prosperidade e paz interior”³⁹. Oferecem curas, terapias e caminhos curtos para o alcance da felicidade individual. A experiência da Igreja povo sugere condições de superar essas tendências, visto que sua contribuição social não se limita a indivíduos, mas atinge pessoas de fé. Não se reduz a produtos religiosos expostos à venda, mas à experiência e vivência da fé em comunidade⁴⁰.

Outra grande inspiração relaciona-se às questões sociológicas, dentre elas a utopia da democracia. A formação de um povo é uma busca permanente. E o governo ‘do e pelo’ povo uma utopia a ser alcançada com a participação de todos, ainda que de modo representativo. A ideia de democracia encontra suas raízes na história do cristianismo e inspira a política

³⁷ CALIMAN, Cleto. Igreja, Povo de Deus, sujeito da Comunhão Eclesial. In: *Horizonte*. Belo Horizonte, v. 9, n. 24, dez. 2011, p. 1055.

³⁸ COMBLIN, José. *O Povo de Deus*, p. 138.

³⁹ Idem, p. 140.

⁴⁰ Cf. LIBÂNIO, J.B. Plausibilidade do Cristianismo nos dias atuais. In: *Horizonte*. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 1º sem. 1997, p. 13.

moderna e atual que busca, por seus meios, realizar o que a Igreja em parte ainda não conseguiu, a saber, a participação do povo⁴¹.

A visão eclesiológica do Povo do Deus desperta atitude de acolhimento e questionamentos. Faz confronto a outras eclesiologias e sugere novos modos de vivência e convivência eclesial. Enfrenta o desvio originário da teologia eclesial que nasceu como “doutrina hierocrática” determinada por feições jurídicas, para defender interesses do poder eclesiástico. “A hierocracia, como a etimologia já o indica, é o poder sagrado exercido por sacerdotes nos assuntos do Estado”⁴². Outrossim, difere da concepção da Igreja como sociedade perfeita e comunidade de desiguais, na qual há duas categorias distintas: o clero a quem cabe o poder e a iniciativa, e os leigos, a quem se incumbe obedecer e executar as ordens estabelecidas. A Igreja reduzia-se à hierarquia, apresentada com poderes divinos diante dos seres humanos. Nessa compreensão se consagrava uma “visão espiritualizada e desumanizada da Igreja”⁴³.

A teologia eclesial conciliar “não toma a parte (hierarquia) pelo todo (o Povo de Deus). Estabelece, antes de tudo, o que é comum a todos e afirma a igualdade fundamental de todos os membros da Igreja na graça do batismo, como vocação comum para participar do Povo de Deus”⁴⁴. Esta abordagem abre caminho para a construção de novas compreensões sobre eclesiológicas.

Alberigo propõe a indagação sobre qual teologia é possível elaborar a partir dessa inspiração. As tentativas mais expressivas antes do Vaticano II não conseguiram superar a distinção básica entre cleros e leigos. Desse modo o mais acertado seria considerar uma teologia da Igreja, que respeite todas suas forças eclesiais na fidelidade à pertença a Cristo, enquanto membro do único Povo de Deus⁴⁵.

A teologia do Povo de Deus foi alvo de severas críticas, sobretudo, motivadas pelo medo da renovação proposta por João XXIII, acusando-a de secularismo, reducionismo, sociologismo⁴⁶ e de teor ideológico. O Sínodo Extraordinário de 1985 formulou uma trincheira teológica diversa ao Povo de Deus: a teologia da Igreja como Mistério de Comunhão. Essa visão “revela o próprio princípio de inteligibilidade da Igreja”, e, é propícia para tratar de sua interioridade. No entanto não se sustenta, nem se viabiliza sem a mediação

⁴¹ COMBLIN, José. *O Povo de Deus*, p. 142-143.

⁴² LIBÂNIO, J.B. *Concílio Vaticano II...*, p. 94.

⁴³ Assim foi com a teologia do “Verbo Encarnado” de Ch. Jounet, a hierarcologia “de Egídio de Roma”, e a *societas perfecta* de Belarmino. COMBLIN, José. *O Povo de Deus*, p. 25-26.

⁴⁴ CALIMAN, Cleto. Igreja, Povo de Deus, sujeito da Comunhão Eclesial, p. 1050.

⁴⁵ ALBERIGO, Giuseppe. *A Igreja na história*. São Paulo: Paulinas, 1999, p. 28-29. Trata-se das obras *Jalons pour une theologie du laicat* (1952) de Yves Congar, e de *Le rôle du laic dans l'Eglise* (1954) de D.G. Philips.

⁴⁶ COMBLIN, José. *O Povo de Deus*, p. 125.

de um sujeito histórico. Assim, incorre em ideologia ao identificar comunhão e hierarquia, como se deu outrora, reforçando o centralismo institucional. A conclusão é que somente harmonizando-se com o Povo de Deus, a teologia da comunhão eclesial tem consistência histórica⁴⁷.

Na América Latina a recepção criativa desenvolveu o que se queria no Concílio: a teologia da Igreja Povo de Deus, lugar teológico dos pobres. A teologia da libertação aqui gestada, articula a ação de Deus que liberta os pobres em seu processo histórico, não os tomando como objetos, mas, como sujeitos da libertação. A mediação socioanalítica, a hermenêutica e a mediação teórico-prática ajudaram a ler, compreender e interpretar o contexto histórico da realidade e o texto da Sagrada Escritura e da tradição da Igreja, em vista de inspirar a práxis. Essa teologia não se limita a discurso, mas, realiza-se na articulação entre teoria e práxis. Abrange a participação de todos, desde os acadêmicos ao povo das comunidades, visto que todos podem pensar a própria fé, bem como realizá-la. Leva em conta a realidade em seus aspectos de vida e em seus aspectos geradores de morte, iluminando-os com a Palavra de Deus e apontando para os caminhos de superação⁴⁸.

Toda a história das manifestações contrárias à teologia latino-americana não esconde suas grandes inspirações para a vida dessa Igreja⁴⁹. O pobre deixou de ser apenas tema da teologia e tornou-se seu horizonte⁵⁰. O povo encontrou na Igreja Local, na experiência das CEBs, o terreno propício para cultivar a práxis teológica. Nas CEBs realiza-se a vivência da fé, a acolhida missionária da Palavra de Deus, valoriza-se a diversidade e fraternidade segundo as necessidades reais das pessoas, promove-se a liberdade de expressão e o fomentar de novos carismas, assume-se a luta pela justiça, e, maior participação laical⁵¹.

Não obstante os muitos questionamentos contrários, a teologia latino-americana gestou outros bons frutos, sobretudo, através das CEBs. Assumida e confirmada nas Conferências de Medellín e Puebla, as CEBs continuam servindo de inspiração para o dinamismo da evangelização. As dificuldades internas e os conflitos sociais que atingiram as comunidades provam que a historicidade da Igreja não a isenta das situações históricas nas quais ela está

⁴⁷ CALIMAN, Cleto. In: *Dicionário do Concílio Vaticano II* ..., p. 759.

⁴⁸ GONÇALVES, PSL. A teologia do Concílio Vaticano II e suas consequências na emergência da Teologia da Libertação. In: *Concílio Vaticano II: análises e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 88-92.

⁴⁹ SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Instrução Libertatis Nuntius sobre alguns aspectos da teologia da libertação*, de 06 de agosto de 1984; *Instrução Libertatis Conscientia sobre a liberdade cristã e a libertação*, de 22 de março de 1986.

⁵⁰ GONÇALVES, PSL. *Concílio Vaticano II, análises...*, p. 91.

⁵¹ AZEVEDO, Marcello. *Comunidades eclesiais de base e inculturação da fé. A realidade das CEBs e sua tematização teórica, na perspectiva de uma evangelização inculturada*. São Paulo: Loyola, 1986, p. 82-83; OTTAVIANI, Edelcio. Comunidades Eclesiais: uma família maior- homenagem a dom Luciano Mendes de Almeida. In: *Revista de Cultura Teológica*, n. 69, jan/mar 2010, p. 147-156.

inserida. Exige-se discernimento, pois enquanto Povo de Deus o critério mais importante “não pode ser a luta pelo poder, a concorrência etc., mas a consciência de que a comunhão é o modo fundamental de relação na Igreja”⁵².

Enquanto povo, ela está sempre a caminho, peregrinando. Enviada por Jesus Cristo, ela está em movimento de saída, de ida ao encontro dos outros. Mais para ser presença inspiradora e confiante, e, menos para impor sua verdade e seu jeito de ser. À semelhança do Verbo que se encarnou entre nós, a Igreja arma sua tenda e se encarna entre os povos. Ela está no mundo sem ser do mundo (Jo 17,16). Não teme, nem rejeita a proximidade com todos, para que se fazendo povo, ganhe o maior número para Cristo (Cf. 1 Cor 9,20-22). Todavia, esse processo não se dá por proselitismo, mas por atração. Está associada a Cristo como sacramento de seu mistério, mas vive humanamente marcada pelas limitações da humanidade. Sua aparente fraqueza é superada pela Graça⁵³ e, seu testemunho de povo constituído por Deus desperta nos outros o desejo de também tornar-se Povo de Deus.

Assim, a *Lumen Gentium* apresenta a identidade eclesial, destacando a dimensão espiritual, mistérica. Sua fonte originária e fundamental é a comunhão da Santíssima Trindade. Essa é sua origem, princípio dinamizador e plenitude escatológica. Tal compreensão faz frente à imobilidade institucional, pendente à abstração ou teorização da identidade eclesiológica. Deixando-se conduzir pelo dinamismo das relações divinas desenvolvidas através das relações humanas, pelo exemplo de empenho na promoção e defesa da vida, a Igreja atua e colabora e nas questões e espaços sociais, conforme indica a *Gaudium et Spes*.

II. A presença da Igreja no mundo segundo a GS

A *Gaudium et Spes* complementa e amplia a eclesiologia, pensando a Igreja inserida na realidade histórica. Aqui ela se entende como mistério e instrumento de salvação⁵⁴, situando-se em relação dialógica com o mundo, tendo como centro de sua atenção a pessoa humana e seu essencial aspecto de relações comunitária e social. Isso solicita da Igreja novas atitudes de atenção, interpretação e construção de entendimento mútuo considerando a verdade do Evangelho e as verdades das realidades temporais.

⁵² CALIMAN, Cleto. A eclesiologia do Concílio Vaticano II e a Igreja no Brasil. In: *Concílio Vaticano II: análises e perspectivas ...*, p. 244.

⁵³ RAZTINGER, Joseph. Op. cit. p. 244.

⁵⁴ GONÇALVES, PSL. *Gaudium et Spes*. In: *Dicionário do Concílio Vaticano II ...*, p. 395-396.

1. A Igreja no mundo

Ao refletir sobre a realidade, o Concílio constata tratar-se de um mundo em profunda mudança “e uma transformação mais ampla das coisas” (GS, 5a) que afeta o campo do conhecimento científico e tecnológico, a compreensão e o trato com o tempo, e altera a mentalidade humana e cristã. Pode-se falar de uma idade nova da história (GS, 54a), novo humanismo e nova eclesiologia (GS, 40b). Esse turbilhão de novidades ocasiona alteração à pessoa humana e a Igreja no seu situar-se no mundo.

A Igreja é desafiada a assumir seu lugar no mundo, não mais fugindo e nem tampouco defendendo-se dele. É o momento de colocar-se em diálogo e numa postura de serviço⁵⁵. Ela não é deste mundo, mas está nele (Jo 17,16). Este compreende todo

“o conjunto da obra criada por Deus e renovada por Jesus Cristo. [...] A Igreja não é deste mundo, mas vive nele e para ele. Abarca as realidades terrenas e tarefas temporais do homem nesta vida terrena. Possui certa autonomia sem confusão e dicotomia”⁵⁶.

Ela considera que as coisas criadas pelos homens são expressões da divindade. São capacidades humanas concedidas pelo criador. Assumidas em vista do aperfeiçoamento humano, exige-se o respeito aos seus valores e princípios próprios. Não fazem concorrência a Deus e nem à Igreja. Essa compreensão faz rejeição ao “clericalismo de pensamento e de cultura”, redescobre e apresenta “aos homens engajados no tempo, a revelação magnífica da escatologia das realidades terrestres” (GS, 36)⁵⁷.

Ressalte-se a tendência de se absolutizar as “escatologias secularizadas”⁵⁸ as quais punha apenas no ser humano o sentido de todas as coisas e as respostas às suas inquietações. Frente a essa postura afirma-se a necessidade de Deus. O niilismo, o ateísmo, são consequências e expressões dessa tendência. Os Padres relembram que “sem o Criador, a criatura esvai-se” (GS, 36b). Outros avanços e mudanças são constatadas no mundo à época conciliar.

O avanço do conhecimento nas áreas das “ciências matemáticas e naturais ou as que tratam do próprio homem” afetam o pensamento humano. Afetam também o modo de se compreender, de relacionar-se com as outras pessoas (GS, 6) e o trato com as coisas

⁵⁵ BRIGHENTI, Agenor. *Em que o Vaticano II mudou a Igreja...*, p. 73-76.

⁵⁶ LIBÂNIO, J.B. *Concílio Vaticano II...*, p. 131.

⁵⁷ ROXO, Roberto Mascarenhas. Op. cit. p. 280-281.

⁵⁸ FAZIO, Mariano. *La autonomia de las realidades terrestres en la Gaudium et Spes*. In: *Teocomunicação*. Porto Alegre, v. 35, n. 150, dez. 2005, p. 644.

produzidas, sobretudo, em decorrências das influências das produções científicas e tecnológicas. Isso resulta em novas expressões culturais, os projetos de conquista do “espaço interplanetário” (GS, 5a) e novo modo de lidar com o tempo.

O conhecimento da história pela utilização das técnicas favoráveis à verificação dos fatos, permite maior exatidão ao se olhar o passado. Ao mesmo tempo, o uso dos recursos de planejamento⁵⁹ possibilita fazer melhor as previsões e, as habilidades despertadas com as descobertas da psicologia e das ciências do comportamento favorecem maior compreensão acerca do presente histórico do mundo e do presente existencial da própria pessoa (GS, 5b). Surge daí mentalidades diferentes com relação a si mesmo e ao mundo à sua volta.

Aqui nota-se a passagem “de uma noção mais estática da ordem das coisas para uma noção mais dinâmica e evolutiva” (GS, 5c). Em decorrência, questiona-se tudo em suposta desarmonia a esse quadro tais como, os valores humanos e culturais, as instituições, as leis, a religião e o próprio Deus (GS, 7). Tamanha situação aponta para uma nova idade da história humana.

Desperta-se na Igreja novo olhar para com a história. Ela tornou-se cônica de nova etapa em sua historicidade. Sanchez aponta quatro momentos expressivos desse processo: a “inserção no mundo helênico” (sec. I), a “disseminação do cristianismo no Império Romano” (sec. IV); o pensamento tomista contemplando a positividade da obra criada (sec. XII); a *nouvelle théologie* (início do século XX), o qual desaguou no Concílio Vaticano II. Nesse novo contexto supera-se o dualismo entre o pertencente a Deus na esfera espiritual e o pertencente ao mundo na esfera profana. “A nova concepção afirmava a interpenetração entre cidade terrestre- cidade celeste, entre história humana- história da salvação e entre reino de Deus- mundo e foi construída a partir da ideia de que a história é lugar de revelação de Deus”⁶⁰ e da efetivação de seu reino.

Essa postura dos Padres está consonante com as modificações profundas das “condições de vida do homem moderno [sendo] lícito falar de uma idade nova da história humana” (GS, 54) marcada pelas influências e descobertas das ciências humanas, naturais e sociais, bem como pelo avanço nas tecnologias da comunicação. Tal fenômeno favorece e fomenta a difusão de uma cultura universal, positiva, enquanto respeita os valores das demais e, arriscada, enquanto forja uma cultura de massa (GS, 54). Indica-se o surgimento de um novo humanismo.

⁵⁹ ZILLES, Urbano. *A Gaudium et Spes* e as ciências. In: *Teocomunicação*. Porto Alegre, v. 35, n. 150, dez. 2005, p. 698.

⁶⁰ SANCHEZ, Wagner L. História. In: *Dicionário do Concílio Vaticano II ...*, p. 437-440.

O testemunho de um novo humanismo se faz notar na atitude das pessoas que assumem o protagonismo de sua vida e a “responsabilidade perante os seus irmãos e a história” (GS, 55). Colocam-se como criadores e autores da cultura com liberdade e autonomia, acolhendo as sugestões externas, gerando e fomentando novidades. Pode-se falar de um humanismo cristão, no qual reafirma-se que toda a obra criada por Deus e tudo que faz parte da realidade humana é assumida pelo Cristo, e por Ele redimida.

Assume-se Jesus como o perfeito homem-Deus. Tão humano que só podia ser Deus⁶¹. Ele “é o modelo máximo de homem”. O reconhecimento da divindade na pessoa é acompanhado do respeito aos “princípios próprios” das ciências, das artes, da política (GS, 36). Por um lado, impede a hierarquia de intrometer-se em aspectos da vida material⁶², e, por outro lado faz frente ao antropocentrismo moderno que tende a tornar o homem senhor absoluto de si mesmo⁶³. Tudo isso incide na eclesiologia, a qual recebe enriquecimento.

Ocorre o deslocamento da posição da Igreja voltada para si mesmo à posição de abertura ao mundo. Em outras épocas ela buscou ocupar o lugar de poder ou de destaque social. Nessa nova concepção eclesial ela se dispõe ao diálogo⁶⁴. Visa acolher e valorizar tudo que de bom e verdadeiro se construiu e se constrói nas instituições humanas. Bem como se dispõe ajudar na promoção de tais instituições segundo sua missão desde que “reconheça os direitos fundamentais da pessoa e da família e os imperativos do bem comum” (GS, 42e). Assim pode-se observar que o estado atual de mudanças do mundo exige da Igreja fidelidade ao Senhor, à missão que lhe foi confiada e à pessoa humana.

2. A pessoa humana

Conforme diz Kloppenburg, “o ser humano é a principal preocupação de todo esse volume conciliar”, considerando-o em sua totalidade⁶⁵. O olhar sobre a pessoa considera o

⁶¹ BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo libertador: ensaio de cristologia crítica para o nosso tempo*. 9ª edição. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 193; Cf. DENZINGER, n. 301. “Que se confesse que um só e o mesmo Filho, o Senhor nosso Jesus Cristo, perfeito na sua divindade e perfeito na sua humanidade, verdadeiro Deus e verdadeiro homem <composto> de alma racional e de corpo, consubstancial ao Pai segundo a divindade e consubstancial a nós segundo a humanidade, semelhante a nós em tudo, menos no pecado (Cf. Hb 4,15).

⁶² MARCHIONNI, Antônio. Humanismo. In: *Dicionário do Concílio Vaticano II* ..., p. 444; 447.

⁶³ HUMMES, Claudio. Contribuições da *Gaudium et Spes* para a compreensão pastoral do homem de hoje. In: *Teocomunicação*. Porto Alegre, v. 35, n. 150, dez. 2005, p. 629.

⁶⁴ CALIMAN, Cleto. A eclesiologia do Concílio Vaticano II e a Igreja no Brasil ..., p. 230-232. A postura da Igreja não é mais de defesa do poder como fora na origem da eclesiologia, com Bonifácio VIII, nem similar a apologética da contrarreforma ou tampouco a “sociedade perfeita” de Belarmino quando investia nos serviços sociais para ocupar o lugar do Estado disputando espaço e poder.

⁶⁵ KLOPPENBURG, Boaventura. Noções basilares humanas na GS. In: *Teocomunicação*. Porto Alegre, v. 35, n. 150, dez. 2005, p. 678.

indivíduo em seu caráter unitário, isto é, enquanto ser social, criado para o convívio à imagem e semelhança de Deus. Neste tópico, enfatiza-se o ser humano enquanto ser individual, em comunidade e na sociedade.

2.1. A pessoa enquanto indivíduo

O ser humano é o destinatário da mensagem da Constituição Pastoral. Neste sentido *A Gaudium et Spes*, difere de outros documentos conciliares. Não se destina a toda criatura de modo abstrato, mas a três destinatários bem definidos, a saber: os filhos da Igreja, os que invocam o nome de Cristo e a todos os homens (GS, 2a)⁶⁶. Diz respeito ao ser humano enquanto pessoa real, histórica, concreta. Enquanto sujeito e não apenas objeto da teologia.

Portanto, refere-se ao ser humano tal como apresentado nas Escrituras. Não é o ser homem empírico, nem o abstrato, mas o homem na sua abertura para a Transcendência (Cf. GS, 76b), para o Mistério infinito e ‘plenificador’ que reside em Deus e cuja expressão maior está em Jesus, o qual pela encarnação realiza a vocação humana⁶⁷. Aqui visualiza-se a grandeza da dignidade humana.

A dignidade e a vocação humana são reconhecidas na sua origem divina (Gn 1,26; 2,7). Ao perguntar-se sobre si próprio, as respostas do homem delineiam-se entre as alegrias da exaltação e a angústia da hesitação. A revelação concede a resposta. “As Sagradas Escrituras ensinam que o homem foi criado ‘à imagem de Deus’, capaz de conhecer e amar seu Criador” (GS, 12c). Acolhendo essa inspiração, a Igreja proclama e aponta o Cristo como aquele que oferece o sentido para a vida humana (GS, 10b). O ser humano possui uma dimensão corporal a qual não pode renegar (GS, 14a), mas “a razão principal da dignidade humana consiste na vocação do homem para a comunhão com Deus” (GS, 19a). Alguns elementos de sua dignidade podem ser descritos na consciência, na liberdade, na racionalidade e em seu caráter transcendente.

Conforme diz o texto conciliar, “a consciência é o núcleo secretíssimo e o sacrário do homem onde ele está com Deus e onde ressoa sua voz” (GS, 16). Nesse espaço interior, realiza-se o encontro íntimo entre Deus e a pessoa⁶⁸. Reconhecendo e deixando-se guiar por sua consciência, o ser humano tende a realizar o esplendor de sua dignidade. Sem ouvir sua

⁶⁶ ROUTHIER, Gilles. *Gaudium et Spes*: a aprendizagem da Igreja Católica no diálogo com o mundo. In: *Perspectiva Teológica*. Belo Horizonte, v. 47, n. 132, mai/ago 2015, p. 162.

⁶⁷ Cf. EUFRÁSIO, Thiago de Moliner. *Jesus Cristo e a pessoa humana: a dignidade humana como graça e missão a partir da Gaudium et Spes* 22, 2016, 90 p. Dissertação (Mestrado em Teologia Sistemática) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 37.

⁶⁸ KLOPPENBURG, Boaventura. Noções basilares humanas na GS ..., p. 682.

voz interior, ele se torna artífice de práticas que o alienam de si próprio e da verdadeira identidade humana-divina. Eis porque as práticas boas não podem ser impostas. Elas só realizam o ser humano, se assumidas em liberdade.

Com efeito, nos dias atuais presta-se grande atenção e valoração à liberdade. Entrementes, vez por outra lhe é aplicado um sentido prejudicial, pela compreensão de se poder fazer tudo segundo a vontade individual, mesmo que seja o mal. “A verdadeira liberdade porém é um sinal eminente da imagem de Deus no homem. Pois Deus quis deixar ao homem o poder de decidir para que assim procure espontaneamente o seu Criador” (GS, 17). A articulação antropológica desse tema, esclarece e tende a impedir dois limites extremos: a submissão absoluta (acrítica) a Deus e a liberdade absoluta do homem⁶⁹. O homem pode então decidir-se a fazer o bem, a procurar o criador, livremente e munido de sua inteligência.

A inteligência humana é dom e participação na inteligência divina. Embora distinguindo-se de todos os seres por sua capacidade, ela não se esgota nas coisas produzidas e nas ações realizadas. É atraída para alcançar o inteligível da sabedoria divina. Assim é possível alcançar a realidade invisível da divindade (GS, 15) e a dimensão transcendente do ser humano.

O Concílio assume o ser humano em sua inteireza diferindo de concepções dualistas. O considera “em sua unidade e totalidade, corpo e alma, coração e consciência, inteligência e vontade” (GS, 3a). Não é corpo acrescido de uma alma e nem alma ‘acoplada’ ao corpo. É uma unidade concreta, real, de origem divina e habitada por Ele. Em sua concretude e através dela realiza-se sua transcendência em direção à plenitude divina e em direção aos outros⁷⁰. Eis a razão pela qual se compreende seu caráter essencialmente comunitário.

2.2. A dimensão comunitária da pessoa

A pessoa humana é ser de relações a realizar-se sempre em união com os demais. Em Jesus Cristo essa índole relacional foi “aperfeiçoada e consumada” (GS, 32b). Ele a assumiu, ensinou e a promoveu ao doar a vida por seus amigos e iniciar, sob a força do seu Espírito, a comunidade do novo Povo de Deus (GS, 32). Ele “é o protótipo e o fundamento de uma

⁶⁹ FAZIO, Mariano. *La autonomia de las realidades terrestres en la Gaudium et Spes*, ... p. 642-645; LIBÂNIO, J.B. *Concílio Vaticano II- em busca de uma primeira compreensão...*, p. 135.

⁷⁰ VILHENA, Maria Angela. Corpo. In: *Dicionário do Concílio Vaticano II*, 2015, p. 219-223. “Eis aqui uma das vigas mestras da originalidade da fé cristã” diferindo do ‘corpo prisão da alma’ neoplatônica, e, do dualismo cartesiano separando *res extensa* (corpo) e *res cogitans* (alma), p. 220.

comunidade perfeita”. Participa da comunidade histórica, faz-se irmão de todos, institui uma nova comunidade, permanece presente nela e assinala o caminho para a comunhão Trinitária⁷¹. A pessoa humana é um ser comunitário. Sua primeira comunidade de vida é o ambiente familiar.

Contempla-se também na Escritura que Deus criou o ser humano para a convivência. Feito à imagem e semelhança divina (Gn 1,26-27), é chamado a conviver e formar comunidade. “Por isso o homem deixará seu pai e sua mãe, e se unirá à sua mulher, e eles serão uma só carne” (Gn 2,24). Os Padres conciliares apontam a relação originária entre o ser humano criado para realizar-se comunitariamente e a vida familiar iniciada no matrimônio e querida por Deus desde o princípio. De tal sorte que “a salvação da pessoa e da sociedade humana está estreitamente ligada ao bem-estar da comunidade conjugal e familiar” (GS, 47a). Tal afirmação denota a convicção dos fundamentos da dimensão comunitária e a tarefa inerente aos membros da Igreja no tocante à família. Por isso utiliza-se da força desses ‘artifícios psicológicos’⁷², para afirmar sua importância à realização humana individual e em sociedade.

Efetivamente, a Igreja participa desse dinamismo. Ela tem início no amor eterno do Pai, na vida e ação histórico-temporal do Filho e na força unificadora do Espírito Santo, encaminhando-se para a plenitude escatológica, pois só na vida futura encontra-se sua plena realização. Estando em marcha na história, cabe à Igreja a missão de ser como fermento “da sociedade humana a ser renovada em Cristo e transformada na família de Deus” (GS, 40b). Por isso ela dirige sua mensagem salvadora a toda a família humana (Cf. GS, 2a).

A ‘família humana’, em primeiro lugar é a destinatária da mensagem do Evangelho e da missão da Igreja. Em segundo lugar alude ao sonho de que todos os povos sejam irmanados e vivam fraternalmente livres da guerra, dos conflitos e da opressão de uns sob os outros. Não se trata de esconder as graves ameaças e profundas questões suscitadas. Reporta-se, antes, a possibilidade de fomentar a vivência e convivência sadia, equitativa e feliz entre todos os povos. “A unidade da família humana é consideravelmente roborada e completada pela unidade dos filhos de Deus, que se fundamenta em Cristo” (GS, 42a). A Igreja enquanto Povo de Deus formando família com a humanidade é chamada a prestar sua colaboração no desenvolvimento da sociedade.

⁷¹ ROXO, Roberto Mascarenhas, *O Concílio- teologia e renovação...*, p. 279.

⁷² CAMPOS, Ipojuca Dias. Matrimônio, família e lutas religiosas cotidianas na *Gaudium et Spes*. In: *Horizonte*. Belo Horizonte, v. 9, n. 24, dez. 2011. p. 1080.

2.3. A dimensão social

A dimensão social está inserida na visão salvífica, pois a salvação desejada por Deus é destinada ao ser humano todo e a todos os seres humanos. “É a pessoa humana que deve ser salva. É, portanto, a sociedade humana que deve ser renovada” (GS, 3a). Com razão se diz que o homem “é estabelecido por Deus criador em sociedade” (GS, 21c), pois foi de sua vontade criá-lo para formar uma união social e salvá-lo enquanto povo e não apenas individualmente (Cf. LG, 2; GS, 32a). Assim, a Igreja contempla o caráter social do ser humano a partir da ação divina que cria, liberta e salva⁷³.

Essa perspectiva “evidencia que o aperfeiçoamento da pessoa humana e o desenvolvimento da própria sociedade dependem um do outro [...]. A vida social não é portanto algo acrescentado ao homem”, mas é inerente à sua vocação (GS, 25a). Ademais, ela realiza-se não no plano doutrinário, mas no plano existencial. Abarca questões atinentes a todos os homens e não somente aos filhos da Igreja⁷⁴.

Abrange a questão dos direitos da pessoa humana. Estes são necessários para

uma vida verdadeiramente humana. Tais são: alimento, roupa, habitação, direito de escolher livremente o estado de vida e de constituir família, direito à educação, ao trabalho, à boa fama, ao respeito, à conveniente formação, direito de agir segundo a norma reta de sua consciência, direito à proteção da vida particular e à justa liberdade, também em matéria religiosa (GS, 26b).

Tais direitos estão relacionados a outros elementos: reafirma que o ser humano tem “dignidade superior a todas as coisas” (GS, 26b); a universalidade dos deveres tanto quanto dos direitos; a realidade concreta e não meramente teórica do direito; a interdependência humana. São instrumentos necessários à promoção do respeito ao bem comum e à ordem social.

O reconhecimento dos direitos da pessoa humana tem como pano de fundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 10 de dezembro de 1948. Com sutileza a *Gaudium et Spes* aprova, incentiva sua efetivação, especifica os direitos e aponta seus fundamentos, ressaltando que seu dinamismo animador deve ser “o espírito do Evangelho” a fim de se evitar toda “falsa autonomia”. Nota-se a salvaguarda da autonomia

⁷³ Cf. SUSIN, Luiz Carlos. Salvação/libertação. In: *Dicionário do Concílio Vaticano II*, p. 867-870. Neste artigo o autor aborda a salvação indicando a proteção, o cuidado, a cura, a segurança. Na história do Povo de Deus a salvação é um processo iniciado e continuado desde a libertação do Egito atingindo a plenitude na Escatologia.

⁷⁴ LIBÂNIO, J.B. Questões pendentes do Concílio Vaticano II. In: BRIGHENTI, Agenor; ARROYO, Francisco Merlos (orgs). *O Concílio Vaticano II: batalha perdida ou esperança renovada?* São Paulo: Paulinas, 2015, p. 345.

das realidades terrestres, o fundamento teológico e moral dos direitos⁷⁵ e indica-se sua validade para a ordem social.

Toda instituição social existe para o bem do ser humano. A ordem social não lhe pode ser proposta com força opressora. A sociedade é formada e formadora de pessoa. Nessa perspectiva retoma-se a importância da família para o bem da pessoa e da sociedade (Cf. GS, 47a). Enquanto “comunidade de vida e de amor” a família é ao mesmo tempo obra divina e instituição humana, elevada à categoria sacramental no mistério de Cristo. Ela é instrumento e “caminho de humanidade, de salvação e de santidade” (GS, 48). Cabe a todos os seus membros e a toda a sociedade engendrar esforços para seu desenvolvimento, incluindo-se ações políticas a fim de garantir sua ‘resiliência’ em meio ao mundo em mudanças.

É mister recordar que a política não se reduz a ações esporádicas. Reconhecendo que cresce a consciência e a participação ativa dos cidadãos nos rumos da sociedade, o texto conciliar reporta-se ademais, à comunidade política. Ela “existe por causa daquele bem comum: nele obtém sua plena justificação e sentido, de onde deriva o seu direito primordial e próprio” (GS, 74a). O bem comum diz respeito a todas as condições e recursos que ajudam a pessoa, a família e a sociedade a alcançar seu perfeito desenvolvimento (GS, 74a).

Todas essas situações relacionadas à pessoa humana, nesse contexto de mudanças e transformações, fomentam compromissos à Igreja e à sociedade: o reconhecimento da autonomia do Estado e a interdependência entre ambos; o ponto de convergência entre ambos está na cooperação a serviço da pessoa; respeita-se a liberdade do cristão, enquanto cidadão, para atuar na sociedade, antes movido pela fé e não somente em nome da instituição eclesial⁷⁶; exige-se da Igreja a fidelidade criativa ao Senhor e à pessoa humana. “Fidelidade à Tradição e à situação”⁷⁷. Ao menos três atitudes são expressivas nesse contexto: a solidariedade, a atenção aos sinais dos tempos e o diálogo.

3. Novas atitudes

O olhar otimista da Igreja para com o mundo e as realidades terrestres promove o espírito de cooperação ao aperfeiçoamento humano e o respeito às leis e princípios próprios das realidades temporais. Logo, inspira a superação da tendência à competição entre a Igreja e o mundo⁷⁸. Todavia, não se nega visão ao que não condiz com os desígnios do criador e,

⁷⁵ QUEIROZ, José J. Direitos Humanos. In: *Dicionário do Concílio Vaticano II ...*, p. 288; 292.

⁷⁶ ROXO, Roberto Mascarenhas. Op. cit. p. 297.

⁷⁷ MANZATTO, Antônio. Fundamentos teológicos da *Gaudium et Spes ...*, p. 79.

⁷⁸ ROXO, Roberto Mascarenhas. Op. cit. p. 280.

portanto, não podem ser aceitas de bom grado. Frente a tais situações, a Igreja se coloca em atitudes de acolhida solidária à pessoa, fidelidade a Deus e rejeição ao que não ajuda o ser humano.

3.1. Solidariedade

A primeira atitude assumida na *Gaudium et Spes* é a solidariedade.

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo. (GS,1)

Ela assume tudo quanto é verdadeiramente humano como parte de sua comunhão, de modo que “a comunidade cristã se sente verdadeiramente solidária com o gênero humano e com sua história” (GS, 1).

É válido ressaltar que essa postura eclesial é expressão de dois aspectos complementares. Por um lado, o contexto da época conciliar. “Uma época de grande dinamismo e esperança social, de enorme criatividade, de grandes anseios, de projetos e esperanças de mudança iminente por maior liberdade, justiça e realizações humanas em todos os sentidos”⁷⁹. E do outro lado, a auto compreensão eclesial de ser obra divina e humana. Fundada por Deus e realizada na história pela força do Espírito Santo e pela ação humana. Concretamente visível, enquanto instituição que caminha junto com a humanidade e experimenta sua mesma sorte como fermento na sociedade em vista de sua transformação com Cristo (GS, 40b).

O empenho nessa direção se fundamenta na fidelidade da Igreja a Deus e aos homens. Essa atitude lhe põe na condição de reprovar as doutrinas e atividades que contradizem a verdade e a ‘grandeza maior’ do ser humano: a fé no Senhor. A Igreja sustenta que não há contradição nem empobrecimento da humanidade ao assumir a relação com Deus. Pelo contrário, sem a Graça o ser humano está fadado ao fracasso (Cf. GS, 36b; GS, 41c).

A Igreja declara sua rejeição absoluta ao ateísmo (Cf. GS, 21f), mas não condena o ser humano. Sabe olhar e discernir entre a pessoa e seus limites. “É preciso distinguir entre o erro, que deve ser sempre rejeitado, e o errante, que conserva todavia a dignidade de pessoa,

⁷⁹ RIVERO, PJ. De Velasco. Da Igreja, luz do mundo, ao mundo, alegria e esperança da Igreja- a virada antropológica do Concílio Vaticano II. In: BRIGHENTI, Agenor; ARROYO, Francisco Merlos (orgs). *O Concílio Vaticano II: batalha perdida ou esperança renovada?* São Paulo: Paulinas, 2015. p. 90.

mesmo quando inquinado por noções religiosas falsas ou menos cuidadas” (Cf. GS, 28b). Ao mesmo tempo convida todos, independentemente de seu credo ou descrédito religioso, a empenharem esforço na “construção adequada deste mundo” (GS, 21f). É mister reafirmar a centralidade da dignidade humana, como eixo norteador do diálogo da Igreja com o mundo e da vivência de fraternidade entre todos os homens a partir de Jesus⁸⁰.

Essas são faces constituintes da solidariedade da Igreja indicadas na Constituição Pastoral. Uma segunda atitude em destaque é a atenção aos “sinais dos tempos” a fim de se compreender e responder as questões existenciais, perceber a presença ou ausência de Deus nas linguagens do mundo atual.

3.2. Atenção aos sinais dos tempos

A temática dos sinais dos tempos foi desenvolvendo-se ao longo do Concílio, sendo precedida imediatamente pelos documentos do Papa João XXIII⁸¹. No longo processo de elaboração da ‘Constituição Pastoral’, durante o evento conciliar (1962-1965), o termo ganhou contornos e sentidos cada vez mais amplos. Clodovis Boff assume quatro sentidos para o termo: o sentido bíblico escatológico-messiânico (Mt 16,3), os ‘eventos históricos’, os ‘problemas da era moderna’ assumidos por João XXIII, qualquer fato significativo⁸².

O tema tornou-se um paradigma⁸³, assumido como método teológico⁸⁴ ao qual foi associado as etapas do ‘ver-julgar-agir’ como concretização do *aggiornamento* desejado pelo papa⁸⁵. Acrescente-se o sentido de tarefa de todo cristão (GS, 44b). Três citações destacam a necessidade de se atentar a estes sinais, observando-se: suas interrogações (GS, 4a), a presença de Deus (GS, 11a) e as linguagens diferentes que emanam através deles (GS, 44b).

A atenção aos sinais dos tempos confere à Igreja a tarefa de saber interpretá-los à luz do Evangelho em vista de oferecer respostas às eternas interrogações “da vida presente e futura” das gerações (GS, 4a). Isso exige conhecer e entender este mundo no qual Deus se faz presente. Solicita-se da Igreja o esforço para discernir “os sinais da verdadeira presença ou

⁸⁰ MANZINI, Rosana. A Igreja em diálogo com o mundo moderno- *Gaudium et Spes*. In: ALMEIDA, J.C; MAÇANEIRO, Marcial (orgs) *As Janelas do Vaticano II: a Igreja em diálogo com o mundo*, Aparecida, SP: Editora Santuário, 2013, p. 222.

⁸¹ BOFF, Clodovis. *Sinais dos tempos- princípios de leitura*. São Paulo: Edições Loyola, 1979, p. 43-46. O autor apresenta outros antecedentes remotos ao termo, todavia, destaca como antecedentes próximos a Constituição Apostólica *Humanae Salutis* e a Encíclica *Mater et Magistra* do Papa João XXIII. A Encíclica *Pacem in Terris*, do mesmo papa foi promulgada durante o período conciliar.

⁸² Idem, p. 93-94.

⁸³ SUESS, Paulo. Sinais dos tempos. In: *Dicionário do Concílio Vaticano II ...*, p. 896-897.

⁸⁴ BOFF, Clodovis. Op. cit. p. 66.

⁸⁵ SUESS, Paulo. Sinais dos tempos. In: *Dicionário do Concílio Vaticano II ...*, p. 897.

dos desígnios de Deus” (GS, 11a) seja nos acontecimentos, nas buscas e nas exigências do mundo atual. Quem a ilumina é a luz da fé. Todos os crentes podem participar desse exercício, mas, principalmente os pastores e teólogos a quem lhes cabe “auscultar, discernir e interpretar as várias linguagens do nosso tempo, e julgá-las à luz da palavra divina”, para que possa se chegar a Verdade revelada de modo mais profundo (GS, 44b).

Para cumprir o propósito deste tópico, é válido destacar que a teologia dos sinais dos tempos aponta à tomada de consciência da Igreja saindo da cristandade e sua entrada na modernidade e pós-modernidade. Alude para a importância de se contemplar os fatos da história, não ao modo sociológico, mas à luz da Palavra de Deus e da fé em Jesus. Reafirma-se a validade do contexto. Nas palavras de Suess, “a leitura dos sinais dos tempos é influenciada pela interpelação do lugar social do leitor”⁸⁶. Assim, urge perceber no tempo cronológico o tempo da graça de Deus e deixar-se conduzir por ela numa atitude de abertura, diálogo e de serviço para com o mundo.

3.3. Atitude dialogal

O diálogo é estabelecido pela Igreja para manifestar e realizar seu respeito para com a família humana, e fornecer-lhe “os recursos da salvação” (GS, 3a). Consonante com os propósitos desejados, o diálogo foi adotado como caminho de construção e realização de todo o evento conciliar. É proposto como atitude na relação com os outros cristãos (Decreto *Unitatis Redintegratio*, Decreto *Orientalium Ecclesiarum*), com os não cristãos (Declaração *Nostra Aetate*)⁸⁷ e com toda a humanidade (GS, 2a) a quem se destina sua mensagem.

O diálogo promove nova postura, diferente da apologética, assumida na cristandade a qual defendia a verdade da Igreja e sua posição de única portadora, impondo-se aos demais, quase sempre pelo proselitismo⁸⁸. Pelo diálogo não se nega a existência da verdade, mas, se reconhece a necessidade de descobri-la ou aprendê-la pedagogicamente. Decorre a atenção aos sinais dos tempos e às sementes do Verbo presentes no mundo onde a Igreja se insere.

Enquanto atitude, permite um ‘ensino-aprendizagem’ dialético. A Igreja ‘ensina e aprende’ com o mundo que ‘ensina e aprende’ com a Igreja⁸⁹. A atitude do diálogo cabe a todo o Povo de Deus. Há que se evitar, contudo, alguns riscos. Aos cristãos leigos, presentes

⁸⁶ Idem, p. 895.

⁸⁷ Decreto *Unitatis Redintegratio* sobre o ecumenismo; Decreto *Orientalium Ecclesiarum* sobre as Igrejas Orientais Católicas; Declaração *Nostra Aetate* sobre as relações da Igreja com as religiões não-cristãs. In: *Compêndio do Vaticano II Constituições, Decretos e Declarações*.

⁸⁸ BRIGHENTI, Antônio. *Em que o Vaticano II mudou a Igreja ...*, p. 79-81.

⁸⁹ PASSOS, João Décio. Diálogo. In: *Dicionário do Concílio Vaticano II ...*, p. 267.

no meio do mundo há o risco do ‘angelismo’ que os torna alheios às responsabilidades da sociedade e o mundanismo que põe o fundamento da vida apenas nas realidades temporais⁹⁰. Outro risco é reduzir o diálogo à estratégia de ação. Nota-se que “o diálogo não pode constituir unicamente uma estratégia pastoral da Igreja com a finalidade de reconciliar-se com o homem moderno ou mesmo com os demais cristãos e crentes”⁹¹. É mais que um artifício em busca de recuperar a centralidade do poder posto em crise na modernidade e pós-modernidade.

Isso possibilita aos cristãos leigos assumirem a inspiração gratuita da fé, para encontrarem respostas às questões surgidas no espaço onde vivem e atuam. Vale a pena lembrar que a presença cristã é de serviço e testemunha da salvação. As respostas apresentadas, mesmo estando em harmonia com o Evangelho, não necessitam ser expostas em nome da instituição eclesial. “Mas procurem, em diálogo sincero, esclarecer-se reciprocamente, conservando a caridade mútua, e preocupados em primeiro lugar com o bem comum”. É conveniente à Igreja buscar sempre “aprender da experiência dos séculos” (Cf. GS, 43).

O diálogo põe a Igreja numa postura de respeito e de presença inspiradora diante do mundo. Ela reconhece a “emancipação da sociedade moderna em relação ao poder religioso”⁹². Não se impõe, mas propõe a mensagem evangélica. Reconhece o valor e a riqueza da cultura, lembrando que “os cristãos, peregrinando para a cidade celeste, devem procurar saborear as coisas do alto” (Col 3,1-2), mas sem olvidar sua missão de ajudar na construção deste mundo (GS, 57a).

Há o reconhecimento de que os comportamentos culturais, os conhecimentos técnicos e o avanço das ciências, trazem à tona não apenas contribuições práticas, mas despertam muitas perguntas e angústias. Daí admite-se a validade e a autonomia da cultura e das ciências, sempre reafirmando a atenção ao bem comum (GS, 59b). Constata-se aos cristãos leigos que o “apostolado da consagração do mundo” seja feito “com competência profissional; com espírito de colaboração; com iniciativas necessárias; com respeito às leis próprias de cada atividade”. À hierarquia incumbe-se iluminar a ação dos cristãos com o Evangelho e o “testemunho de uma Igreja autêntica” a fim de não comprometer a mensagem evangélica⁹³.

⁹⁰ Cf. ROXO, Roberto Mascarenhas. Op. cit. p. 283.

⁹¹ PASSOS, João Décio. Diálogo. In: *Dicionário do Concílio Vaticano II* ..., p. 272.

⁹² BRIGHENTI, Agenor. *Em que o Vaticano II mudou a Igreja* ..., p. 81.

⁹³ Cf. ROXO, Roberto Mascarenhas. Op. cit. p. 284.

Assim também se expõe a relação entre a fé e a razão, como “duas ordens de conhecimento distintos” (GS, 59c) e que gozam de liberdade e autonomia. Convém recordar a tendência de se apresentar as oposições: Deus ou o mundo, a fé ou a razão, a criação ou a evolução. Nas palavras de Zilles, outrora

não se percebia que a alternativa ‘criação ou evolução’ era falsa, que o conceito científico de evolução pressupõe o conceito teológico de criação. Portanto, criação e evolução são dois conceitos que não se excluem mas se complementam mutuamente⁹⁴.

Desse modo, a relação dialogal entre fé e razão fornece elementos para se superar o perigo do “fundamentalismo fideísta” ou do “indiferentismo religioso”⁹⁵.

Sintonizada com a prática dialogal, a Igreja conclama os teólogos para

.descobrir a maneira mais adaptada de comunicar a doutrina aos homens de seu tempo, porque uma coisa é o próprio depósito da Fé ou as verdades e outra é o modo de enunciá-las, conservando-se o mesmo significado e a mesma sentença (GS, 62b).

Propala-se, desse modo, o esforço em superar a distância entre a Igreja chamada “a ser e comunicar uma Boa-Nova” e, a velha prática que sempre “pretende impor e fazer cumprir [...] uma doutrina e/ou uma moral”⁹⁶.

Em síntese, a dimensão social da identidade eclesial leva em conta sua relação com o mundo, respeitando as realidades terrestres e seus princípios de desenvolvimento. O elemento central, para o qual tende sua atuação é o ser humano, compreendido enquanto pessoa criada por Deus individualmente para realizar-se comunitariamente na convivência social. A solidariedade, a atenção aos sinais dos tempos e o diálogo com essas realidades são constituintes da responsabilidade e do ser da Igreja. Ela é fruto do amor de Deus, chamada e enviada para participar de sua missão salvadora, conforme indica o Concílio em seu Decreto sobre a atividade missionária.

⁹⁴ ZILLES, Urbano. *A Gaudium et Spes* e as ciências ..., p. 697.

⁹⁵ Idem, p. 699.

⁹⁶ Cf. RIVIERO, Pedro J. De Velasco. *Da Igreja, luz do mundo, ao mundo, alegria e esperança da Igreja...*, p. 103.

III. A IGREJA MISSIONÁRIA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

O Decreto “*Ad Gentes*” sobre a atividade missionária, “representa um passo formidável na Missiologia do século XX”⁹⁷. Seus seis capítulos deixam entrever visões diferentes e até opostas de missão⁹⁸, mas, nesse estudo pretende-se tão somente apresentar alguns traços que evidenciam a relação entre a visão eclesiológica pastoral, social e missionária da Igreja. Tendo origem no amor de Deus Trindade, a Igreja participa da *missio dei* não apenas pela realização de ‘missões’, mas assumindo-se ontologicamente como povo missionário. Não obstante toda sua ação eclesial missionária, ressaí algumas distinções, dentre elas a missão e as missões, os diferentes agentes da missão e seus conteúdos e atitudes.

1. Missão e missões

Segundo Bosch, missão designa a *missio Dei*, pela qual Ele se autorrevela como amor, se envolve no e com o mundo. A Igreja é privilegiada ao ser alcançada por essa missão e dela fazer parte. As missões referem-se aos empreendimentos missionários da Igreja, ou formas específicas de participar da missão divina “segundo os tempos, lugares ou necessidades específicas”⁹⁹.

A Igreja “enviada às nações para ser ‘o sacramento universal da salvação’” (Cf. LG, 48), assume o anúncio do Evangelho, ‘gera novas Igrejas’ e engaja todo seu povo nesse dinamismo missionário (AG, 1). Admitindo sua origem missionária, ela “procurou assumir o deslocamento de uma Igreja que tem missões territoriais sob a responsabilidade da Congregação pela Propagação da Fé [...] para uma Igreja na qual a missionariedade representa a orientação de todas as suas atividades e do seu ser”¹⁰⁰ em todos os locais onde ela é enviada. A ação missionária está ligada à fonte divina da missão.

1.1. Amor trinitário: origem da missão

A missão da Igreja brota do desígnio salvífico do Pai realizado por meio do Filho e do Espírito. Livremente Ele criou o ser humano, e o chama através de Jesus a participar de sua

⁹⁷ VALLE, J. Edênio dos R. *Ad Gentes*. In: *Dicionário do Concílio Vaticano II*, 2015 ..., p. 7.

⁹⁸ Cf. RESTORI, Memori. *A missão no Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2015, p. 51.

⁹⁹ BOSCH, David J. *Missão transformadora: mudanças de paradigma na teologia da missão*. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2002, p. 28.

¹⁰⁰ SUESS, Paulo. *Missão/Evangelização*. In: *Dicionário do Concílio Vaticano II* ..., p. 632.

vida. Cristo assumiu toda a realidade humana, menos o pecado, e a redimiu. Pregou a boa-nova do Reino movido pelo Espírito Santo, o qual desceu sobre os apóstolos no dia de Pentecostes iniciando a manifestação da Igreja e os “atos dos apóstolos”. Nesse dinamismo do amor divino ela é inserida (AG, 2-4). Assim, a missão é, antes de tudo, o movimento do amor que atinge o mundo. “Participar da missão é participar do movimento de amor de Deus para com as pessoas, visto que Deus é uma fonte de amor que envia”¹⁰¹.

Cristo, o enviado do Pai, chamou a si os que Ele quis (Mc 3,13). Nesse grupo dos doze está “os germes do novo Israel e ao mesmo tempo a origem da sagrada hierarquia”. O Filho de Deus fundou a Igreja e a enviou a todo o mundo “como sacramento da salvação”. Ela deve seguir seus passos na pobreza, obediência, “serviço e imolação de si até a morte” (AG, 5). A natureza missionária da Igreja é expressa através de sua atividade missionária.

1.2. A ação salvífica de Deus: essência missionária da Igreja

A Igreja faz missões porque é missionária. A missão é compreendida sob dois modos. O primeiro realiza-se pela atividade especial confiada aos ‘arautos do Evangelho’ (AG, 2a.b; 6b) enviados às regiões onde ainda não conhecem o Cristo. Essa atividade tem como fim a “evangelização e a fundação da Igreja nos povos ou sociedades onde ainda não está radicada” (AG, 6c). Tal compreensão é ampliada pelos Padres conciliares, partindo-se da essência e não apenas da atividade missionária.

O segundo modo a ser considerado é a própria atividade missionária de Deus. Ele é amor gratuito e transbordante. Não é solidão. É comunidade. Transborda-se, chama e envia para formar comunidade¹⁰². “A atividade missionária é nada mais nada menos que a manifestação ou Epifania do plano divino e o seu cumprimento no mundo e em sua história. É nela que Deus realiza publicamente a história da salvação pela missão” (AG, 9b). É nesse dinamismo que nasce a Igreja e sua natureza missionária (Cf. AG, 6f). “A tarefa dessa missão é a construção da comunidade humana como Povo de Deus” compreendendo o mistério divino que envolve toda a criação e a sinalização da Igreja como sacramento do amor que chama e envia para ser comunidade¹⁰³.

Vale a pena ressaltar, que a origem Trinitária da Igreja lhe confere a essência missionária. Concretiza-se sua natureza sob duas atividades relacionadas, mas, não idênticas:

¹⁰¹ BOSCH, David J. Op. cit. p. 468.

¹⁰² SUESS, Paulo. *Introdução à teologia da missão: convocar e enviar servos e testemunhas do Reino*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, p. 55.

¹⁰³ AMALADOSS, Michael. *Missão e inculturação*. São Paulo: Edições Loyola, 2000, p. 62. 63-76.

a missão *ad gentes* entre os não cristãos e, as ações pastorais entre os batizados nos lugares onde ela está constituída. A missão como participação da Igreja no dinamismo do amor divino, tem sua razão de ser no desígnio de salvação a todos por parte de Deus. Sua realização tem as seguintes finalidades: a glória de Deus, salvação humana e a comunhão plena com o Senhor (AG, 7c).

No passado houve quem investisse forças na ideia de que a missão *ad gentes* almejava a difusão do Reino de Deus, enquanto outros buscavam a implantação da Igreja¹⁰⁴. Indo além dessas questões acolhe-se a inspiração do Espírito Santo que insere e contextualiza a presença de Deus no lugar onde se manifesta. Assim tanto a missão além fronteira, quanto a ação pastoral são dimensões da Igreja a serem desenvolvidas onde ela se encontra presente como instituição e enquanto povo.

1.3. Lugar de vivência e realização da missão

O lugar da realização e vivência da missão é no meio da humanidade, vivendo as situações de sua história e suas aspirações. “Com efeito, Cristo é o princípio e o exemplar de uma humanidade nova à qual todos aspiram, a saber, uma humanidade impregnada de amor fraterno, de sinceridade e de espírito pacífico” (AG, 8). A Igreja e seu testemunho de Cristo transcendem a história particular. Abrange a humanidade com seus numerosos povos, ricos em tradições culturais e religiosas, mas, às vezes desconhecem a mensagem evangélica, negam a existência de Deus e até investem em combatê-lo (AG, 10), mesmo onde são chamados territórios de missão.

Nesses territórios a presença missionária se dá por meio da vivência, testemunho e pregação do Evangelho e “atinge o alvo certo” quando estabelece a Igreja Particular (AG, 19a). “Essas Igrejas, muitas vezes situadas nas regiões mais pobres do mundo, em geral sofrem da mais premente falta de sacerdotes e de recursos materiais”. Eis porque necessitam da ação missionária da Igreja (AG, 19d). Observa-se, todavia, a mudança de compreensão quanto aos territórios de missão. Deixam de ser considerados como filiais de Roma e tem reconhecido sua dignidade como Igreja Local¹⁰⁵. Passam a ser percebidos não meramente como carente de recursos, e, tornam-se também agentes de missão. De necessitados de ajuda, para promotores de ajuda e de comunhão eclesial (Cf. AG, 19e).

¹⁰⁴ Cf. MÜLLER, Karl. *Teologia da missão*. Petrópolis: RJ, Editora Vozes, 1995, p. 40-41.

¹⁰⁵ BOSCH, David J. Op. cit. p. 455.

O lugar de conclusão da missão é a plenitude escatológica (AG, 9b). Sua meta final é o Reino de Deus que vai sendo desenvolvido como ação salvífica do Senhor, em vista do futuro escatológico. Realiza-se dentro do movimento histórico, como expressão concreta do amor e do cuidado divino, sobretudo pelos mais pobres. Esse processo envolve a Igreja, realiza-se através dela, mas, a ultrapassa por meios conhecidos apenas pelo Senhor, contando com a participação de seus agentes¹⁰⁶.

2. Agentes da missão

O primeiro e grande agente da missão é o próprio Deus¹⁰⁷. A comunidade de Amor transbordante que atinge o ser humano, salvando-o, e o torna partícipe da missão em Jesus Cristo. Por isso “não é possível ser cristão sem auto transcendência; não se pode ser cristão sem ser missionário”¹⁰⁸. Desse modo, o fiel colabora nessa obra salvadora como agente, enquanto Povo de Deus, através das Igrejas particulares, dos institutos e das congregações religiosas.

2.1. Todo o Povo de Deus

A índole missionária pertence a todo o Povo de Deus. Todos participam desse dinamismo sob modos distintos, podendo-se ilustrar em síntese, a cooperação e a evangelização. “Obrigados se acham todos os fiéis ao dever de cooperar na expansão e dilatação de seu corpo [de Cristo], para o levarem quanto antes à plenitude” (AG, 36a). Mas, na aula conciliar houve quem insistisse na atividade missionária “como uma função própria da hierarquia eclesial”¹⁰⁹.

Nota-se a presença dessa tendência, espelhada nas diferenciações atribuídas aos agentes da missão. De um lado estão os agentes enviados às missões *ad gentes*, de outro lado estão os ‘missionários de casa’. As diferenciações ultrapassam o nome e o local onde missionam.

A configuração da competência missionária geral do Povo de Deus, porém, sofre limitações pela hierarquização dos ministérios, que atribui a ‘leigos’ e

¹⁰⁶ AMALADOSS, Michael. Op. cit. p. 54-55.

¹⁰⁷ Cf. MÜLLER, Karl. Op. cit. p. 111.

¹⁰⁸ Idem, p. 98-99.

¹⁰⁹ ALBERIGO, Giuseppe. *Breve história do Concílio Vaticano II* ..., p. 162.

‘ordenados’ não só tarefas específicas, mas hierarquizadas pelo diferente acesso ao ‘poder sagrado’¹¹⁰.

As formas de cooperação efetivam-se pela vivência da fé, no serviço e na caridade, inserindo-se os irmãos de outras confissões cristãs. Além disso se coopera pela oração, pelas obras de penitência e pela partilha de notícias das missões (AG, 36). Quanto aos missionários *ad gentes* convém citar os “marcados por especial vocação [...], possuidores de boa índole e dotados de talento e inteligência, [...] preparados para empreender a obra missionária [...] enviados pela legítima autoridade da fé [...] àqueles que estão longe de Cristo” (AG, 23b). São também chamados de arautos do Evangelho (AG, 24c; 26a). Todos são envolvidos no dinamismo da comunhão do Povo de Deus que vai ao encontro e acolhe em comunidade.

Observa-se não ser possível viver a missão afastado da vida comunitária a qual é inerente ao Povo de Deus. É resultado da ação do Espírito. Desde a Igreja primitiva, o ardor do Espírito atrai, cria laços, forma comunidade (Cf. At 2). “Como um campo de força que deixa e faz sentir a presença universal de Deus”¹¹¹. De tal sorte que não se realiza a índole missionária da Igreja a não ser mediada, alimentada e partilhada pela comunidade cristã, paroquial e diocesana. Inclui-se a participação na missão universal e o cuidado com os seus membros próprios (AG, 37).

a) Os bispos

Todos os bispos fazem parte do Colégio Episcopal. Não estando limitados ao serviço de uma diocese, agem pela salvação do mundo inteiro. “O encargo de anunciar por toda parte o Evangelho cabe em primeiro lugar ao Corpo Episcopal”, estando entre suas tarefas a atenção “à atividade missionária, o maior e o mais santo dever da Igreja” (AG, 29a). Por isso tem a responsabilidade de suscitar, promover e dirigir a obra missionária envolvendo toda a diocese.

A responsabilidade dos bispos pela missão é compartilhada. Duas consequências podem ser observadas nessa perspectiva. A primeira é a “responsabilidade diocesana pela missão universal que, anteriormente, ficou concentrada na mão do papa”¹¹², desenvolvida através das agências missionárias. A segunda, situa o bispo na colegialidade episcopal e na

¹¹⁰ SUESS, Paulo. Missão/Evangelização, In: *Dicionário do Concílio Vaticano II ...*, p. 630-631.

¹¹¹ Cf. MÜLLER, Karl. Op. cit. p. 102.

¹¹² SUESS, Paulo. Missão/Evangelização. In: *Dicionário do Concílio Vaticano II ...*, p. 630.

sinodalidade eclesial, o que permite o resgate do *sensus fidelium* (LG, 20)¹¹³. Ao bispo cabe, ademais, suscitar almas orantes e penitentes em favor das missões, sobretudo entre os enfermos e aflitos. Do mesmo modo promova o despertar missionário através das Obras Pontifícias Missionárias; fomenta vocações aos institutos e congregações religiosas e “envie às dioceses em falta de clero alguns dos seus melhores sacerdotes” (AG, 38d).

b) Presbíteros e diáconos

Os presbíteros também são consagrados a serviço da missão. Estão relacionados aos bispos pela tríplice função sagrada (LG, 28). Estão intrinsecamente associados a Cristo, cujo mistério celebram na Eucaristia e assumem na vida. Eis porque apresenta-se a necessidade de sua participação na missão por meio do trabalho pastoral, da pregação e da educação da juventude. Além disso que “ensinem os fiéis a rezar pelas missões, [e não] se envergonhem de lhes pedir esmolas, tornando-se como que mendigos por Cristo e pela salvação das almas” (AG, 39).

Os vários ministérios cristãos, dentre eles o ministério dos sacerdotes e diáconos são necessários (Cf. AG, 15i) para o bom desenvolvimento da missão e são expressão missionária. Torna-se imprescindível o fomento de ministros ordenados autóctones. O despertar, o acompanhamento e a formação desses ministros cabem à Igreja. O Concílio oferece elementos doutrinários, ecumênicos, espirituais, pastorais, a serem considerados no processo formativo (AG, 16). Assim desde o período da formação, seja realçado os motivos missionários das ciências teológicas “para que assim se forme nos futuros sacerdotes a consciência missionária” (AG, 39c).

c) Religiosos e religiosas

A vida religiosa tem seu lugar de destaque na missão. Ao mesmo tempo em que ajuda a fundar novas Igrejas, presta seu auxílio à Evangelização, expressa “íntima natureza da vocação cristã” (AG, 18a). Há de se reconhecer que “a história da missão em boa parte é a história dos institutos religiosos”¹¹⁴. Aos institutos de vida contemplativa se reconhece e louva-se a Deus por sua cooperação pelo exercício da oração, da penitência e das tribulações. Deus sempre ouve as preces que lhes são dirigidas e “abre a alma dos não-cristãos para

¹¹³ BRIGHENTI, Agenor. *Em que o Vaticano II mudou a Igreja ...*, p. 55-56.

¹¹⁴ AMALADOSS, Michael. Op. cit. p. 103.

ouvirem o Evangelho”. Lhes é pedido a abertura de casas em ‘terras de missão’ (AG, 40b). Aos de vida ativa são incitados a interrogar-se acerca da possibilidade de encarar o desafio “de estender sua atividade para a expansão do reino de Deus entre as nações” (AG, 40c). Os institutos seculares podem gerar frutos, mas, devem ser desenvolvidos sob a autoridade do bispo.

d) Cristãos leigos

Os leigos cooperam com a obra evangelizadora e participam na missão salvífica. “Imbuídos do Espírito de Cristo devem eles animar as coisas temporais, por dentro, como um fermento, e organizá-las para que se conformem cada vez mais a Cristo” (AG, 15g), achando-se também confiado a eles o anúncio de Cristo por palavras, exemplos e ajuda para recebê-lo plenamente (AG, 15h). Sua atuação nas terras já evangelizadas, compreende o fomento e o despertar do amor pela missão. Nas ‘terras de missão’, pode-se incluir seu serviço nas “várias formas de apostolado”, nos meios e instituições “que atingem as estruturas fundamentais da vida social, ou se ordenam à formação dos responsáveis pelo estado” (AG, 41c-d).

Louva-se o serviço dos leigos nas universidades e meios de estudos científicos-religiosos. Incitam o diálogo e a colaboração com as sociedades. Tudo isso pressupõe uma sólida “preparação técnica e espiritual”, para que sua vida seja um testemunho eficaz de Cristo entre os não-cristãos (AG, 41e). Dentre as funções ligadas aos ministérios leigos, grande ênfase é apresentada aos catequistas, os quais auxiliam a expansão “da fé e da Igreja” (AG, 17a).

Todos os ministérios da vida cristã tendem a construir e a realizar-se na e através da comunidade. A fim de não se formar comunidades cristãs isoladas da comunhão eclesial, há a necessidade de se formar a Igreja Local não apenas como o lugar de realização de ‘missões’. Elas tornam-se também agentes da missão. Essa experiência vive a Igreja como um evento, antes de compreendê-la como uma instituição cuja autoridade se impõe com suas doutrinas e ensinamentos¹¹⁵.

2.2. As Igrejas particulares

¹¹⁵ Cf. BOSCH, David J. Op. cit. p. 456.

As Igrejas particulares concomitantemente acolhem os enviados ádvenas e são enviadas para serem sinal de Cristo no seu território, “através do testemunho da vida de cada fiel e de toda a comunidade” (AG, 20a). O Concílio avança no reconhecimento da maturidade da Igreja Local, expressão visível e concreta da Igreja Universal tal como fora compreendida no Novo Testamento (LG, 26). Resulta três consequências para a missão: a responsabilidade pela missão *ad intra*, por meio do cuidado com seus membros, sobretudo os mais pobres. Em segundo a ‘adaptação’ da riqueza evangélica à realidade local¹¹⁶, “semelhante à economia da Encarnação” (AG, 22a). Em terceiro lugar, confirma-se a corresponsabilidade entre as Igrejas Locais pela missão *ad gentes* (AG, 20)¹¹⁷.

Todos os membros da Igreja têm suas responsabilidades. Aos bispos compete conhecer a situação e as convicções de seu rebanho no que se refere a Deus. Incide ainda, estar atento às transformações de sua realidade. Aos sacerdotes locais incumbe cooperar com o ministério episcopal e com os missionários estrangeiros numa mesma comunhão presbiteral. Os religiosos e religiosas são chamados a ‘ferver’ de zelo por todos, sobretudo para com os mais pobres (AG, 20 a- d). Os leigos “pertencem plenamente tanto ao Povo de Deus como à sociedade civil” (AG, 21b). A presença de leigos maduros é expressão da consolidação da Igreja. Por isso recebem a incumbência de viver seu testemunho no seu ambiente familiar, social, profissional e cultural (AG, 21c), no lugar onde se encontram, sempre, como presença evangelizadora.

Recorde-se ainda que o ministério evangelizador da Igreja diocesana cumpra sua atuação apostólica aos já convertidos, “mas que se destine uma devida parte de operários e de recursos à evangelização dos não-cristãos” (AG, 30b). Assim configura-se a passagem do “território missionário à natureza missionária”¹¹⁸, a qual impregna todas as ações e espaços eclesiais. Simultaneamente é uma missão contextualizada e aberta ao mundo. Os Institutos religiosos são envolvidos nesse dinamismo.

2.3. Institutos religiosos e Congregações

Os Institutos e as Congregações religiosas ajudem a fundar novas igrejas. Atesta-se a importância de se fomentar as várias formas de vida religiosa, ligadas às obras pastorais e as contemplativas. Cuide-se para não se multiplicar “Congregações de idêntico fim apostólico”

¹¹⁶ Cf. ROXO, Roberto Mascarenhas. Op. cit. p. 145.

¹¹⁷ Cf. BOSCH, David J. Op. cit. p. 455.

¹¹⁸ SUESS, Paulo. Missão/Evangelização, In: *Dicionário do Concílio Vaticano II ...*, p. 632.

(AG,18b-c). Lhes é conferida a tarefa da formação aos missionários, a fim de prepará-los com os conteúdos da espiritualidade, da moral e da doutrina apostólica imprimindo-lhes a capacidade de suportar “a solidão, a fadiga o trabalho sem frutos” e com generosidade ir ao encontro de todos. “Arda no espírito de fortaleza, amor e sobriedade”, contentando-se com sua situação. “Em espírito de sacrifício levem em si a morte de Jesus, para que a vida de Jesus opere naqueles aos quais é enviado” (AG, 25).

3. Conteúdo da missão

Há uma série de conteúdo a ser aprofundado referente à missão, sendo o primeiro o Evangelho de Jesus Cristo. Tanto a compreensão, quanto a comunicação do Evangelho realiza-se no invólucro da cultura. A Tradição cristã é fruto da experiência da boa-nova nas culturas. A atenção a esses elementos favorece o relacionamento com todos que professam a fé no Senhor, daí a validade do tema do ecumenismo como parte desse conteúdo.

3.1 A boa-nova da salvação

A boa-nova da salvação alcança todos os ‘homens de boa vontade’, segundo o querer divino e por modos só por Ele conhecidos (Cf. GS, 22). Atinge também os que o ignoram ou desconhecem o Evangelho de Cristo, mas, o buscam de coração sincero (LG, 16). A salvação é, portanto, o plano de Deus destinado à toda humanidade (AG, 1). Não pertence apenas aos cristãos católicos. Embora se diga que “não podem salvar-se aqueles que, sabendo que a Igreja Católica foi fundada por Deus através de Jesus Cristo como instituição necessária, apesar disto não quiserem nela entrar ou nela perseverar” (AG, 7a)¹¹⁹. Compreende-se que a Igreja é sacramento, sinal e instrumento de salvação (LG, 48b; GS, 45a; AG, 1a.5a), não sua detentora. Eis o espaço e a necessidade do testemunho de quem acredita e faz a experiência da salvação e de seu transbordamento com a pregação da Palavra.

a) Testemunho de vida (AG 11-12)

A boa-nova da salvação antes de ser pregada, precisa ser vivida. Eis o porquê da urgência e do testemunho cristão o qual pode ser entendido sob três modalidades: pelo

¹¹⁹ Cf. SUESS, Paulo. *Introdução à teologia da missão ...*, p. 143.

exemplo de vida, pelo diálogo e, pela caridade. O testemunho de vida cristã é o modo pelo qual a Igreja é convidada a fazer-se presente nas sociedades através de seus cidadãos, membros da Igreja Local ou dos missionários ádvenas, chamados a assumir a participação na vida das sociedades, a fim de que, entre outras possibilidades (AG, 11a), “com alegria e respeito descubram as sementes do Verbo aí ocultas” (Cf. LG, 17; AG, 11b). O respeito às riquezas dos povos e culturas, manifesta a certeza, de que o Senhor sempre precede o missionário. “Nunca houve um caso em que algum missionário tivesse chegado a algum lugar de absoluto afastamento de Deus”¹²⁰. Nesse quadro torna-se necessário o diálogo.

Pelo diálogo autêntico “cheio de sinceridade e paciência” pode-se perceber as riquezas que “Deus prodigalizou aos povos” (AG, 11b). Segundo Brighenti, isso “implica radical respeito pelo outro, acolhida reverencial, para além de qualquer atitude de exclusão ou absorção”¹²¹. Dois efeitos podem advir dessa atitude: a substituição do proselitismo e, o envolvimento maior no amor de Jesus Cristo. Assim não há espaço para a competição por converter adeptos, nem busca pelo poder ou influência social. Há a prática da cooperação com todos e por todos, movidos pelo amor a Jesus por meio do serviço caritativo aos pobres preferidos do Senhor¹²².

A caridade configura-se como conteúdo necessário à missão. “A presença dos cristãos nas sociedades seja animada daquela caridade com a qual nos amou Deus. Ele deseja que também nós nos amemos uns aos outros com a mesma caridade” (AG, 12a). Nela se inclui as atitudes da gratuidade, solicitude para com todos, saída ao encontro, solidariedade, diálogo fraterno e serviço de promoção humana (AG, 12b). É como amor que Deus se revela na história e se dá a conhecer aos mais necessitados através de Jesus e de sua comunidade.

Nota-se duas interfaces do amor vivido pelos cristãos: as obras concretas de ajuda aos necessitados, como tem sido realizadas na história das missões, “história de amor”; por outro lado, a consciência de fé que move as ações. A devoção sem ação empobrece a vivência cristã. A ação benéfica sem a dimensão social da fé incorre no perigo de injustiça social e, o ato de bondade pode tornar-se contraditório. Por isso amor- caridade não pode desligar-se da prática vivencial da fé. Amor e fé realizam-se no serviço aos irmãos necessitados¹²³.

O serviço caritativo dos cristãos inclui a colaboração na estruturação da vida econômica e social, na educação das crianças, adolescentes e jovens, na melhoria das condições de vida digna, sem intromissão no poder governamental (AG, 12c-d). É válido

¹²⁰ AMALADOSS, Michael. Op. cit. p. 112.

¹²¹ BRIGHENTI, Agenor. *Em que o Vaticano II mudou a Igreja ...*, p.107.

¹²² HAIGHT, R. *O futuro da cristologia*. São Paulo: Paulinas, 2008, p. 124-125.

¹²³ Cf. MÜLLER, Karl. Op. cit. p. 121.

repisar a atitude da colaboração à sociedade porque depõe contra a antiga ‘prática missionária’ de requerer direitos, privilégios, poderes eclesiais¹²⁴ e influências políticas e econômicas nas sociedades. Assim formalmente desliga-se a missão dos “empreendimentos coloniais comerciais e políticos”, concebendo-a “como processo trinitário”¹²⁵. “Deste modo o amor a Deus e ao próximo ajuda os homens a alcançarem a salvação” (AG, 12e).

b) Pregação do Evangelho (AG, 13)

A pregação do Evangelho não pode ser negligenciada ou substituída pelos serviços caritativos. Ambos se complementam. Visa a conversão dos não-cristãos e a salvação do gênero humano. Esse itinerário atinge o afastamento do pecado, expressa-se pelo testemunho social e aprofunda-se no catecumenato (AG, 13). A prática do anúncio não contradiz nem nega o diálogo. É integrante do mandato de Cristo (Mt 28,16-20), mas também “é um impulso interior para compartilhar a experiência de Deus”. Por isso só pode realizar-se autenticamente em atitude de diálogo¹²⁶.

3.2. Tradição e tradições

A riqueza de elementos da Tradição cristã favorece o caminho de conversão e compreensão da fé. O Catecumenato fomenta a formação e “educação de toda a vida cristã [...] com o fim de unir os discípulos com Cristo seu Mestre” (AG, 14a). A riqueza da liturgia e dos sacramentos da iniciação é tarefa da comunidade em vista da evangelização e edificação da Igreja (AG, 14d). A fim de se perceber mais claramente o valor da experiência cristã, há que se discernir, entre as ações salvíficas na história, as tradições dos povos e a Tradição do Povo de Deus.

Segundo Soares,

toda religião move-se na argamassa de uma tradição que vai sendo modelada ao longo de vastos espaços de tempo. Como fato social, a religião subsiste porque consegue se manter presente graças a seus ritos, mitos, doutrinas e comportamentos adquiridos¹²⁷.

¹²⁴ SUESS, Paulo. *Introdução à teologia da missão ...*, p. 123.

¹²⁵ AMALADOSS, Michael. Op. cit. p. 30; 96.

¹²⁶ Idem, p. 21-22.

¹²⁷ SOARES, Afonso M. Ligório. Tradição. In: *Dicionário do Concílio Vaticano II ...*, p. 979.

Enquanto instituição, a Igreja é uma religião construída ao longo de seus mais de vinte séculos de história. Nesse percurso influencia e é influenciada por costumes e tradições dos povos onde se faz presente¹²⁸. Seguindo a inspiração do Decreto conciliar sobre a missão, insiste-se na necessidade de aprofundamento dos conteúdos da fé: para se conhecer mais profundamente os elementos da revelação feita por Jesus e ser capaz de partilhá-la na convivência com outros grupos de crentes.

3.3 O Ecumenismo

O ecumenismo dispõe que a presença de Deus na vida dos seguidores de Cristo, conduz à convivência fraterna com todos, primordialmente entre os próprios cristãos. Por isso “os neófitos também cultivem o espírito ecumênico”. Respeitando-se as diferenças, promovam-se ações ecumênicas, sem indiferenças, confusão ou nenhuma competição. “Colaborem sobretudo por causa de Cristo, seu Senhor comum” (AG, 15e). O Decreto *Unitatis Redintegratio* desenvolve essa temática na perspectiva que “a verdadeira Igreja de Jesus Cristo subsiste na Igreja Católica” (LG, 8b).

Eis algumas ressonâncias dessa compreensão: a Igreja de Cristo é una, mas, encontra-se para além do ambiente católico; a Igreja Católica não é a única mediação da salvação e nem a única Igreja verdadeira. Por isso a busca pelo ecumenismo torna-se um ‘imperativo’ a ser assumido por todos os católicos¹²⁹. Tal atitude sirva de inspiração para todos os que professam a fé em Cristo, a fim de viverem e manifestarem o testemunho comum do amor de Deus para o mundo.

Essa compreensão da Igreja fomenta a necessidade do investimento na relação entre fé e razão, fé e ciência. A teologia enquanto ciência faz a ponte entre essas duas dimensões complementares em busca da verdade. No Concílio imprimiu-se maior empenho no aprofundamento teológico, de tal modo que não se trata de um adendo ao conjunto da Igreja. A teologia tem seu espaço garantido, confirmado e incentivado. Em breve apontamento, indica-se aqui apenas o traço da inculturação e da necessidade de concretizar a missionariedade na prática das atividades evangelizadoras.

¹²⁸ COMBLIN, José. *O Espírito Santo e a Tradição de Jesus*. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2012, p. 46-50; SUESS, Paulo. Missiologia como teologia fundamental. In: BRIGHENTI, Agenor; ARROYO, Francisco Merlos (orgs). *O Concílio Vaticano II: batalha perdida ou esperança renovada?* São Paulo: Paulinas, 2015, p.188.

¹²⁹ BRIGHENTI, Agenor. *Em que o Vaticano II mudou a Igreja ...*, p. 97-100.

3.4. A teologia da missão

A pesquisa teológica tem seu espaço firmado, em vista de se aclarar a relação da fé com a inteligência, e, de melhor adaptar o conteúdo revelado às tradições dos povos (AG, 22b). As ‘sementes do Verbo’ estão ocultas nas tradições dos povos e suas culturas (AG, 11a). A Igreja participa dessa sementeira pelo exercício e realização da missão. Superando-se as complexidades de sua relação com a ciência, acolhe-se suas inspirações para a teologia¹³⁰.

A missiologia, enquanto ciência teológica “tornou-se teologia fundamental e núcleo central da teologia do Vaticano II. Impulsos elementares para a teologia da missão e a pastoral missionária” despontaram em vários documentos conciliares. “O Decreto *Ad Gentes* sobre a atividade missionária da Igreja apenas sintetizou essas dimensões”¹³¹. Sendo ciência e ao mesmo tempo expressão da experiência de fé cristã, a missiologia nunca está terminada. Ela mira o mistério, sempre presente, de Jesus e à realidade futura do Reino. Está em contínua construção, atenta à Palavra de Deus no texto bíblico e no contexto da vida¹³².

3.5. A evangelização inculturada

A evangelização inculturada leva em conta o compromisso cristão e ação do Espírito Santo junto às culturas. A pregação do Evangelho e a propagação da fé é responsabilidade de todos os cristãos. O Espírito Santo toma a iniciativa: dissemina as sementes do Verbo nas culturas (AG, 11a), distribui seus dons e carismas, e, suscita em alguns a vocação própria da missão evangelizadora (Cf. AG, 23a). A riqueza cultural dos povos encontra-se aquém e além do Evangelho a ser anunciado e precisa ser considerada na evangelização. A esse processo chamou-se de inculturação, no pós-concílio.

Inculturação é princípio e processo contínuo que abrange: a necessidade de pensar e repensar a fé; partilha e acolhida entre os missionários enviados e quem os acolhe; respeito aos valores, crenças e modo de pensar do povo e, enriquecimento mútuo com o Evangelho, de modo que se encarne na cultura¹³³. Assim inicia-se o processo de inculturação do Evangelho e evangelização da cultura. Há que se considerar e evitar a anulação da cultura e o domínio

¹³⁰ Cf. ZILLES, Urbano. *A Gaudium et Spes e as ciências...*, p. 699-703; CRUZ, Eduardo R. da. Ciência, In: *Dicionário do Concílio Vaticano II ...*, p. 120-125.

¹³¹ SUESS, Paulo. *Missiologia como teologia fundamental ...*, p. 192.

¹³² BOSCH, David J. Op. cit. p. 593-595.

¹³³ Idem, p. 535-544.

totalitário do Evangelho, caso contrário corre-se o risco de se repetir a dominação da religião sobre o Estado, ou vice-versa, como fora no passado.

A missão da Igreja não pode ser comprimida em palavras, porque todas as definições tornar-se-iam incapazes de traduzir seu dinamismo. Enquanto dimensão, a missionariedade abrange desde sua origem divina, seu desenrolar histórico até sua realização na consumação dos tempos. O Evangelho é sua base, a revelação é seu conteúdo fundamental e a salvação humana comunicada por Jesus é sua tarefa concreta. As atividades missionárias concretas compõem uma vastidão de ações incluindo a implantação de novas Igrejas (AG, 16;18;19), a criação de novas comunidades (AG, 15), a formação humana e cristã (AG, 17-18) e a promoção da justiça e da paz (AG, 12). Assim, a Igreja essencialmente missionária transborda-se de Deus ao mundo realizando-se por meio de suas atividades. Parafraseando o apóstolo, ela mostra sua viva missão através das obras (Tg 2,17-18) para não incorrer numa essência missionária abstrata. A concretude da natureza missionaria desenvolve-se no percurso da história.

SEGUNDO CAPÍTULO

A MISSÃO NOS CINQUENTA ANOS DE EVANGELIZAÇÃO DIOCESANA

A história da Igreja Local de Coari expressa os traços do tempo e das culturas do lugar onde está inserida: as feições deixadas pelos primeiros missionários itinerantes a partir do século XVI, as contribuições deixadas pelos ‘fundadores’ da Prelazia e as marcas construídas com a colaboração de todo seu povo. Em vista de relacionar seu desenvolvimento à missão da Igreja Universal segue-se a apresentação dos traços históricos, teológicos, sociais e missiológicos assumidos que são expressões missionárias da diocese nos cinquenta anos de evangelização.

I. Traços históricos

A Diocese de Coari, é localizada na região oeste do Estado do Amazonas, no território do Médio Rio Solimões. Abrange uma área total de 117.235 km² correspondendo aos municípios de Anamã, Anori, Beruri, Caapiranga, Codajás, Coari e Manacapuru. Tal como na maior parte da Amazônia, suas estradas principais são os rios Solimões (Amazonas) e seus afluentes, destacando-se o rio Badajós, Coari, Copeá, Manacapuru, Piorini com vários outros rios menores e muitos lagos¹³⁴. Coari, Codajás e Manacapuru são os municípios mais antigos onde situam-se as três primeiras paróquias. A região é mesclada por pobreza e por riquezas superiores aos cálculos financeiros.

A situação econômica tem sustentáculo no setor primário e secundário, embora nota-se grandes mudanças nos últimos anos. Em correspondência aos objetivos almejados, salienta-se neste ínterim que historicamente a produção agrícola é orientada para a subsistência. Nos últimos anos, em decorrência da escassez, cresce o uso de técnicas para aumentar a produção e vencer o simples extrativismo. O setor dos serviços abarca e incha a folha de pagamento das prefeituras, tornando os municípios os maiores patrões do povo, ao lado do comércio varejista¹³⁵.

A população é fruto da miscigenação entre os indígenas e os povos que chegaram à região no decorrer dos anos. Segundo Pontes Filho, em referência à população da Amazônia,

¹³⁴ SILVA, F.A.B. *O resgate do catecumenato na formação dos cristãos na prelazia de Coari*. 2008. 149 p. Dissertação (Mestrado em Teologia Sistemática). Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, São Paulo, p. 11.

¹³⁵ SILVA, F.A.B.(org). *Prelazia de Coari, jubileu de ouro 1963-2013- 50 Anos evangelizando no Coração do Amazonas*. Coari: [s.n], 2013, no prelo, p. 11.

desde a ‘descoberta do Brasil’ até o ano 1913 houve três grandes fases econômicas trazendo grande contingente de migrante. A primeira foi a fase da coleta das “drogas do sertão” entre os anos 1616 e 1750. Em seguida foi o chamado “ciclo agrícola” entre 1750 e 1830, impondo ao colono a tarefa de cultivar “plantas nativas e alienígenas”, e em terceiro lugar o grande ciclo da borracha em duas etapas- os anos 1880 a 1913, e 1942 a 1945. Muitos vieram no tempo áureo da borracha, dentre eles os nordestinos, negros, europeus¹³⁶.

A região é marcada pela riqueza da natureza e as potencialidade e debilidades humanas, culturais e sociais produzidas e acumuladas ao longo da história, configurando a cultura local, acrescida de práticas e costumes adventícios e políticas inadequadas para a vida destes povos. Uma dessas expressões é apresentada por Loureiro apontando a redução da riqueza ao aspecto econômico e financeiro, sem considerar o valor da vida humana dos povos locais e as possibilidades proporcionada pela biodiversidade da fauna e da flora¹³⁷. Algumas problemáticas são superadas, outras transformadas e algumas novas vão surgindo. Nessa realidade a Igreja diocesana de Coari foi sendo formada desde o século XVI.

A história da evangelização do local é entendida por Silva em quatro fases¹³⁸, as quais foram reorganizadas nesta pesquisa em três grandes períodos: o primeiro vai desde a chamada pré-história da evangelização no século XVI, passando pela chegada dos jesuítas (1687) e carmelitas (1710) até a morte do primeiro bispo (1973); o segundo corresponde ao período entre os anos 1974-2009 com o pastoreio de Dom Gutemberg Freire Régis e o terceiro período é o tempo da transição com o ministério episcopal de Dom Joércio Gonçalves Pereira (2006-2009) e Dom Marcos Piatek (2011). Ao final aponta-se alguns traços atuais quando a região passou de Prelazia à Diocese (2013).

1. Primeiro período da evangelização

¹³⁶ PONTES FILHO, R.P. *Estudos de história do Amazonas*. Manaus: Editora Valer, 2000, p. 131; 146-147; 187-188.

¹³⁷ LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir*. In: *Estudos Avançados*, v. 16, n. 45, 2002, p. 108 e 116.

¹³⁸ SILVA, F.A.B. *O resgate do catecumenato...*, p. 14-15. O período inicial da colonização é marcado pelas devoções particulares, na segunda fase chegaram os jesuítas iniciando as desobrigas, no terceiro momento chegaram os redentoristas e as irmãs adoradoras articulando desobrigas e ação sociopastoral. A quarta fase realiza-se no clima do Vaticano II e seus dinamismos pastorais na Igreja Local.

1.1. A pré-evangelização

O processo evangelizador nesse território eclesial, situa-se no quadro da evangelização da Amazônia. O sistema do padroado¹³⁹ permitiu ao Império investir na Igreja e com sua ajuda, adentrar a região. A amistosa parceria entre o colonizador e o missionário, patrocinado pelos governos espanhol e português, foi favorecida e abençoada pela Igreja. A luta entre Espanha e Portugal pelo direito de explorar e evangelizar a Amazônia rendeu vantagem a Portugal¹⁴⁰ cujas marcas históricas perduram no tempo.

Dois resultados são registrados como consequências dessa atuação estrangeira. Diz respeito à influência nos costumes e práticas religiosas, e na organização e vivência social. Altera-se o modo de vida das aldeias tendo início os pequenos aglomerados de pessoas de diferentes grupos, ao mesmo tempo em que se incute as práticas devocionais particulares ou familiares trazidas pelos missionários ádvenas¹⁴¹.

Assim iniciou-se os primeiros núcleos dos futuros povoados e cidades desse território. Gawora, pesquisando sobre as consequências das descobertas do petróleo nesse espaço geográfico, constata a importância histórica de Samuel Fritz nessa área da Amazônia. Ele atuou por 40 anos fundando “30 reduções jesuíticas na chamada província de Omágua, onde viviam os omáguas e outros povos”. Uma das reduções é o primeiro núcleo que originou a aldeia de Coari em 1687¹⁴². O encontro para festejar os santos de devoção familiar e a aproximação do povo para aprender os ensinamentos dos missionários, fomentou o aglomerado de pessoas, o incipiente comércio e a permanência na localidade.

O encontro entre povos, grupos diferentes e costumes religiosos diferentes fomentou práticas religiosas enriquecidas das experiências e práticas diversas. Os indígenas e mestiços da região acolheram a evangelização e prática religiosa dos missionários, mesclando-a sutilmente aos seus próprios costumes. Cita-se o culto dos santos ilustrando a acolhida dos aborígenes ao mesmo tempo em que acrescentam seus próprios elementos sem negar sua cultura nem desprezar a proposta dos missionários¹⁴³.

¹³⁹ HOORNAERT, Eduardo; AZZI, Rioldando; et al. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Tomo II/1. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 163-164.

¹⁴⁰ SILVA, F.A.B. *O resgate do catecumenato...*, p. 15-16.

¹⁴¹ SILVA, F.A.B.(org). *Prelazia de Coari, jubileu de ouro...*, p. 14-18.

¹⁴² GAWORA, Dieter. *Urucu- impactos sociais, ecológicos e econômicos do projeto de petróleo e gás “Urucu” no Estado do Amazonas*. Manaus: Editora Valer, 2003, p. 44.

¹⁴³ OLIVEIRA, Liliane Costa. *Vida religiosa ribeirinha- um estudo sobre a Igreja Católica e Evangélica no Amazonas*. Manaus: 2012, 154 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Amazonas, p. 29.

Essa pacífica acolhida tem uma atitude velada a qual Nogueira identifica com o que se convencionou chamar de “leseira” como forma silenciosa, irônica e aparentemente passiva de reação frente ao poderio impetuoso do dinheiro e das armas do ‘invasor’. É o jeito silencioso de ação frente ao perigoso conquistador¹⁴⁴, “é mais que mero movimento ou ausência de movimento, mas essencialmente uma atitude, um comportamento, uma forma de estar diante do outro ameaçador”¹⁴⁵. Trata-se de um processo silencioso e consciente de reação.

Ao longo desse período situado entre os séculos XVI até o final do século XIX, várias congregações religiosas atuaram nessa região incluindo-se inicialmente os Franciscanos da província de Santo Antônio (1616 ou 1617), Carmelitas (1626), seguido dos Jesuítas (1653), Capuchinhos de São José ou da Piedade (1692 ou 1693)¹⁴⁶. Mas, foi no ano de 1943 que aportaram os missionários convidados a permanecerem e desenvolverem a evangelização no território onde encontra-se instalada a atual Diocese de Coari: os redentoristas.

1.2. Chegada dos missionários redentoristas e das irmãs Adoradoras¹⁴⁷

Os primeiros missionários redentoristas a atuarem na região chegaram ao Amazonas no ano de 1943, após um longo processo preparatório. Admite-se, antes, três grandes eventos antecedentes: a criação da Diocese do Amazonas, seu desmembramento em várias igrejas locais e a grande visita pastoral de Dom Basílio Manuel Pereira.

Com efeito, a Diocese do Amazonas foi desmembrada da Diocese do Pará pelo Papa Leão XIII através da bula “*Ad Universas Orbis Ecclesias*” em 5 de maio de 1892, dois anos após a declaração oficial do caráter leigo do estado brasileiro formalizada pelo Decreto 119-A a 7 de janeiro de 1890. Por esse decreto o Marechal Deodoro da Fonseca extingue o padroado, conferindo à Igreja liberdade nos assuntos religiosos, sem a interferência do Estado¹⁴⁸. Afora outras questões expressivas vale acentuar que esse é o primeiro período áureo da borracha no Amazonas situado entre 1880 a 1913.

¹⁴⁴ NOGUEIRA, Raimundo Augusto M. *Manacapuru: memória das lutas populares*. Manacapuru. [s.n], 2000, mimeografado, p. 15.

¹⁴⁵ SOUZA, Márcio. *Breve história da Amazônia*. Rio de Janeiro: Agir, 2001, p.161-162.

¹⁴⁶ PONTES FILHO, R.P. op. cit. p. 131; 63-64. No esquema organizado por Adélia Engrácia, o autor mostra ainda outras congregações religiosas que atuaram no Amazonas, todavia, não se localiza sua atuação na região ora estudada.

¹⁴⁷ Trata-se dos Missionárias da Congregação do Santíssimo Redentor (redentoristas, CSsR) e da Congregação das Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo (ASC).

¹⁴⁸ SANTOS, CJO. *Os arquivos das primeiras prelazias e dioceses brasileiras no contexto da legislação e práticas arquivísticas da Igreja Católica*, 2005, 237 p. Dissertação (Mestrado em ciência da informação), Universidade de Brasília, Disponível em <<http://bd.camara.gov.br>>, acesso em 23/02/2017, p. 109-110; 219.

O desmembramento da grande Diocese do Amazonas é parte das iniciativas de seu segundo bispo, Dom Frederico Benício de Souza Costa¹⁴⁹. Ele percebendo as necessidades do povo, tencionou oferecer-lhes atendimento evangelizador. Em 1910 foram erigidas as seguintes Prefeituras Apostólicas: de Tefé entregue aos cuidados da Congregação do Espírito Santo; do Alto Solimões confiada aos Capuchinhos; do Rio Negro sob a coordenação dos Salesianos. Em 1925 ergueu-se a Prelazia de Lábrea sob os serviços dos Padres Agostinianos Recoletos. Em 1931 a Prelazia do Alto Juruá é criada e entregue aos serviços da Congregação do Espírito Santo¹⁵⁰.

O quinto bispo da Diocese do Amazonas Dom Fr. Basílio Manuel Olímpio Pereira (1926-1941), realizou visita pastoral no ano de 1937 constatando a necessidade da presença urgente de padres nas vilas de Codajás, Coari e Manacapuru a fim de enfrentar a situação de abandono social e religioso em que se encontrava o povo¹⁵¹. Mas, foi Dom João da Mata de Andrade e Amaral (1941-1948) que conseguiu efetivar esse propósito¹⁵².

Dom João da Mata contou com alguns fatores favoráveis à sua busca: os interesses do governo brasileiro e norte-americano em investir na região¹⁵³ e o desejo em evangelizar o povo. Em decorrência do início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), para suprir a necessidade de borracha, “em 1942, é assinado o assim chamado Acordo de Washington, proposto pelos E.U.A ao Brasil, visando empreender uma atuação conjunta que viabilizasse o crescimento rápido da produção da goma nativa”¹⁵⁴.

A iniciativa do bispo concretizou-se no envio de carta ao superior redentorista de *Sant’Louis*, nos Estados Unidos expondo sua preocupação com a chegada de “numerosos norte-americanos para os trabalhos técnicos e sociais” a serem implementados na Amazônia. Por isso o bispo pede a criação de uma missão redentorista na Diocese de Manaus. O pedido

¹⁴⁹ CERETTA, Celestino. *História da Igreja na Amazônia Central*. vol.2. Manaus: Biblos, 2014. Embora tenha enfrentado muitos desafios e desafetos na diocese, a atenção pastoral do bispo rendeu resultados valiosos na organização da Igreja no Amazonas.

¹⁵⁰ SILVA, F.A.B. *O resgate do catecumenato...*, p. 25.

¹⁵¹ CERETTA, Celestino. op. cit. p. 504-505. Segundo o autor, trata-se do quarto bispo titular, pois o terceiro bispo diocesano, Dom Santino Maria da Silva Coutinho, arcebispo do Pará, assumiu como Administrador Apostólico entre 1913-1916 até a nomeação do terceiro bispo titular, Dom João Irineu Joffily 1916-1924.

¹⁵² SILVA, F.A.B. *O resgate do catecumenato...*, p. 26-27.

¹⁵³ RIBEIRO, Nelson Figueiredo. A Amazônia na Geopolítica Brasileira e Internacional. In: GUIDOTTI, Humberto; OLIVEIRA, J.A.(orgs). *A Igreja arma sua tenda na Amazônia*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000, p. 37-39. O autor descreve que desde o século XIX houve interesses do governo norte-americano em dominar a Amazônia. Destaca-se a Doutrina do ‘Destino Manifesto’ (1850); Doutrina do ‘Big Stick’ (1904). O que conservou a soberania nacional brasileira sobre a região foi o ‘Tratado de Petrópolis’ (1903).

¹⁵⁴ PONTES FILHO, R.P. op. cit. p.147. Entre 1942-1945 cerca de 100 mil nordestinos atuaram na Amazônia como ‘soldados da borracha’; COSTA, Gelmino. Migração na Amazônia. In: GUIDOTTI, Humberto; OLIVEIRA, J.A. (orgs). *A Igreja Arma sua tenda na Amazônia*, Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000, p. 58 – diz que em 01/09/1943 foi criado o batalhão da borracha que fez chegar à Amazônia 56 mil jovens para a extração do látex, destes 27 mil morreram em 2 anos.

foi aceito como chamado de Deus e os redentoristas iniciaram sua presença na região no ano de 1943¹⁵⁵.

A presença e atuação dos missionários realizaram-se em duas grandes fases: a fase da evangelização mais voltada para a catequese-doutrinal e a fase enriquecida pela atuação social. Entre os anos de 1943 até 1947 a atuação missionária se deu com as desobrigas e as santas missões, na dinâmica evangelizadora pré-Vaticano II, centrada na figura do padre com conteúdos doutrinários e práticas sacramentais e devocionais¹⁵⁶. O objetivo de ‘salvar tua alma’ não inspirava a formação de comunidades¹⁵⁷.

Para a atuação social, sobretudo observando o cuidado com a saúde e com a formação educacional do povo, sentiram a necessidade da presença religiosa feminina. O contato com as superiores de Congregações femininas obteve êxito junto às irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo. As pioneiras dessa missão chegaram a Manaus em 27 de novembro de 1947, desembarcando em Coari no dia 25 de dezembro do mesmo ano. A atuação das irmãs favoreceu o avanço da ação evangelizadora nos âmbitos da educação e da saúde, bem como a assistência aos serviços catequéticos já iniciados¹⁵⁸.

Essa atuação missionária precedeu a instalação da Prelazia. Corrêa observa que a criação das circunscrições eclesiais na Amazônia segue o modo territorial de organização eclesial. A relativa proximidade da região entre Coari e a capital, ajuda compreender a delonga na formalização dessa Igreja Local ficando para o ‘terceiro tempo’ da criação de novas Prelazias no território amazônica (1949-1979)¹⁵⁹.

1.3. A criação e instalação da Prelazia

A Igreja Local de Coari, foi criada como Prelazia Nullius em 13 de julho de 1963 pelo Papa Paulo VI com a bula *Ad Christi*, desmembrando-a da Arquidiocese de Manaus (erigida em 1952). A instalação se deu em 11 de março de 1964. O primeiro administrador Apostólico

¹⁵⁵ MUCKERMAN, Norman J. *Redentoristas na Amazônia. Os primeiros 50 anos*. Manaus. [s.n], 1992, p.4.

¹⁵⁶ Idem, p. 24. 69-70.

¹⁵⁷ SILVA, F.A.B. *Prelazia de Coari, Jubileu de ouro...*, p. 31-32.

¹⁵⁸ SILVA, F.A.B. *O resgate do catecumenato...*, p. 33.

¹⁵⁹ CORRÊA, M.F.N. A lógica da territorialidade católica na região amazônica. In: Encontro de Geógrafos da América Latina. 10., 2005. São Paulo, *Anais*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 3617-3619. Tempo 1 (1800- 1930) desmembra-se da diocese de São Luiz do Maranhão a Diocese de Belém e, desta a diocese do Amazonas; tempo 2 (1903-1934) instalação de várias circunscrições eclesiais desmembrando-as da diocese do Amazonas e da diocese de Belém; Tempo 3 (1949-1979); Tempo 4 (1983 a 1988).

foi o Arcebispo de Manaus, Dom João de Souza Lima até a tomada de posse de seu primeiro prelado nullius¹⁶⁰.

1.4. Primeiro prelado (1964- 1973) - infância pastoral

Mário Roberto Emmet Anglin, CSsR, foi o primeiro bispo da Prelazia de Coari. Nasceu nos Estados Unidos em 4 de março de 1922. Sua profissão religiosa se deu em 2 de agosto de 1942 e a ordenação presbiteral, no dia 6 de janeiro de 1948, vindo ao Brasil no mesmo ano. Iniciou sua atuação na Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro em Belém do Pará. A Santa Sé o escolheu para o episcopado no dia 25 de Abril de 1964. Foi sagrado bispo em Chicago, Illinois (E.U.A) a 2 de junho, assumindo a missão episcopal no dia 26 de julho de 1964 na Catedral de Sant’Ana, na cidade de Coari¹⁶¹.

Três destaques percebem-se durante seu episcopado: seu olhar atento e sonhador sobre a realidade, a fundação da rádio e aquisição de um avião. Sua visão sobre a realidade é testemunhada em seus escritos. Compreende que a natureza, o ritmo das águas dos rios, a vitalidade da floresta, o clima, influem na vida do povo. “Todos esses fatores: rios, matas, distâncias, meios de comunicação e da educação tem moldado a estrutura social econômica e política da região”¹⁶². Afirma a importância das paróquias, dos grupos de serviços, das sociedades paroquiais e dos párocos para o bem das cidades, mas, aponta a fragilidade da saúde e o baixo nível de escolaridade do povo. Sonha com melhor atendimento de saúde e com investimento social e econômico através das cooperativas de crédito.

A rádio Educação Rural de Coari foi fundada no mesmo dia da tomada de posse de Dom Mário, em 26 de julho de 1964. Iniciou seu funcionamento com um transmissor de pequena potência e favoreceu melhor comunicação do bispo com o povo da paróquia e um pouco mais além. “Cada agrupamento de moradores que aceitavam reorganizar-se [...] recebia um aparelho de rádio, carinhosamente denominado cativo” cujo alcance era limitado tornando os ouvintes ‘cativos’ de uma única estação de rádio¹⁶³. O bispo tinha seu espaço para enviar sua mensagem ao povo¹⁶⁴.

¹⁶⁰ SILVA, F.A.B. *O resgate do catecumenato...*, p. 12.

¹⁶¹ SILVA, F.A.B. *Prelazia de Coari, jubileu de ouro...*, p. 382.

¹⁶² Idem, p. 383. 384. Nota-se que a ideia de cooperativa de crédito era recorrente na intenção de agentes da região.

¹⁶³ NEVES, Delma Pessanha. Os ribeirinhos- agricultores de várzea: formas de enquadramento institucional. In: *Novos Cadernos NAEA*, vol. 12, n. 1, jun. 2009, p. 79.

¹⁶⁴ MUCKERMAN, Norman. *Redentoristas na Amazônia...*, p. 86-90.

Seu intento de estar sempre mais próximo ao povo e realizar a tarefa evangelizadora promovendo a vida de modo integral, o levou a ter aulas de voo nos Estados Unidos e adquirir um hidroavião. O avião servia para os serviços missionários e outras necessidades do município. Foi no transporte de materiais para o Banco do Estado do Amazonas, em Coari que uma pane no motor levou-o ao fundo do rio, encerrando sua trajetória e ceifando a vida do piloto¹⁶⁵.

A trajetória missionária do bispo foi encerrada no dia 13 de abril de 1973 no porto de Manaus, onde chegou para tratamento médico. Um enfarto no miocárdio finalizou sua missão. Seu corpo encontra-se sepultado na Catedral de Sant'Ana em Coari. Ficou registrado para a história um trecho de seu discurso- “não acabamos o trabalho, mas desafiamos o trabalho a acabar com a gente. O povo sabe que, com ou sem casa própria, viemos aqui para morar com eles. E haveremos de ficar até o fim, se preciso for, de nossa vida, pois o desafio continua”¹⁶⁶.

2. Segundo período

O segundo grande período da história da evangelização da Prelazia de Coari, tem início com a nomeação de padre Gutemberg Freire Régis como o segundo prelado em 18 de outubro de 1974.

2.1. Segundo prelado (1974-1978)- A adolescência pastoral

“A adolescência Pastoral da Prelazia de Coari começou com a posse de um filho como seu bispo”¹⁶⁷. Nascido em 14 de agosto de 1940 na localidade de São João no município de Anamã, Diocese de Coari, Gutemberg foi ordenado padre em 22 de julho de 1966 e foi nomeado prelado aos 34 anos. A tomada de posse se deu no dia 1º de dezembro do mesmo ano de 1974. Em 1978 recebeu a autorização para ser ordenado bispo.

2.2. O segundo bispo prelado (1978- 2009)

A sagração do segundo bispo prelado de Coari foi no dia 23 de julho de 1978. Dom Gutemberg Freire Régis escolheu como lema Episcopal “Estarei sempre convosco”. Destaca-

¹⁶⁵ SILVA, F.A.B. *Prelazia de Coari, jubileu de ouro...*, p. 388.

¹⁶⁶ Idem, p. 389.

¹⁶⁷ REGIS, Gutemberg. *Pistas das Assembleias*. Manaus: Belvedere, 2000, p. 03.

se a presença de sua família pela primeira vez em suas cerimônias religiosas, visto que as demais foram nos Estados Unidos. Desde que iniciou seu pastoreio à frente dessa Igreja Local, muitos são os destaques a serem lembrados no aspecto social e no aspecto religioso¹⁶⁸.

Quanto ao aspecto social no início de seu ministério a região estava composta pelos Municípios de Coari (formalizada cidade em 02/08/1932), Manacapuru (tornou-se cidade em 16/07/1932) e Codajás (elevada à cidade em 30/03/1938). Ao longo dos anos houve os desmembramentos municipais. O Município de Anori fora desmembrado de Codajás, mas ainda não havia a instalação de paróquia na sede municipal. Anamã foi desmembrado de Anori, Beruri foi elevado a Município desligando-se de Manacapuru, que também teve emancipado a área de Caapiranga elevado à categoria de município¹⁶⁹.

Na constituição desses novos municípios não parece haver o desejo de melhor servir ao povo, como consta da história das novas instalações eclesiais. As novas configurações municipais não fomentaram “vida com qualidade” à população, mas, beneficiaram alguns poucos que se apossaram do poder. Desenhou-se as pequenas oligarquias municipais, nas quais o poder municipal é entregue por herança a uma minoria ‘elitista’ subdividida em reduzidos grupos para formalizar a disputa eleitoral e garantir a permanência no espaço político.

Quanto ao aspecto religioso, Dom Gutemberg tomou ciência de seu papel evangelizador com influência e não interferência social. Por isso primou pelos serviços e estratégias que ajudassem em sua missão. Alimentou a consciência de que “o bispo precisa de ajuda. Uma pessoa sozinha não pode identificar, estudar, analisar e responder aos complexos problemas que se confronta na Prelazia”¹⁷⁰.

Dentre suas iniciativas encontram-se: criação de novas paróquias, as assembleias pastorais realizadas cada ano a partir de 1975, em busca da pastoral de conjunto (PPC)¹⁷¹. Constata-se também: a procura por mais congregações religiosas para atuar na Prelazia; os

¹⁶⁸ SILVA, F.A.B. *Prelazia de Coari, jubileu de ouro...*, p. 395.

¹⁶⁹ Anori- “Elevado à [...] município, pela lei estadual nº 117, de 29-12-1956”; Beruri- “Em 10.12.1981, pela Emenda Constitucional nº 12, o Distrito de Beruri, [...] passa a constituir o novo Município de Beruri”; Anamã – “Em 10.12.1981, pela Emenda Constitucional nº. 12, o distrito de Anamã [...] passa a constituir o novo Município de Anamã; Caapiranga- “Em 28.12.1981, pela Emenda Constitucional nº 12, o Distrito de Caapiranga [...], passa a constituir o novo Município de Caapiranga” (disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>; acesso em 01/03/2017).

¹⁷⁰ REGIS, Gutemberg. *Pistas da caminhada*. Manaus: Belvedere, 1999, p. 33. Carta de convocação da primeira assembleia pastoral.

¹⁷¹ Cf. CNBB, *Plano de Pastoral de Conjunto*, 1966-1970. Brasília, 2004. Disponível em <<http://www.cnbb.org.br/publicações-2/documentos-para-downloads-2>>, acesso em 20 de abril de 2017. Desde o início da implantação da renovação conciliar a Igreja no Brasil, assume sua ação evangelizadora, desdobrando o triplice múnus em seis dimensões: comunitária, catequética, litúrgica, profética, sócio transformadora e ecumênica, Cf. BRIGHENTI, Agenor. Pastoral, In: *Dicionário do Concílio Vaticano II ...*, Op. cit. p. 723

esforços para tornar real os sonhos da autonomia pastoral com a formação de lideranças leigas e clero diocesano; a autonomia financeira através do dízimo; a busca por alimentar a comunhão com a Igreja amazônica e Universal. O longo período como prelado finalizou em 28 de fevereiro de 2007 quando se deu sua renúncia planejada e aceita pelo Papa.

A partir dessa data o bispo coadjutor (Dom Joércio), assumiu como terceiro bispo da Prelazia de Coari¹⁷².

3. Tempo de transição- Juventude pastoral

3.1. Dom Joércio Gonçalves

A Prelazia esteve sob um período de transição a partir da renúncia de dom Gutemberg, em três momentos: o episcopado de Dom Joércio; a atuação do Administrador Apostólico; e a acolhida ao quarto bispo. Joércio Gonçalves Pereira, nascido na cidade de Virgínia, estado de Minas Gerais, foi o terceiro bispo prelado de Coari. Nasceu em 3 de setembro de 1953, foi ordenado presbítero no dia 26 de fevereiro de 1983. Em 30 de novembro de 2005 foi nomeado Bispo Coadjutor, chegando em fevereiro de 2006. Assumiu o episcopado entre fevereiro de 2007 a julho de 2009, quando renunciou por motivos de saúde. Dentre seus legados registram-se a reforma da Casa do Bispo, a aquisição de outra casa do clero na capital, a instalação da Paróquia Santuário São Francisco do Anamã e os procedimentos para novas instalações paroquiais¹⁷³.

3.2. Dom Marcos Piatek

Marcos Marek Piatek, CSsR é o quarto bispo da Prelazia. Foi precedido por Dom Gutemberg Régis na função de Administrador Apostólico após a renúncia de Dom Joércio. Dom Marcos nasceu no dia 10 de outubro de 1954 na cidade de Tuchów, Polônia. Fez sua profissão religiosa em 1974, sendo ordenado presbítero em 5 de junho de 1980. Após o mestrado e doutorado em Roma, foi enviado ao Brasil como fora seu pedido após a ordenação. Depois de 25 anos residindo em Salvador, em junho de 2011 é nomeado para a

¹⁷² SILVA, F.A.B. *Prelazia de Coari, jubileu de ouro...*, p. 395-397.

¹⁷³ Idem, p. 398.400.

Prelazia. Foi sagrado bispo em 12 de agosto de 2011, em Salvador- BA, empossado em 23 de outubro do mesmo ano¹⁷⁴.

A marca mais destacada de seu exercício episcopal é a celebração dos cinquenta anos de Evangelização da Prelazia de Coari e a elevação à categoria de Diocese. A “maturidade” dessa jovem Igreja está reconhecida. A celebração jubilar realizou-se com programação iniciada em 20 de julho de 2013, abertura Oficial da 38ª Assembleia Pastoral. O encerramento se deu na missa do dia 16 de março de 2014 finalizando a 39ª Assembleia Pastoral Prelática e celebrando a instalação da Diocese¹⁷⁵.

4. Traços da realidade no início da diocese- (Maturidade pastoral)

No período em que a Igreja é elevada à diocese, alguns traços dessa realidade saltam aos olhos, os quais indicam necessidades, urgências, novidades luminosas e sombrias. No campo religioso, há diversos sinais de mudanças internas e externas. Cresceu o número de paróquias, a quantidade de serviços e ministérios leigos desenvolvidos nas comunidades e na pastoral paroquial e diocesana. Há um pequeno clero diocesano e a auto sustentação financeira, dentre outros elementos.

Mas existe também uma diversidade de situações divergentes. Há vários grupos religiosos: os proselitistas arrebanhando adeptos; os mais fechados e radicais; os que tem ‘pertencimento múltiplo’ indo em várias igrejas e religiões diferentes; e os poucos a declarar-se sem religião. Em tudo a primeira conclusão, por ora, é que não sendo única, a Igreja precisa renovar-se continuamente para ser fiel à sua missão sem impor-se com aspereza e nem se ofuscar frente às demais expressões religiosas¹⁷⁶ para continuar oferecendo sua colaboração social através da evangelização, como já o faz desde o início no campo da saúde e da educação.

Constata-se avanço no nível de escolaridade¹⁷⁷. Há escolas de ensino fundamental, escolas de ensino médio, nível técnico e, polos e cursos universitários nas cidades. Entretanto, urge sempre melhor aplicação da educação na vivência e construção social. A ‘decadência’

¹⁷⁴ Idem, p. 401-405.

¹⁷⁵ Idem, p. 278.

¹⁷⁶ Cf. MENEZES, R.C. Às margens do Censo de 2010: expectativas, repercussões, limites e usos dos dados de religião. In: *Religiões em movimento: o censo de 2010*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 330-346.

¹⁷⁷ O Plano Estadual de Educação lançado em 2008 apresenta alguns dados significativos. Em 2006 havia 19 Instituições de Ensino Superior no Estado, sendo 4 públicas (p.43). Em 2007 foi inaugurado o Centro de Mídias para Educação à Distância no Estado (p.53). Há melhor qualificação dos docentes, como também há um alto índice de analfabetismo (p.47). GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. *Plano Estadual de Educação*. Manaus, 2008. Disponível em www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/file/pee/pee_am.pdf Acesso em 03 de abril de 2017.

política, as fraudes eleitorais, a violência em suas múltiplas modalidades, a dependência das políticas assistenciais do governo não expressa crescimento da consciência cidadã, nem a maturidade socioeducativa da população. O processo educacional e cultural sofre mutações constantes. Uma das fontes de dificuldades está na rapidez de tais mudanças.

É perceptível a mudança no ritmo de vida do povo. Há uma relação notória com a velocidade das comunicações e dos transportes. No passado, as cidades eram isoladas por falta de comunicação. Atualmente a internet mantém as pessoas conectadas com o mundo e, muitas vezes, desconectados com a casa e o bairro onde se vive. O pesquisador Gawora alude ao transporte entre Coari e Manaus no ano de 2003 relatando o tempo de viagem entre 18 e 26 horas. Com efeito, no ano de 2014 constata-se o tráfego veloz de passageiros nos chamados ‘jatinhos’ com a duração entre 7 e 9 horas de viagem no mesmo percurso¹⁷⁸.

Outros gravíssimos problemas surgiram e precisam de atenção, dentre eles as novas configurações de criminalidade: crime organizado realizado com o tráfico de pessoas; de drogas, e de órgãos; crimes de ordem política, envolvendo agentes do direito e de outros serviços públicos; crime ambiental, etc. É nesse contexto histórico que a presença da Igreja Católica continua seu processo de construção, renovação e realização de sua missão evangelizadora.

A realidade histórica dessa Igreja, apresentada brevemente, expõe aspectos institucionais já constituídos. Porém, há muitos elementos em permanente construção. Considera-se agora o desafio de uma leitura dos traços teológicos mais relevantes que ajudam na configuração de sua identidade eclesial. Há que se considerar tal leitura, incluindo elementos histórico-culturais, baseando-se no conhecimento e na experiência da fé vivida pelos membros dessa Igreja Local¹⁷⁹, no esforço de compreender o que Deus diz sobre seu Povo e para esse povo¹⁸⁰.

II. Traços teológicos

¹⁷⁸ GAWORA, Dieter. *Urucu- impactos sociais ...*, p. 24. Observa-se que a viagem subindo de Manaus a Coari é feita em 26 horas, a baixada do Rio, de Coari a Manaus faz-se em 18 horas. Na obra referida o autor cita invertendo o traslado; LOUREIRO, Antônio José Souto. *História da Navegação no Amazonas*. Manaus: Gráfica Lorena Ltda, 2007 - um estudo da presença das Companhias de Navegação na Amazônia e da evolução da velocidade, do tamanho e da qualidade de tais embarcações e seus serviços na região.

¹⁷⁹ Cf. MANZATTO, Antônio. O teólogo, responsável pelo mundo. In: *Ciberteologia- Revista de Teologia & Cultura*. São Paulo, Ano III, n. 10, mar/abr 2007, p. 72.

¹⁸⁰ Cf. MARINO JÚNIOR, Raul. *A religião do cérebro: as novas descobertas da neurociência a respeito da fé humana*. São Paulo: Editora Gente, 2005, p. 82.

Elevada à condição de diocese, a maturidade dessa Igreja expressa-se na capacidade de reconhecer-se limitada. Compreende-se necessitada da parceria entre Deus, seus enviados e os que constituem formalmente seu povo a fim de transbordar-se para o bem de todos. As expressões de sua missionariedade podem ser contempladas na construção de sua identidade eclesial, na sua atuação social e na compreensão e dinamismo da ação evangelizadora.

1. Construção da identidade eclesial

A identidade humana e cristã é construída na caminhada da vida. No que tange à Igreja, “a fidelidade e a identificação a Jesus Cristo [bom pastor] são a [sua] identidade suprema”¹⁸¹. Urge a cada tempo refletir acerca dessa identificação, compreendê-la, assumi-la e renová-la. A reflexão acerca de si própria tem maior densidade em momentos expressivos, a fim de que a Igreja assuma sua participação na sociedade sem condenação, imposição, ou censura, mas no diálogo, e no testemunho eficaz¹⁸². Na Amazônia, embora haja os diversos entraves, a Igreja tem conseguido esse intento.

Na Diocese de Coari sobressaem as assembleias pastorais e os planos de ação evangelizadora como dois instrumentos através dos quais o povo aprendeu a se articular, organizar suas ações, fomentar maior participação na comunidade de fé e na sociedade, bem como acompanhar a reflexão acerca de sua realidade sociocultural.

1.1. As assembleias

A experiência das assembleias acompanha o Povo de Deus. É válida a inspiração da grande assembleia de Siquém quando Josué ajuda o povo a perceber a necessidade de decidir e assumir convictamente sua fidelidade a Javé (Js 24,1-28). Observa-se a importância de rever a caminhada com suas motivações e convicções para continuar. O bispo prelado refere-se à necessidade de realizar assembleia lembrando sua experiência, no início de seu pastoreio, para pensar coletivamente os rumos da Igreja. Eis o que ele diz:

Tudo começou como um sonho com força de pesadelo. Fazer pastoral de conjunto sem recursos humanos e financeiros suficientes [...]. As

¹⁸¹ CONRADO, Sérgio. O planejamento pastoral à luz do Documento de Aparecida. In: *Revista de Cultura Teológica*. n. 64. jul/set 2008, p. 79.

¹⁸² Cf. HÉBETTE, Jean. Que Amazônia foi construída nos últimos 25 anos? (Um balanço na ocasião da comemoração dos 25 anos do Documento de Santarém – 1972). In: GUIDOTTI, Humberto; OLIVEIRA, JA. *A Igreja arma sua tenda na Amazônia*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000, p. 24.

assembleias pastorais seriam o eixo para meu ministério: decisões partilhadas, participação pelos ministérios e serviços eclesiais (pastorais específicas), forte participação de leigos, plano de evangelização em todos os níveis (prelazia, paróquia e comunidade), e despesas repartidas (hospedagem de leigos em casas particulares com refeições; religiosas hospedariam religiosas e padres hospedariam padres); as viagens seriam por conta das paróquias; o local seria em rodízio entre as quatro paróquias existentes na época para que as distâncias fossem também proporcionais dentro do ciclo de quatro anos¹⁸³.

Essa postura está em sintonia com as inspirações apresentadas no Vaticano II ao promover a participação de todo o Povo de Deus não apenas na execução de tarefas, mas também no processo de reflexão, discernimento e decisões pastorais. Com novos mecanismos para auxiliar na coordenação pastoral (Cf. CD, 27e), “desenvolve-se uma pastoral orgânica e de conjunto no contexto da Igreja Local, referência e unidade de planejamento da ação, seja para as paróquias (Cf. AA, 10b)¹⁸⁴, seja para os movimentos eclesiais”¹⁸⁵.

Dois elementos perpassam as assembleias pastorais da diocese: o planejamento pastoral e o fortalecimento da identidade eclesial os quais, na verdade, compõem o processo de construção de sua eclesialidade.

1.2. O planejamento

O planejamento pastoral traduz a confiança na ação divina e na corresponsabilidade humana (Lc 14,28-32; Jo 6,1-15). Só a vontade não basta para realizar o que se almeja. A compreensão da história da salvação torna claro o plano de Deus para o bem de todos. Por isso entende-se que planejamento pastoral seja mais que estratégias (Cf. DA p, 372)¹⁸⁶ para se alcançar sucessos e vantagens frente aos concorrentes ou instrumentos para retomar adeptos e espaços perdidos pela Igreja¹⁸⁷. Alia-se, de fato, ao desejo de coadjuvar para que a salvação chegue a todos.

Segundo Conrado, planejamento pastoral leva em conta três fatores distintivos: a origem do termo pastoral, cuja ação defensora e cuidadora é atribuída a Deus agindo em favor do povo, através de seus enviados e plenamente pelo ministério de Jesus. Considera ainda a

¹⁸³ REGIS, Gutemberg. *Pistas das Assembleias ...*, p. 07.

¹⁸⁴ Decreto *Christus Dominus* sobre o múnus pastoral dos bispos na Igreja (CD); Decreto *Apostolicam Actuositatem* sobre o Apostolado dos leigos (AA). In: *Compêndio do Vaticano II Constituições, Decretos e Declarações*.

¹⁸⁵ Cf. BRIGHENTI, Agenor. Pastoral. In: *Dicionário do Concílio Vaticano II*. Op. cit. p. 721.

¹⁸⁶ CELAM. *Documento de Aparecida*. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2007..

¹⁸⁷ Cf. ANTONIAZZI, Alberto. Planejamento pastoral- reflexões críticas. In: *Perspectiva Teológica*, v. 21, n. 53, 1989, p. 106.

ação intra-ecclesial e a atenção para não se cair no espontaneísmo, nem na burocratização ou na adaptação inoportuna. O terceiro fator diz respeito à superação da mera pastoral de conservação. Reafirma-se a colaboração com a ação eficaz do Espírito através de sua atuação eclesial e no diálogo com o mundo¹⁸⁸. Na história da Diocese constata-se a expressão desses elementos do planejamento na realização das assembleias. Por isso apresenta-se em resumo essa trajetória.

A prática de planejamento pastoral da Diocese segue as seguintes etapas: levantamento da realidade, construção do texto base, aprovação do texto final, acompanhamento do planejado, avaliação do plano em voga (PPC, p.71). Em seus escritos, o segundo bispo prelado apresenta um quadro sistemático dessas assembleias em seis etapas atribuindo os seguintes títulos a cada uma: esteios e barrotes (1975-1978); Igreja particular (1979-1983); unidade na diversidade (1984-1987); rosto amazônico (1988-1991); dinamismo missionário (1992-1995); novo milênio à vista (1996-1999)¹⁸⁹. A partir do Ano Santo de 2000, Silva registra as etapas de planejamento como segue: Novo Milênio (2000-2006); Transição Episcopal (2006-2009); Nova Transição Episcopal (2009-2011); Pistas de Ação Evangelizadora da Prelazia de Coari (2005-2008); 7º plano de Evangelização (2010-2013); o Ano Jubilar prelaticio (2013- 2014)¹⁹⁰.

Algumas assembleias marcam etapas. Destacam-se as que foram concluídas com a aprovação dos planos pastorais. Na assembleia de 1978 foram aprovadas as Diretrizes Gerais para os planos pastorais da Prelazia¹⁹¹. Até o ano 2014, quando foi elevada à Diocese, foram trabalhados sete planos, nos seguintes anos: o primeiro foi concluído na assembleia de 1983; o segundo em 1985; terceiro plano em 1988; quarto em 1992; quinto em 1996; sexto plano em 2001. Em 2004 aprovou-se ‘As Pistas de Ação Evangelizadora da Prelazia de Coari’, retornando à prática do Plano de Evangelização no período de 2010 a 2013¹⁹².

Todas as modalidades de assembleia realizadas nesse percurso histórico “servem como elos na caminhada pastoral da Igreja Local”, [...] “ligando, ano após ano, as iniciativas, os sucessos e fracassos da evangelização na Prelazia de Coari¹⁹³”. Esse é um processo iniciado desde a Carta de convocação da Primeira Assembleia Pastoral em 1975.

¹⁸⁸ Cf. CONRADO, Sérgio. O planejamento pastoral à luz do Documento de Aparecida..., p. 77-80.

¹⁸⁹ REGIS, Gutemberg. *Pistas das Assembleias* ..., p. 15-51.

¹⁹⁰ SILVA, F.A.B. *Prelazia de Coari, jubileu de ouro...*, p. 245-278.

¹⁹¹ Encontra-se em vigor desde 2003 o documento atualizado. PRELAZIA DE COARI. *Diretório pastoral da Prelazia de Coari*. Coari, 2003.

¹⁹² SILVA, F.A.B. *Prelazia de Coari, jubileu de ouro...*, p. 227-278.

¹⁹³ REGIS, Gutemberg. *Pistas das assembleias*, p. 35; 9.

O bispo conclama, nessa carta, os líderes agentes de pastorais para esse evento que será o começo de suas atividades e o início do processo de maior comunicação e participação na vida da Igreja. Aspira levar a mensagem de Cristo para o mundo e o mundo para Cristo. Reafirma que todos os batizados formam a Igreja e são corresponsáveis por ela (Cf. LG, 7). Isso permite e exige a liderança partilhada na identificação, estudo, análise e construção de respostas aos problemas que vão surgindo, em vista de adequar novas estruturas para novas situações. O prelado declara em sua carta: “o bispo precisa de ajuda. Uma pessoa sozinha não pode identificar, estudar, analisar e responder aos complexos problemas que se confronta uma Prelazia”¹⁹⁴. A caminhada revela os frutos colhidos nesse processo evangelizador.

Na primeira Assembleia (1975) se perguntou “o que é Prelazia? O que é pastoral de conjunto? Por que existe a paróquia?” A terceira Assembleia Prelática de Pastoral (APP) acolheu a inspiração da *Evangelii Nuntiandi* (EN)¹⁹⁵ para continuar o planejamento iniciado em 1975. Segundo Conrado, “quando Paulo VI escreveu a Exortação Apostólica [...] e falava da evangelização como tarefa da Igreja, sua preocupação maior não era com o conteúdo central da evangelização, mas sua eficácia”¹⁹⁶. Nessa inspiração procurou-se aprofundar as respostas e construir métodos eficazes para a evangelização¹⁹⁷.

Assim pode-se observar a realização do planejamento pastoral através das decisões e ações construídas, decididas, assumidas e realizadas em comunhão. Eis alguns de seus frutos: a formação dos leigos; a formação do clero autóctone; as novas paróquias; a acolhida às novas congregações; os encaminhamentos para a presença e atuação evangelizadora no meio social, cujo aprofundamento será tratado em outro tópico.

Todavia três observações são apontadas entre críticas e reconhecimentos da relevância dessa experiência: A primeira refere-se ao otimismo exagerado de quem credita o resultado da evangelização ao planejamento, olvidando-se de que se trata de instrumento ou meio em vista de um fim. Em segundo lugar, alega-se crítica a quem busca o desenvolvimento ou progresso da Igreja, quando na verdade trata-se de adequá-la às necessidades que se apresentam a fim de ajudá-la a realizar sua missão. E por fim, evidencia-se o risco de quem discorda do planejamento por confiar e esperar nas moções individuais do Espírito.

Constata-se, entretanto, a atuação conjunta de três agentes: Deus Senhor da missão salvífica, os agentes evangelizadores e todos os demais com os quais realiza-se a tarefa

¹⁹⁴ REGIS, Gutemberg. *Pistas da caminhada ...*, p. 32- 33.

¹⁹⁵ PAULO VI. *Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi*, sobre a Evangelização no mundo contemporâneo (Roma, 8 de dezembro de 1975), Petrópolis: Vozes, 1976.

¹⁹⁶ CONRADO, Sérgio. O planejamento pastoral à luz do Documento de Aparecida ..., p. 81.

¹⁹⁷ REGIS, Gutemberg. *Pistas das Assembleias...*, p. 15.

evangelizadora. Acrescente-se que todo plano é dica, trilha para se buscar o resultado final, que é a salvação de todos conforme o desejo do Pai. No entanto, o tempo e os modos de realizá-la estão aquém e além de todo planejamento humano, embora este seja um processo que ajuda a vivê-la ativamente.

Observa-se na bíblia, que as assembleias do Povo de Deus são caracterizadas por elementos decisivos no fortalecimento da comunhão ou de aprofundamento da própria identidade. Josué chama a atenção para a tomada de decisão convicta para com o Senhor (Js 24, 1-28). As assembleias litúrgicas em todo o pentateuco convidam a alimentar a pertença e a comunhão enquanto povo eleito. Neemias reapresenta ao povo o livro da Lei na volta do Exílio para que se recupere a memória e o porquê de sua identidade (Nee 8). Em Atos dos Apóstolos (At 15), o Concílio de Jerusalém expõe o sério problema da acolhida dos pagãos à fé, perguntando-se sobre a necessidade de circuncidar-se ou não para tornar-se cristão. Em todas essas situações o discernimento não permitiu que apenas uma pessoa ouvisse a voz de Deus e decidisse por todos e para todos baseado apenas em sua experiência interior.

Assim as assembleias tornaram-se, na Prelazia de Coari, um caminho de construção da unidade e da comunhão “dessa porção do Povo de Deus” confiada a seu bispo e ao seu presbitério em vista de constituir “uma Igreja particular, na qual verdadeiramente está e opera a Una, Santa, Católica e Apostólica Igreja de Cristo” (CD, 11; LG, 23;26). Configurou-se como instrumento de realização de sua tarefa evangelizadora na busca em compreender-se e construir o rosto da Igreja local.

2. O fortalecimento da identidade

A Igreja Local é a ‘encarnação’ da Igreja Universal numa “porção da humanidade em concreto, fala uma determinada linguagem”, enriquecida por uma herança sociocultural, uma visão de mundo, “enfim, de um substrato humano específico” (EN, 62). “É uma célula vivente do Povo de Deus, que tem por missão refletir em um lugar determinado e particular a Igreja de Cristo. Nesse sentido, ela é porção e não parte desse povo, uma vez que na diocese a Igreja de Deus faz-se presente em sua totalidade”¹⁹⁸.

Embora exista uma ‘teologia da diocese’ com raízes fundadas na bíblia e na história¹⁹⁹, a Igreja particular necessita dar-se conta de suas feições próprias. Na história da Diocese de Coari a busca por compreender e constituir uma identidade eclesial, evidencia dois momentos

¹⁹⁸ XAVIER, Donizete J. Diocese. In: *Dicionário do Concílio Vaticano II* ..., p.287.

¹⁹⁹ Ibidem.

ou movimentos simultâneos: o povo que procura se descobrir e se construir Igreja e a Igreja (instituição) que procura tornar-se, realmente, povo.

2.1. O povo se faz Igreja

A Igreja está sempre em formação. Por isso é válido ressaltar os elementos marcantes da cultura onde ela se faz presente. Por ora bastam citar algumas feições da cultura local a formar a Diocese de Coari e em seguida serão apontados outros aspectos eclesiais assumidos ao longo de sua caminhada como: o ritmo das águas; a oralidade; ‘a peia’²⁰⁰.

a) O ritmo das águas

As águas e os rios são relevantes na vida desse povo²⁰¹. Já dizia Tocantins que ‘o rio comanda a vida’. O rio indica lugar de boa produção, localidade de nascimento e “as ocorrências da vida [...] não a terra: fui muito feliz no Tarauacá, fiquei noivo no Envira e casei no Muru²⁰²”. Três aspectos da relação com as águas dos rios são contemplados inicialmente: o aspecto migratório; a velocidade da correnteza; e a subida e descida das águas na enchente e na estiagem. Esse dinamismo das águas tem sua tradução no fenômeno migratório.

A migração explica a origem desse povo. Constituído por descendentes dos primeiros moradores e dos grupos humanos que aqui chegaram em busca do sonho de uma vida feliz e rica, sobretudo nordestinos. Ao verem o sonho frustrado não conseguiram retornar para o local de origem. A migração seguiu outros passos: do local de origem para o seringal e do seringal para a pequena cidade mais próxima ou para a capital amazonense em busca de oferecer aos filhos melhores estudos e condições de vida para a família²⁰³.

Duas observações sobressaem por ora, em vista de se cumprir os objetivos propostos. Quanto aos motivos geradores dessas migrações. Foram forçadas pelas necessidades socioeconômicas e incentivadas pelo governo na busca por melhores condições de vida. Esses

²⁰⁰ Expressão utilizada nessa região do Amazonas no sentido de sofrimento, dificuldade, surra.

²⁰¹ MATOS, G.C.G. Amazonas: a marca da água e o uso dos rios. In: *Simpósio Internacional Processo Civilizador- Civilização e Contemporaneidade*, 12., Recife: Brasil, 2009. O autor analisa aspectos favoráveis e prejudiciais às águas dos rios e às pessoas, na relação homem- rio tanto do ribeirinho quanto do cidadão amazonense a partir de Manaus.

²⁰² TOCANTINS, Leandro. *O rio comanda a vida- uma interpretação da Amazônia*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1961, p. 251.

²⁰³ REGIS, Gutemberg. *Pistas da Caminhada*, p. 20-21.

migrantes foram ‘acolhidos’ em grande parte como ‘mão-de-obra’²⁰⁴, mercadoria barata para gerar lucros aos seringalistas da época. Por outro lado, sintoniza-se à história do Povo de Deus.

A migração do Povo de Deus registra-se desde Abrão (Gn 12,1), saindo em busca da terra prometida pelo Senhor. Inclui a passagem pelo Egito, em busca de comida (Gn 42s) até os exílios e as diásporas. Ao longo de sua história foram várias experiências migratórias. Em cada uma delas houve traços marcantes à continuidade da caminhada de fé. Fazendo menção ao novo testamento, Paulo VI afirma: “a própria perseguição, ao dispersar os apóstolos, contribuiu para a difusão da Palavra e para que se implantasse a Igreja em muitas regiões, ainda as mais longínquas” (EN, 49; Cf. At 8,4). Assim a experiência da migração ajudou a tecer a identidade de Israel, do novo Povo de Deus e da diocese de Coari.

Outro elemento cultural relacionado aos rios, é a velocidade das águas, sobretudo, do grande rio Solimões (Amazonas). O transporte entre os municípios da diocese que leva o povo e as mercadorias que abastecem as cidades, é realizado por via fluvial. “O rio é a estrada a orientar muitas das atividades desenvolvidas [sobretudo] pelos ribeirinhos²⁰⁵”. “O tipo de embarcação mais utilizado para transporte misto [...] é o barco regional ou recreio [...] movidos por motores a diesel e atingem aproximadamente 25 km por hora”²⁰⁶.

O tempo de viagem varia de acordo com a distância entre as cidades. O menor tempo de viagem é feito em uma hora e meia. A maior distância intermunicipal pode chegar a trinta horas segundo a força do motor da embarcação. Esse aspecto atinge a relação com o uso do tempo. Enquanto nas estradas trafega-se seguro entre 80 e 100 km por hora, de barco atinge-se um quarto dessa velocidade. A vida do povo corre em ritmo mais sereno que nas grandes cidades.

As águas dos rios influenciam, com leves diferenças, a vida ribeirinha e a vida citadina, segundo o tempo da cheia (entre dezembro e junho) e o tempo da vazante (julho e novembro). “O fato dos amazônidas viverem em prol do rio subentende uma organização social e uma estrutura física diferentemente dos que residem em terra firme, às margens das estradas. Os habitantes das áreas de várzea convivem com as oscilações da água: enchente e

²⁰⁴ Cf. MARINUCCI, Roberta; MILESI, Rosita. Os migrantes e a missão eclesial- representações sociais de migrantes e refugiados num mundo idolátrico. In: LABONTÉ, Guy; ANDRADE, Joachim (orgs). *Caminhos para a missão- fazendo missiologia contextual*. Brasília: abc BSB Editora, 2008, p.128-130. O artigo apresenta uma tipificação das representações do migrante, abrangendo o perigo ao outro, sua realidade própria ou os benefícios aos que os acolhem.

²⁰⁵ MATOS, G.C.G. Amazonas: a marca da água e o uso dos rios ..., p. 3.

²⁰⁶ FROTA, Claudio; MOURA, J.B. Transporte misto de cargas e passageiros através de barcos regionais (recreios) no Estado do Amazonas: Uma proposta para cálculo da modicidade da tarifa. In: *RECED- Revista Eletrônica Ciência e Desenvolvimento*, v. 2, n. 3, p. 23-41, jan/jul 2016, p. 26.

vazante”²⁰⁷. Mesmo sem aprofundar os detalhes, vê-se a elaboração de um jeito próprio de relacionar-se com a água dos rios e seu dinamismo. Há comportamentos e atitudes favoráveis e outras prejudiciais à natureza e ao ser humano dessa região aos quais a Igreja não pode deixar de considerar em sua ação evangelizadora, pois compõem o mosaico cultural da região.

b) A cultura oral

Como parte da expressão cultural, salienta-se a oralidade com sua faceta positiva e suas dificuldades: é positivo ver o bom uso da memória, sobretudo aos mais velhos que recordam os detalhes de fatos e experiências do passado sem recorrer aos escritos; o respeito à palavra assumida, visto não haver possibilidades ou necessidades de ‘papel’ para documentar os compromissos ou negócios oralmente constituídos, e a capacidade de relembrar os fatos e boatos (causos, lendas) que marcam e alimentam a memória histórica.

Não se pode olvidar as dificuldades relacionadas à cultura oral. O analfabetismo funcional e a memória histórica que se perde no tempo. Constata-se que o enfrentamento ao analfabetismo obteve resultado, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido. Acrescente-se a dificuldade do registro baseado apenas na memória. Nem sempre os mais jovens retêm as lembranças importantes das experiências significativas do passado e muitos fatos são esquecidos. Mas essa realidade pode indicar possibilidades.

Tomando a indicação dos antropólogos, a oralidade literária tradicional ou a oralidade do cotidiano, ajuda a retomar e alimentar a consciência e a identidade histórico popular²⁰⁸. Recorde-se a história do Povo de Deus, com ênfase ao ano 70 d.C.:

“Depois que o Templo foi destruído [...] com a possível exceção da Fonte Q [...], os únicos escritos sobre Jesus que existiam [...] eram as cartas de Paulo. Essas cartas já estavam em circulação desde os anos 50 d.C. Elas foram escritas para as comunidades da Diáspora²⁰⁹”.

Averigua-se portanto que a tradição oral alimentou a memória, o registro ajudou na transmissão da experiência.

²⁰⁷ MATOS, G.C.G. Op. cit. p. 5.

²⁰⁸ CAVIGNAC, Julie; CIACCHI, Andrea. Ouvir a cultura: antropólogos, memórias, narrativas. In: BELTRÃO, Jane F; ECKERT, Cornelia; LIMA FILHO, Manuel (orgs). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 322-324.

²⁰⁹ ASLAN, Reza. *Zelota- a vida e a época de Jesus de Nazaré*. Rio de Janeiro: RJ. Zahar Editora, 2013, p. 148.

c) A peia

Outro traço é chamado de ‘cultura da peia’. É artifício empregado na educação das crianças no ambiente tradicional, imprimindo-lhe o respeito e o cumprimento dos deveres sob a força do medo. Enquanto criança a submissão ocorre em decorrência da superioridade física dos pais. Ao crescer e perceber o potencial pessoal, não se considera mais o poder paternal ou maternal por causa da força física. Há duas possibilidades: ou a força moral é impressa na tenra idade, ou não se conhece limites ou referências comportamentais após a adolescência²¹⁰.

No concernente à religião nota-se que em tempos de outrora a catequese desenvolvida durante as desobrigas, continha aspectos intimidadores aos indígenas e ribeirinhos. Impunham-lhes a proibição da prática de seus costumes tradicionais como “a dança, a nudez, a incorporação de espíritos em público, a pajelança²¹¹”, dentre outros. Um efeito foi a perda de alguns elementos da cultura local.

Por outro lado, fomenta-se a postura de se comportar segundo o querer do ‘opressor’. A consequência é a dificuldade de assumir compromissos por convicção e mediante o diálogo. Há a tendência de se aceitar o que é apresentado mediante o uso da força, seja pela força das palavras ásperas, seja pelo uso de práticas desleais, injustas e ilegais. Acolhe-se o que é ‘imposto’ ou investe-se no que foi chamado de ‘leseira’²¹², como forma artificiosa de lidar com a imposição.

Cabe à Igreja apresentar-se com as feições do Cristo Bom Pastor. Testemunhá-lo com sua ação evangelizadora sem imposições, embora com a convicção de quem se sente enviada e destemida para realizar sua missão. Propor “a verdade evangélica e a salvação em Jesus Cristo, com absoluta clareza e com todo o respeito pelas opções livres [...] e isso, sem pressões coercitivas, sem persuasões e sem aliciá-la com estímulos menos retos” (EN, 80f), é um dever do evangelizador e um direito de quem os ouve.

2.2. A Igreja se faz povo

A Igreja instalada como Diocese de Coari, constrói-se no meio desse povo com todos esses traços culturais e sociais os quais foram refletidos no percurso das assembleias pastorais e assumidos como seus elementos constitutivos. Na assembleia de 1978 o tema da identidade

²¹⁰ Cf. REGIS, Gutemberg. *Pistas Ribeirinhas*. Manaus: Belvedere, 2001, p. 22.

²¹¹ OLIVEIRA, Liliane Costa. *Vida religiosa ribeirinha- um estudo sobre a Igreja Católica e Evangélica no Amazonas...*, p. 25.

²¹² SOUZA, Márcio. *Breve história da Amazônia...*, p. 161-162.

eclesial vem à baila. Aí transpareceu o desejo de “ser uma Igreja toda ministerial; trabalhar através das CEBs”. O processo de planejamento pastoral resultou na aprovação das Diretrizes Gerais Para os Planos Pastorais da Prelazia²¹³ e a tomada de consciência de seu rosto próprio. Tendo-se apresentado os traços básicos da cultura do povo (a influência dos rios, a oralidade e a cultura da peia), faz-se mister indicar as marcas mais fundamentais dessa Igreja Local: Igreja Ribeirinha; Igreja de CEBs; Igreja de Comunhão e participação.

a) Igreja Ribeirinha

A marca ribeirinha dessa Igreja tem sua origem desde os tempos iniciais da atuação evangelizadora junto às populações. Inicialmente aos moradores das margens dos rios e lagos da região, onde a vida é pautada pelo movimento das águas dos rios com seus desafios e suas possibilidades, o serviço possível de ser realizado limitava-se às esporádicas ‘desobrigas’ feitas anualmente por ministros ordenados ou por ministros extraordinários da comunhão em outras tantas ocasiões.

Igreja Ribeirinha/ Rural, de periferia da periferia,/ Igreja Católica da Diáspora,/ Visitada periodicamente,/ Coisa rara mesmo,/ Por ministros da comunhão!

Ministros ordenados, nas visitas, / Mantém a esperança e o sonho de pessoas,/ Descartadas, desgastadas prematuramente, / Sonho de ser igreja... duma igreja de papa,/ de bispos, de padres e freiras,/ De Missas, de coisas bonitas.../ Com muita, muita, muita gente!²¹⁴

As desobrigas são registradas desde os tempos coloniais, quando foram usadas como instrumento para a ‘domesticação’ dos indígenas e sua integração ao sistema colonial cristão²¹⁵. No transcorrer do tempo, ocorreram mudanças em sua realização. Destacam-se três elementos que as caracterizavam: o sentido de desencargo; o caráter catequético; o aspecto de instrumento sócio comunitário. Essas marcas compõem o sentido evangelizador.

O sentido de desencargo apostado às desobrigas tem sua origem na compreensão inicial de ‘desobrigar’ a população de seus pecados e de seus compromissos canônicos. “Os missionários pensavam que os ‘nativos’ por não terem as mesmas práticas religiosas estavam pendentes com Deus e com a Igreja. Por não serem batizados, casados conforme os

²¹³ REGIS, Gutemberg. *Pistas das Assembleias ...*, p. 15.19-20.

²¹⁴ REGIS, Gutemberg. *Pistas Ribeirinhas ...*, p. 05 (trecho do poema “Igreja Ribeirinha”).

²¹⁵ HOORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; et al. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Tomo II/1. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 335-336.

parâmetros da Igreja, por não saberem rezar as orações de Ave Maria e Pai Nosso”, eram reunidos, catequizados e recebiam os sacramentos²¹⁶.

Essas visitas tinham um caráter catequético. No breve espaço de tempo em cada ‘parada de desobriga’, a programação seguia a partir das 15h00, o horário preferencial de chegada. As confissões eram ministradas antes e depois da pregação noturna sobre “pontos básicos da religião”. Os missionários dormiam ‘no motor’. Pela manhã “a missa seguida pela catequese, outras instruções, batizados, casamentos, unção e visitas aos doentes e a indispensável procissão à tarde”²¹⁷.

Cada desobriga tornava-se momento festivo de encontro e celebração da vida e da fé. Eram ocasiões que ultrapassavam a experiência catequética ‘sacramentalista’. “Representava atos de mobilização para ampliar as adesões, mas também momentos de escuta e tomada de conhecimento das condições de vida dos que estavam afastados dos municípios”²¹⁸. Os compadres e comadres, os parentes, amigos e familiares distantes se reuniam “para socializar, brincar, jogar, comer, beber, dançar e fazer negócios”²¹⁹, sobretudo, quando ocorria por ocasião da festa do santo padroeiro.

As desobrigas foram a metodologia pastoral que precedeu as CEBs. Tiveram o êxito de motivar a reunião de indivíduos e famílias para a escuta do Evangelho e, em alguns casos, iniciar a nucleação das pequenas vilas e municípios. Mas há também o sentido desafiador à compreensão da ‘desobriga’. Por estarem desobrigados dos compromissos cristãos, o povo não se sentia responsável pela vida da Igreja. Daí entende-se que a falta ou a demora da presença da Igreja fomentou formas diversas de atuação para manter a fé: os puxadores de oração nas festas, os rezadores nas doenças e outras figuras, dentre as quais os que se aproximaram e se beneficiaram da experiência do povo: grupos proselitistas, políticos e politiqueiros e, nos últimos anos, os narcotraficantes.

b) Igreja de CEBs

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foram o passo seguinte à realização das desobrigas, sendo preparadas pela dinâmica do MEB entre os anos 1964-1983²²⁰. Tamanha a sua importância na construção do rosto eclesial que seria impossível abordar todas as

²¹⁶ OLIVEIRA, Liliane Costa. *Vida religiosa ribeirinha- um estudo sobre a Igreja Católica e Evangélica no Amazonas...*, p. 47.

²¹⁷ MUCKERMAN, Norman J. *Redentoristas na Amazônia...*, p. 35.

²¹⁸ NEVES, Delma Pessanha. *Os ribeirinhos- agricultores de várzea...*, p. 78.

²¹⁹ MUCKERMAN, Norman J. Op. cit. p. 23.

²²⁰ REGIS, Gutemberg. *Pistas das Assembleias*, p.10.

dimensões desse tema. Resta apenas olhar os seguintes tópicos: a preparação para sua implantação na diocese; as características assumidas nessa Igreja; ‘a década das CEBs’; seus frutos pastorais. Em sentido macro, as CEBs espelharam um poder transformador muito abrangente. Azevedo encontrou no termo inglês *breakthrough*²²¹ uma ‘síntese’ de seu efeito catalisador. Para não se perder em sua vastidão, nesse tópico, prioriza-se a visão pastoral.

O trabalho preparou as comunidades foi realizado sob a metodologia do Movimento de Educação de Base (MEB). Com efeito, “a prática educativa [do MEB] previa atividades de grupalização (formação de grupos) como anteriores e necessárias as atividades de escolarização propriamente ditas”²²². Essa dinâmica despertou no povo o senso crítico, a autonomia e mostrou as capacidades de cada pessoa, a importância da organização e vivência de grupo. Os efeitos desse serviço ressoaram na vivência da fé e no espaço social.

Em dezembro de 1983 o MEB encerrou suas atividades na Prelazia de Coari, sobretudo por três fatores: as altas despesas para manter os membros das equipes; a centralização da coordenação nacional; a dificuldade em realizar a assessoria e acompanhamento das duas equipes atuantes no território prelático²²³. Todavia, considerando os objetivos propostos, as metas iniciais foram alcançadas. Finalizando a atuação das equipes MEB, encerrou-se também o período das desobrigas e teve início a evangelização rural com as CEBs.

As Comunidades Eclesiais de Base na Prelazia de Coari, tem suas marcas especiais, distintas das apontadas em sentido geral. Segundo Azevedo a tipologia mais frequente das CEBs as qualifica como: rurais; as situadas em regiões dos grandes projetos de desenvolvimento; as localizadas nas periferias metropolitanas; e as CEBs das cidades dormitórios²²⁴. Na Prelazia, caracterizavam-se por serem ribeirinhas e dinamizadas com pouca presença do clero, mas, em sintonia com a vida pastoral paroquial.

Vale ressaltar a distinção entre as comunidades de base da Europa e dos Estados Unidos, e, as Comunidades Eclesiais de Base da América Latina. Ambas se configuram como um jeito novo de ser Igreja, todavia, as primeiras são apontadas numa relação de ‘afrontamento’ à instituição eclesial, enquanto às segundas estão diretamente vinculadas à

²²¹ AZEVEDO, Marcello. *Comunidades eclesiais de base e inculturação da fé...*, p. 381. *Breakthrough* - “Uma espécie de somatório do que se filtra nas expressões: transformação decisiva, salto qualitativo, quebra de barreira, superação do limite, mudança de registro”.

²²² REGIS, Gutemberg. *Pistas Ribeirinhas*, p.39.

²²³ REGIS, Gutemberg. *Pistas das Assembleias*, p. 10-11.

²²⁴ AZEVEDO, Marcello. *Comunidades eclesiais de base e inculturação da fé*, p. 17-18. O autor cita as cidades dormitórios do período de construção das metrópoles no Brasil.

hierarquia²²⁵. Essas diferenças são apontadas por Paulo VI ao aludir que a relação sintônica com a Igreja expressa e alimenta o aprofundamento na Palavra, a vivência sacramental, a fraternidade e o compromisso de transformação social. Tais elementos conferem identidade às CEBs distinguindo-as das comunidades de base de caráter mais sociológico (EN, 58; DP, 642-643)²²⁶. O clero soube fazer-se próximo às comunidades.

Em 1976 o presbitério reunido em seu encontro anual, propôs orientações para o bom funcionamento das CEBs: destacando-se a importância da presença do presbítero nas visitas pastorais; a organização de coordenação ou conselho comunitário; a corresponsabilidade pastoral através da prestação de contas das finanças e das atividades; a colaboração com as despesas das visitas e dez por cento dos festejos; o registro nos livros de Atas e de contabilidade; o treinamento de ministros para o serviço do culto, a catequese e os festejos²²⁷.

Entre os anos 1980 e 1990 foi o tempo forte de investimento nas CEBs prelatícia. No encontro de “avaliação duma década²²⁸”, chegou-se a algumas conclusões e desafios. À época registravam-se 350 CEBs na Prelazia com frequência nas orações dominicais e nos festejos dos padroeiros. Desenvolvendo atividades pastorais (catequese, celebração da Palavra e pastoral com jovens) e sociais (sindicatos, mutirões, reivindicações, associações). Aponta-se ademais a criação de duas novas paróquias e organização dos núcleos pastorais paroquiais.

Entre os desafios salientam-se: necessidade de novas estratégias e metodologias para a formação de lideranças; a não compreensão e indistinção entre comunidades no aspecto social e eclesial; reduzir a visão pastoral aos momentos fortes realizados nas comunidades; a insegurança dos comunitários e líderes frente às situações das comunidades (seitas, novos ministérios, reivindicações); a dependência da equipe pastoral por parte das CEBs no registro das atividades; a lacuna de conteúdo nos treinamentos (bíblia, catequese, família, organização sócio-política...); a rotatividade de agentes; a dinâmica da ‘grupalização’ não foi acompanhada da atenção às pessoas; investimento em captar recursos e a dificuldade em administrá-los organizadamente.

Como frutos na dimensão pastoral, no ano de 2014 pode-se constatar: não há mais ‘portos de desobriga’; somam 492 comunidades eclesiais, dentre as quais 66 são urbanas e as demais são caracterizadas como CEBs rurais. Suas marcas mais distintas encontram-se no

²²⁵ Idem, p. 41-42.

²²⁶ Em Puebla as CEBs são destacadas como “ponto de partida para a civilização do amor”, “expressão do amor preferencial da Igreja pelo povo simples”, espaço de purificação da religiosidade, participação eclesial e transformação do mundo. CELAM, *Conclusões da Conferência de Puebla*, São Paulo: Paulinas, 1986 (Documento de Puebla, doravante DP).

²²⁷ REGIS, Gutemberg Freire. *Pistas Ribeirinhas*, p. 45.

²²⁸ Idem, p. 52-54. Aqui encontra-se a síntese do relatório desse encontro.

Plano Pastoral de Evangelização 2015 -2019²²⁹ (PPEv) em elaboração durante o período de instalação da Diocese. Constata-se a contínua construção de uma Igreja de Comunhão e participação (DP, 211-219).

c) Igreja de Comunhão e participação

O dinamismo evangelizador da Igreja Local desenvolveu-se em espírito de comunhão e participação, sobretudo a partir da primeira assembleia de pastoral (1975), fundamentada na Palavra de Deus, na rica Tradição e no Magistério. O esforço empregado na busca por configurar sua identidade eclesial, tem expressões sintetizadas nos seguintes elementos: investimento aos cristãos leigos e leigas; formação do clero; busca pela auto sustentação financeira.

A cidadania eclesial dos leigos desenvolvida na história da Prelazia, evidencia o reconhecimento laical firmado no Vaticano II. Aqui configura-se e se expressa: na compreensão da importância do laicato; no espaço para a vivência da fé e o exercício ministerial; no investimento na formação e capacitação e na sua organização diocesana e paroquial.

A vocação laical tem seu valor reconhecido dentro da compreensão da Igreja Povo de Deus. Trata-se de todos que foram associados a Cristo pelo batismo e, por isso, participam de seu tríplice ministério (LG, 32). Assim estão intimamente ligados ao seu corpo místico. Homens e mulheres de Cristo e da Igreja. Enquanto ‘povo’ vivem no meio do mundo, realizam-se no tempo histórico entre as ‘realidades terrestres’ (GS, 36) às quais contagiam com a força do Espírito Santo. Seu modo de realizar-se desenrola-se na tensão entre o espaço *ad intra* e *ad extra* à Igreja²³⁰.

Paulo VI indicou que a preocupação com o pastoreio cabe primeiramente aos bispos. Aos leigos cabe primeiro a atuação na vastidão do mundo sócio-político-econômico-cultural (EN, 70-73). Mas, os leigos são chamados a “‘colaborar’ com os pastores” (EN, 73). Nota-se que pela dignidade de batizados, mais que pela escassez de ministros ordenados, cabe aos leigos a participação nos diversos ministérios e serviços evangelizadores. Abrange os serviços pastorais, ministérios, movimentos, comunidades, coordenações etc. Seja iniciando a partir do

²²⁹ DIOCESE DE COARI. Plano Pastoral de Evangelização (2016-2019). Coari, 2016.

²³⁰ LOPES, Leandro José. A teologia do laicato na Constituição Dogmática *Lumen Gentium* e nas Conferências Gerais do Episcopado da América Latina, 2012, 133 p. Dissertação (Mestrado em Teologia Sistemática), Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Cf. p. 83-94.

mundo (DM, Movimentos leigos)²³¹ ou a partir da Igreja (DP, 786) as duas dimensões do apostolado laical (AA, 1) complementam-se no mistério de Cristo ao qual o leigo está associado. Eis que ao longo da história prelatícia, há reflexo dessas concepções, justificando-se o investimento na capacitação das lideranças.

O esforço investido na formação das lideranças leigas tem início assistemático, ganhando melhor organização no decorrer dos anos. As visitas, os treinamentos para lideranças rurais, as assembleias, constituem-se espaços e oportunidades para a reflexão e os estudos. Observando-se as exigências e as necessidades formativas, entre os anos de 1987-2002 vários leigos foram enviados aos cursos de teologia de férias promovidos pelo CENESCH²³² em Manaus. Entre os anos 2000-2011 a coordenação Pastoral da Prelazia preparou e realizou, com várias parcerias, cursos de Teologia Pastoral “num sistema de rodízio entre as paróquias”. No período da elevação à diocese, permanecia em vigor a orientação dos cursos paroquiais sob a responsabilidade dos párocos²³³.

A atuação dos leigos na Prelazia, consta da participação nos vários serviços pastorais paroquiais e prelatícios: coordenações pastorais, conselhos diocesanos, conselhos paroquiais, conselhos municipais, etc., mas, tratando-se da organização e articulação laical, a caminhada não logrou bom êxito, apesar dos esforços aplicados. Além de outros momentos fortes, a Assembleia pastoral de 1994 trouxe à tona o esforço em organizar o Conselho de Leigos da Prelazia. Reforçou-se a temática na Assembleia de 1998²³⁴, mas até 2014 o Conselho não conseguiu desenvolver-se a contento.

A construção da Igreja de Comunhão e participação expressa o desejo de assumir-se em autonomia pastoral e financeira, recebendo as doações, acolhendo as pessoas que chegam para ajudar, mas com capacidade de se autogerir e até de partilhar de sua pobreza. Por isso mesmo houve um grande mutirão em prol das vocações ordenadas do clero diocesano e um longo trabalho para o desenvolvimento do dízimo na Prelazia.

O mutirão em favor das vocações e do clero diocesano tem longa caminhada. Três momentos são expressivos: o início do mutirão; a ordenação do primeiro padre; a abertura do Seminário Menor. Em 1978²³⁵ iniciou-se o grande mutirão em favor do clero da Prelazia. Na

²³¹ CELAM, *Conclusões da Conferência de Medellín, 1968: Trinta anos depois, Medellín é ainda atual?* São Paulo: Paulinas, 1998. (Documento de Medellín- DM).

²³² Centro de Estudo do Comportamento Humano, da CNBB Norte I. Atualmente chama-se ITEPES -Instituto de Teologia, Pastoral e Ensino Superior da Amazônia.

²³³ SILVA, F.A.B. *Prelazia de Coari, jubileu de ouro...*, p. 51-52.

²³⁴ REGIS, Gutemberg. *Pistas das Assembleias ...*, p. 45;51.

²³⁵ Idem, p. 19-20. Desde então essa oração é rezada e cantada nas comunidades como símbolo de unidade e comunhão da Igreja Local.

ocasião foi apresentada, por Dom Gutemberg, a “Oração pelas Vocações” que passou a ser rezada em todas as comunidades.

Deus, nosso Pai, a Prelazia de Coari precisa de padres, religiosos e ministros leigos. Precisa também que todos nós na Prelazia, rezemos e trabalhemos para conseguir agentes de pastoral para nossas comunidades. Não queres a morte do pecador, e sim que se converta e viva. Concede, pois, um maior número de trabalhadores para nossa Prelazia e para toda tua Igreja. Que trabalhando com Cristo, se dediquem e sacrifiquem pelos irmãos. Confiemos também, na ajuda da Virgem Maria e de Santana, padroeira desta Prelazia, e de todos os santos. Rezemos por Jesus Cristo, na unidade do Espírito Santo. Amem.

O empenho em organizar o clero faz parte do ministério episcopal (Cf. CD, 6b; CDC can. 234; DdB, 86-91; OT, 2)²³⁶ e para isso não faltou dedicação. O primeiro padre do clero local, padre Manoel Gilson Barbosa de Oliveira, foi ordenado em 1990. Embora outros jovens fossem enviados ao seminário antes dele, foi a partir de sua ordenação que os candidatos foram chegando em maior número. Em 1999, “catorze jovens se apresentaram para serem padres na Prelazia. Três foram encaminhados ao Seminário Maior”, os demais compuseram a primeira turma de seminaristas do Seminário Sant’Ana inaugurado no dia 16 de fevereiro de 2000. Padre Antônio de Melo Cardoso foi o primeiro reitor²³⁷.

A Prelazia é elevada à diocese contando com a atuação de 12 padres do clero diocesano²³⁸. O primeiro a ser ordenado afastou-se do ministério. No seminário menor todos os anos há estudantes e há envio ao seminário maior. A Igreja continua investindo na formação de seu clero. O plano de formação permanente do clero local assegura que todos os padres diocesanos são enviados à pós-graduação depois de ter exercido os primeiros anos de presbiterado.

Assim a Igreja vai ganhando suas configurações próprias evangelizando, sendo evangelizada e formando evangelizadores. Sua realização inclui também a capacidade de se autogerir financeiramente. Tal empenho tem sido levado em conta desde o primeiro prelado.

²³⁶ CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO (Codex Iuris Canonici) (25 de Janeiro de 1983), promulgado por João Paulo II. São Paulo: Loyola, 1983; CONGREGAÇÃO PARA OS BISPOS. *Diretório para o ministério pastoral dos bispos, sucessores dos apóstolos*. São Paulo: Loyola, 2005; Decreto *Optatum Totius* sobre a formação sacerdotal. In: *Compêndio do Vaticano II Constituições, Decretos e Declarações*.

²³⁷ SILVA, F.A.B. *Prelazia de Coari, jubileu de ouro...*, p. 11.

²³⁸ Francisco José L. da Silva (ord.1994); Antônio de M. Cardoso (ord. 1995); Elcivan A. da Costa (ord. 2002); Raimundo C. Gordiano (ord. 2004); Edinaldo N. dos Santos (ord. 2009); Valdivino Araújo (ord. 2009); Francisco Assis R. Libório (ord. 2010); Luiz Carlos S. de Amorim (ord. 2011); Adeilson de S.Vieira (ord. 2012); Felipe Jorge F. da Costa (ord. 2012); Francisco Agnaldo B. da Silva (ord.1996, era CSsR); José Nogueira dos Santos (ord. 1992, era CSsR); Manoel Gilson B. da Silva (ord. 1990, deixou o ministério).

O segundo prelado, no ano de 1976²³⁹, firmou compromisso visando superar a dependência de doações externas. O meio mais eficaz e estruturado foi através do dízimo. O espírito de simplicidade e de partilha favoreceu a organização do caixa prelatício. Há de reconhecer muitos limites persistentes e os riscos sempre vigentes. Os limites são expressos na redução do dízimo ao ganho financeiro. Ainda dista de uma pastoral da partilha, mas, passos foram alcançados conforme, de modo que as despesas fixas de cada paróquia são custeadas com o dízimo mensal. O risco maior está na tentação de não respeitar o ritmo do povo e gastar além das possibilidades recorrendo às urgências de projetos externos ou a promoções e eventos que se multiplicam em busca de maiores arrecadações.

A caminhada evangelizadora dessa Igreja logra bons resultados *ad intra* e *ad extra*. Simultaneamente organiza-se estruturalmente e, atua externamente em favor de seu povo. Assume “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias” (GS, 1) das pessoas. Suas limitações não a impedem de realizar sua missão. Em comunhão com a Igreja da América Latina, ela dá testemunho de Cristo pelo anúncio do Evangelho, pelo serviço de caridade aos mais pobres, pela promoção da vida e do direito de todos (EN, 98). Assim desenvolve a dimensão social da evangelização.

III. Traços sociais da evangelização

A ação social é uma dimensão da evangelização, visto que a Igreja está inserida numa sociedade. Do contrário ela permanece como um gueto ou uma seita reservada a uns poucos iniciados que não se misturam com as impurezas do mundo. Desde os primeiros momentos da evangelização na região, atém-se o olhar sobre a realidade social e suas diversas facetas relacionadas à vida do povo. Há quem aponte as motivações para esses intentos, num contínuo com os primeiros colonizadores, isto é, a Igreja busca manter a hegemonia de poder sobre o povo²⁴⁰. Será esta a razão para o investimento do tempo de vida nessas plagas amazônicas? Da imensidade de situações enfrentadas no passado e existentes ao longo dos cinquenta anos, retrata-se apenas: a educação e a saúde, a organização popular e as exigências e possibilidades a partir do ano 2000.

1. Primeiras atuações

²³⁹ REGIS, Gutemberg. *Pistas das Assembleias ...*, p.17.

²⁴⁰ Cf. NEVES, Delma Pessanha. *Os ribeirinhos- agricultores de várzea...*, p. 77.

No tocante à educação e saúde, desde o Vaticano II é afirmado que,

“aumenta a consciência da eminente dignidade da pessoa humana, [...] e os seus direitos e deveres [...] universais e invioláveis. É necessário, portanto, tornar acessíveis ao homem todas as coisas de que necessita para levar uma vida verdadeiramente humana” dentre as quais o “direito à educação” (GS, 26).

Cabe principalmente aos cristãos, trabalhar para estabelecer “os princípios fundamentais” que favoreçam o direito à “abundância de bens culturais” expresso, sobretudo, na “educação de base” (GS, 60).

Na história da Diocese de Coari, a atuação na esfera educacional²⁴¹ teve ressonância na saúde da população. Os conhecimentos básicos transmitidos sempre incluíam orientações a respeito do cuidado consigo mesmo e com a proteção da vida dos mais frágeis. Aborda-se em destaque a dimensão educacional, a qual foi desenvolvida sob duas modalidades diferentes: ação direta na educação formal e a atuação mediada pelos meios pastorais. Tal atuação efetiva-se desde a chegada dos missionários redentoristas a investir inicialmente na formação de futuros candidatos à vida religiosa, estendendo os serviços a outros jovens²⁴² e com ajuda de outros colaboradores. A ação em favor da educação ganhou maior densidade no investimento educacional através da Rádio Educação Rural de Coari (RERC) com o apoio do governo federal pela parceria com o MEB.

1.1. Educação escolar

A ação educacional a partir da escola foi desenvolvida sob os auspícios dos missionários redentoristas ajudados pelas Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo nos anos de 1945 a 1948 inicialmente. Os registros históricos destacam iniciativas como: escola mista acolhendo meninos e meninas quando ainda não era comum tal prática; gratuidade de ensino às crianças cujas famílias não tinham condições de pagar a mensalidade; luta para transformar escolas rurais em escolas normais, formando professores locais e investindo contra o êxodo

²⁴¹ O serviço educacional foi acompanhado do empenho no cuidado com a saúde do povo. As irmãs Adoradoras iniciaram o primeiro hospital em Coari, investiram esforços em ambulatórios em Codajás e Manacapuru. As irmãs Franciscanas atuaram e atuam em hospital, postos de saúde, visitas domiciliares em Anori e Beruri. Cf. SILVA, F.A.B. *Prelazia de Coari, jubileu de ouro...*, p. 300; 314.

²⁴² MUCKERMAN, Norman J. Op. cit. p. 55-57. O seminário redentorista em Coari foi iniciado em 1948 e permaneceu em atividade até 1962 quando foi transferido para Belém. Irmão Cornélio Ryan, o engenheiro, projetou e ajudou construir o prédio do primeiro colégio em Coari, Codajás e Manacapuru. Os mesmos estão alugados ao governo do Amazonas.

rural²⁴³. Entende-se desde o princípio que esse investimento é integrante da ação evangelizadora em vista de realizar a formação e libertação integral do homem todo e de todos os homens (Cf. DP, 193; 1304).

Dentre os problemas confrontados nessa empreitada está o analfabetismo. Muitos esforços têm sido realizados em face à sua superação. Mas ainda há um longo caminho a ser trilhado. As causas do analfabetismo na região são apontadas como segue.

O analfabetismo provém de várias causas: da situação de pobreza em que vivemos, visto que as crianças tem de trabalhar para ajudar na renda familiar; do cansaço de trabalho que impede participação; da desnutrição e falta de saúde que tiram a iniciativa de ser mais; da falta de professores motivados e capacitados; do sistema ideológico que se beneficia do consumismo e comodismo e que tem interesse em manter o povo distante dos conhecimentos da cidade, para facilitar sua manipulação e dominação²⁴⁴.

Seguindo a mesma reflexão atesta-se que na zona rural há todas as condições para uma educação desqualificada e pouca adesão dos alunos. Falta material, há baixa qualificação dos professores, rareia o acompanhamento sistemático. O círculo vicioso gira num ensino pouco motivador que leva a desistência dos alunos e o fechamento de escolas por falta de estudantes. “Em geral, o sistema de educação vigente não dá condições para o indivíduo tornar-se sujeito de sua história”²⁴⁵.

Para fazer frente ao grande problema do analfabetismo, a Prelazia acolheu a colaboração do MEB entre os anos de 1964 a 1983²⁴⁶. O programa do MEB de promoção da autonomia pessoal foi além de ensinar a ler e escrever as palavras. Desenvolveu-se sob a dinâmica de grupalização, conscientização e alfabetização. Esse dinamismo inspirou e motivou a formação das CEBs conforme exposto acima. A alfabetização ganhou novos contornos e aprofundamento através da RERC²⁴⁷.

Vale a pena ressaltar alguns ganhos gerados por essa iniciativa. A tomada de consciência da vida em comunidade, a superação do grande isolamento em que vivia o povo

²⁴³ SILVA, F.A.B. *Prelazia de Coari, jubileu de ouro...*, p. 296-299. A partir de 1975 as Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora também engendram esforços na educação, morando e atuando em Anori e, a partir de 1980 em Beruri.

²⁴⁴ REGIS, Gutemberg. *Pistas Ribeirinhas ...*, p. 27.

²⁴⁵ Ibidem.

²⁴⁶ REGIS, Gutemberg. *Pistas das Assembleias ...*, p.10.

²⁴⁷ O MEB iniciou em 1961. No ano da instalação da RERC e da Prelazia os números de Escolas Radiofônicas no Brasil eram, “em março de 1964, [...] 6.260 e, apesar de todas as crises, em dezembro de 1965 ainda existiam mais de 4.500 escolas radiofônicas”. FÁVERO, Osmar. *MEB- Movimento de Educação de Base, primeiros tempos: 1961-1966*. In: Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação ‘Igreja, Estado, sociedade civil-instituições promotoras do ensino’. 5., Évora: Portugal, 2004, p. 13. <disponível em [www.http://purl.pt/20476](http://purl.pt/20476)>, acesso em 01/03/2017.

com famílias morando geograficamente distante umas das outras. Despertou e favoreceu a atuação de lideranças locais, cujas habilidades em reunir e unir o povo em torno de uma causa comum fomentou a aprendizagem dos conteúdos formais da língua portuguesa, da Palavra de Deus e de seus direitos e deveres de cidadãos. Uma nova consciência de ser humano e de cristão foi germinada.

Esses resultados indicam avanços conforme apontam as pesquisas. Mas o analfabetismo não foi vencido.

O Amazonas tem melhorado seu resultado sobre o analfabetismo nas últimas décadas, pois [...] em 2009, baixou de 10 para 7 (%), representando uma melhora. No entanto [...] ainda estão distantes de números que demonstrem qualidade de educação de sua população²⁴⁸.

Mesmo tendo melhorado os índices de alfabetização, continua em alta o analfabetismo adjetivado funcional. Enfrentá-lo permanece uma tarefa sócio evangelizadora permanente.

De acordo com a citada pesquisa o analfabetismo funcional se traduz na inabilidade de interação social, decorrente da dificuldade em refletir sobre as condições de vida, a sociedade e suas formas de desenvolvimento e mudanças. Assim não há um pensamento e ação crítica, nem a construção de alternativas favoráveis ao usufruto dos direitos e a colaboração social. Desse modo os cidadãos chamados a ser sujeitos sociais, permanecem na dependência.

Pode-se perguntar acerca do êxito logrado pela ação sócioevangelizadora nessa dimensão. Que fatos ou experiências ligadas às pastorais, expressam crescimento na formação educacional do povo? Tem ressonância social ou apenas tocam os membros das comunidades? Algumas experiências têm sido marcantes no decorrer dessa história e ilustram sua caminhada formativa. Seguindo a pedagogia de Jesus, a formação realiza-se na caminhada, na ação.

1.2. Educação sócio pastoral

A título de ilustração basta por ora relembrar os encontros prelatícios (diocesanos) e paroquiais, os cursos de formação leiga e os treinamentos para as lideranças. Todos têm algum reflexo na vida e no espaço social onde se localizam ou residem os participantes.

²⁴⁸ MELO, Lucilene Ferreira de; PEÑARANDA, T.C. Por uma análise crítica: a educação no Estado do Amazonas e o Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010). In: Jornada Internacional de Políticas Públicas. 05., São Luiz: Brasil, 2011, Universidade Federal do Maranhão, p. 5-6. Disponível em <www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DE_EDUCACAO/POR_UMA_ANALISE_CRITICA.pdf> Acesso em 03 de abril de 2017.

Quanto aos encontros prelatícios destacam-se as Assembleias Pastorais, as quais caracterizam-se como experiência de formação humana e cristã. Nesse quadro são inseridos os congressos das pastorais da juventude (PJ) iniciados em 1993 e da Pastoral Familiar iniciado em 2002. Os cursos de formação em teologia, fé-política e cidadania oferecido aos leigos realizaram-se desde os anos 1987 indo até 2011 quando houve uma pausa para reordenamento dessa atividade, conforme citado anteriormente²⁴⁹. Os treinamentos de lideranças constituem-se espaços valiosos de formação às CEBs.

Os treinamentos realizam-se a cada ano reunindo grupos de comunidades mais próximas geograficamente. Os assuntos abordados nesses treinamentos envolvem temáticas doutrinárias, catequéticas, bíblicas, sacramentais, históricas e sociais. Cada ano um tema é escolhido como referência e quase sempre relacionado à Campanha da Fraternidade do ano em curso. As limitações não ofuscam o valor e os resultados dessa experiência²⁵⁰.

Compreende-se que a Igreja não busca resgatar ou garantir poder de mando sobre a sociedade ou sobre os governantes. No esforço de fidelidade à missão que lhe é confiada, investe para formar o ser humano livre e realizado enquanto pessoa na comunidade de fé e na sociedade. Ela que “não se confunde com a comunidade política e nem está ligada a nenhum sistema político, é ao mesmo tempo sinal e a salvaguarda do caráter transcendente da pessoa humana” (GS, 76b). Nessa perspectiva realiza-se a atuação social da Prelazia de Coari em várias frentes, ressaltando-se o tempo de maior intensidade na década de 1980 a 1990, chamado tempo forte das CEBs com grande investimento na organização popular.

2. Tempos intensos

Entre os anos 1980 e 1990 foi o tempo forte das CEBs na Prelazia. Tempo intenso de animação e atuação social. Nesse período salta à vista as necessidades do povo e a vontade de envolvimento da Igreja na luta pelo direito. Dentre outras lutas populares registra-se: a organização das associações e sindicatos e a preservação de lagos com seus mártires. Algumas questões preliminares são levantadas como contextualização.

2.1. Questões preliminares

²⁴⁹ SILVA, F.A.B. *Prelazia de Coari, jubileu de ouro ...*, p. 51-52.

²⁵⁰ REGIS, Gutemberg. *Pistas Ribeirinhas ...*, p. 54.

A organização do povo em torno de um projeto comum, segue os passos da obra de salvação. O Senhor Deus escolheu para si um povo, reafirmando e renovando-o em Jesus. Ele formou o núcleo central do Novo Israel e o envio em missão até os confins do mundo (Mt 28,16-20). O Povo de Deus desde o começo é chamado a ser e desenvolver-se em comunidade e a partir da comunidade. Desse modo as ações da Igreja são coletivas na preparação, na execução e nos desdobramentos.

Alguns perigos podem ser ressaltados. Apenas dois são relevantes para o momento. O primeiro diz respeito ao risco de deixar as pessoas na dependência de intermediários na efetivação dos direitos, visto que não conseguem agir a não ser sob o apoio e a supervisão da autoridade (intermediária) constituída. Em verdade essa visão segue os passos do histórico sistema colonial e suas expressões continuadas no aviamento do período áureo da produção da borracha. Roberto Kant de Lima, pesquisando na Amazônia, aponta tal prática consonante à democracia “à brasileira”. Segundo essa perspectiva

O Estado e seus agentes mediadores (ONGs, agências multilaterais e sindicatos) se apresentariam como os legítimos detentores dos mecanismos de administração de conflitos e produção da verdade no espaço público, protegendo e tutelando os direitos dos “hipossuficientes”, dos não cidadãos. Nessa versão, a cidadania seria uma concessão dada pelo Estado a determinados segmentos da sociedade e não um benefício universalmente disponível aos seus membros²⁵¹.

Outro risco esconde-se na larga compreensão de comunidade. O termo foi associado a todas as formas de agrupamento de pessoas seja no sentido civil, religioso e até comercial. Ocorre a instrumentalização do conceito por parte da esfera política partidária e do comércio. Isso gera exploração dos ribeirinhos e do povo em geral. Frente a tais questões a Igreja reafirma suas convicções. Em vários momentos de sua história, a Prelazia manifestou, através seus pastores, o zelo para com a vida de seu povo. Ações concretas foram desenvolvidas e conteúdos formativos foram disseminados para a formação de nova mentalidade. Não de alienação ou submissão, mas de fé cristã e de cidadania. No que se refere à comunidade tratou-se da temática com acuidade explicando-se os vários sentidos que lhe são atribuídos e qual desses é assumido pela Igreja Local.

A Prelazia assume o sentido de comunidade de fé católica a qual “é formada pelas pessoas que realizam atividades juntas por razão da mesma fé e do mesmo batismo que

²⁵¹ LIMA, Roberto Kant de; MOTA, Fabio Reis; PIRES, Lenin. Efeitos da igualdade e da desigualdade no espaço público da Amazônia. In: LIMA, Débora (org). *Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade*. Manaus: Ibama/Pro Várzea, 2005, p. 51-52.

receberam. Organizam-se para desempenhar a Missão recebida de Cristo que é praticar a caridade”. Suas atividades e responsabilidades abrangem a celebração litúrgica, o conhecimento da Palavra de Deus e da “História de Jesus e das primeiras comunidades”, a comunhão com outras comunidades e o empenho pelo bem de todos os moradores na luta por seus direitos²⁵².

Essas características de ação têm iluminação nas primeiras comunidades cristãs. O Espírito Santo precede todas as ações, mas são as necessidades surgidas que despertam nos pastores e colaboradores a abertura para as moções sugeridas pelo Espírito. Foi assim no surgimento dos primeiros diáconos (At 6) e no desafio do apóstolo em adentrar o espaço pagão (At 10-11). Os elementos constituintes das CEBs tornaram-se visíveis no envolvimento das lideranças nas organizações de associações e sindicatos inclusive do reconhecimento jurídico das comunidades através de suas associações.

2.2. Associações e sindicatos

A organização sindical na Prelazia foi centrada inicialmente nos Trabalhadores Rurais e na organização das Comunidades. A dinâmica de trabalho do MEB ajudou a alcançar bons resultados. Houve empenho em várias reivindicações como: pelo preço da juta; pelo direito a terra; por escola nas comunidades; por atendimento de saúde; pela segurança e pela paz nas cidades etc. A mentalidade de associativismo e organizações comunitárias ganhou respaldo no avançar dos anos. Constata-se, com raras diferenças regionais, sua fluência na área rural amazônica²⁵³. “O associativismo rural é hoje, uma das dinâmicas sociais mais importantes na Amazônia ribeirinha”²⁵⁴. Nota-se sua influência no cenário político municipal, sobretudo frente à política dos coronéis de barrancos.

Muitas associações e organizações civis foram criadas nos municípios da Prelazia compreendendo diversas áreas de atuação. Cita-se como exemplo os clubes de mães, as Associações ligadas ao transporte público (taxista, moto taxista, catraieiro), a organização de pessoas com deficiências, os grupos ligados aos idosos, à juventude, etc. Todos esses grupos encontram seu espaço de atuação social. Com a sutileza do Espírito a Igreja atua nessas lutas seja na linha de frente, seja no apoio indireto, como fez na luta pela moradia em algumas

²⁵² REGIS, Gutemberg. *Pistas da Caminhada ...*, p. 08.

²⁵³ Relativo à quem nasceu ou mora na Amazônia.

²⁵⁴ LIMA, Deborah. Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. In: _____ (org). *Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade*, p. 353.

comunidades rurais e urbanas. Encontram-se registros nos municípios com relação aos movimentos populares, como os apresentados por Nogueira²⁵⁵. Não foram sempre iniciativas da Igreja enquanto instituição, mas receberam seu apoio formal e foram instigadas por membros de suas lideranças.

Duas situações denotam, sobremaneira, a validade da organização comunitária: a exigência do reconhecimento jurídico das comunidades para requerer benefícios do governo, como a ‘compensação’ por ocasião da construção do gasoduto (a ser aprofundado mais à frente); e a luta das comunidades na preservação de lagos. Neste tópico a atenção volta-se para essa temática, uma das empreitadas desafiadoras no passado para garantir a continuidade da vida feliz à população que tem no peixe sua base alimentar.

2.3. A preservação de lagos

A preservação de lagos foi uma luta iniciada por volta dos anos 1970. Vários elementos enquadram-se nessa experiência. Sobressai a preocupação dos ribeirinhos: em garantir sua base alimentar diante da cultura do ‘extrativismo’ que apenas retira da natureza o que ela produz sem oferecer-lhe nenhum cuidado; o desafio em harmonizar a garantia do pescado e o ganho financeiro que a atividade pesqueira proporciona; acrescente-se a possibilidade de se evitar a prática dos atravessadores que lucram demasiadamente com o trabalho intenso dos pescadores.

A fundamentação para essa luta pode ser apontada nas expressões do segundo bispo da Prelazia.

“Evangelizar é colocar-se a serviço da vida. ‘Que todos tenham vida e a tenham em abundância’. A pastoral rural destaca que o relacionamento com a natureza é uma dimensão da existência humana iluminada pelo Evangelho. Preservar o meio ambiente é condição essencial para preservar a própria vida humana”²⁵⁶.

A base alimentar da população dessa região é o peixe. Daí a preocupação em garantir o pescado. Mas é prática comum o extrativismo que colhe, recolhe e explora os recursos naturais sem investir esforços no cultivo. Motivados pela inspiração da fé, as comunidades

²⁵⁵ NOGUEIRA, Raimundo Augusto M. *Manacapuru: memória das lutas populares*. Manacapuru, [s.n], 2000, mimeografado, p. 15. O primeiro protesto público registrado em Manacapuru se deu em 03/11/1995 com apoio de sindicalistas, pastores, padres, coordenadores de comunidade, etc. com a presença de aproximadamente oito mil pessoas. Outras manifestações foram realizadas daí em diante por moradia, pela paz etc.

²⁵⁶ REGIS, Gutemberg. *Pistas Ribeirinhas ...*, p. 58.

ribeirinhas intentaram a campanha de preservação de lagos, “para tentar deter a entrada destruidora de pescadores e peixeiros. De início, os efeitos foram tão visíveis que estimularam uma ampla adesão”. Mas logo surgiram as controvérsias: disputas entre vizinhos, conflitos com pescadores, incompreensão ou não aceitação por parte dos funcionários do IBAMA. Houve um desestímulo aos ribeirinhos²⁵⁷.

O desestímulo de alguns não impediu a continuidade da experiência. O caminho trilhado para a preservação dos lagos seguiu vários passos, dentre os quais pode-se enfatizar: “as primeiras discussões”; os “acordos entre os comunitários”; “a conquista das Leis e dos Decretos Municipais que garantem às comunidades o direito de preservação dos mesmos”. Todavia há que se relembrar as dores do caminho, sendo o símbolo maior, o assassinato de Ivo dos Santos Azevedo em 11 de janeiro de 2000. Ele atuava como ‘Agente comunitário de Preservação de Lagos’ e foi morto estando no serviço de vigilância em “Três Lagos”, região onde se estudava estabelecer uma Reserva Extrativista²⁵⁸.

Assim esses traços sociais da ação evangelizadora da Igreja demonstram sua comunhão com o Senhor da messe e com todos os que nela atuaram e continuam atuando pelo bem de todos. O processo de vida, morte e ressurreição, doação, promoção e acolhida da vida continua ao longo da história e não cessará até que tudo seja consumado. A Prelazia chega ao ano 2000 enfrentando diversos outros desafios que assomados aos anteriores convidam-na ou arrastam-na à continuidade de sua missão.

3. Outras exigências e possibilidades

A chegada ao século XXI foi planejada e celebrada a partir de 1996, por ocasião da Assembleia Pastoral, dedicando-se maior atenção ao assunto em 1999 confirmando-se detalhes para os grandes eventos. Em meio ao clima celebrativo destes anos, várias temáticas e desafios são constatados e enfrentados. Assim ao aproximar-se sua elevação à diocese, cresce a consciência social de suas lideranças e o envolvimento nas situações propostas ou impostas pela sociedade a desafiar a fé e a ação evangelizadora. Destacam-se entre tantas outras: ‘o efeito gasoduto’; as campanhas sociais da Igreja (contra a miséria e a fome, ficha limpa, contra a ALCA); ‘nova’ articulação caritativa.

²⁵⁷ NEVES, Delma Pessanha. Os ribeirinhos- agricultores de várzea..., p. 86-87.

²⁵⁸ REGIS, Gutemberg. *Pistas Ribeirinhas* ..., p. 58-59.

3.1. ‘O efeito gasoduto’

O tema do gasoduto tem efeito em cascata na vida das populações da região amazônica por onde passou o traçado. A Igreja acompanhou a situação, sobretudo, através do apoio às populações mais atingidas. Do emaranhado de situações, situam-se nesta pesquisa os impactos nas cidades e suas comunidades, cuja ressonância resvalou no meio ambiente e no âmbito social com várias consequências. É mister situar o contexto histórico desse grande empreendimento.

A história do gasoduto em Coari, tem início em 1986, quando a PETROBRAS descobriu as primeiras jazidas de petróleo e gás natural na região do rio Urucu. As perfurações seguintes até 1990, todas foram bem-sucedidas, sendo formalizada a chamada “província petrolífera do Urucu”. Em 1996 avaliou-se a presença de “40 bilhões de metros cúbicos de gás natural”. Levantou-se as possibilidades para o transporte do Petróleo e do gás até a Refinaria em Manaus²⁵⁹. O duto foi construído para esse fim e percorre seis, entre os sete municípios que compõe a Prelazia (Coari, Codajás, Anori, Anamã, Caapiranga, Manacapuru), acrescido do município de Iranduba. Sua extensão total é de 600 km no total, incluindo o ramal central e os ramais secundários²⁶⁰.

Os impactos na vida das cidades e de suas comunidades iniciaram desde a fase preparatória e se estendem após a construção. Vários estudos foram realizados apresentando conclusões ou indicações aproximadas quanto aos efeitos favoráveis ou prejudiciais à vida das pessoas, ao meio ambiente e ao aspecto social dos municípios. Destacam-se nesta pesquisa as observações da 29ª APP, a pesquisa de Gawora²⁶¹, e algumas contribuições de outros estudos sobre essa temática. As mesmas conclusões são confirmadas no Plano de Evangelização da Prelazia.

Na Assembleia Pastoral Prelática de 2004, refletiu-se sobre o gasoduto na apresentação da análise de conjuntura. A certeza de que haveria benefício mostrou-se acoplada às incertezas. Os técnicos pagos para fazer o relatório de impactos ambientais, no uso de sua autoridade intelectual, não ouviram, a contento, o povo. Os problemas gerados pela obra não foram levados em conta pela fala da população que não tem o respaldo técnico²⁶².

²⁵⁹ GAWORA, Dieter. Op. cit. p. 156.

²⁶⁰ SANTOS, D.M.A. *Na trilha do gasoduto: a dinâmica socioeconômica das comunidades rurais a partir da passagem do Gasoduto Coari-Manaus, em Manacapuru*, 2011, 90 p. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) Universidade Federal do Amazonas, Manaus, p. 37-38.

²⁶¹ GAWORA, Dieter. Op. cit. p. 173-230.

²⁶² Idem, p. 35-37. Em dezembro de 2003 foram realizadas audiências públicas nos sete municípios onde passa o traçado e em Manaus, onde está a refinaria. Essas reuniões serviram para tornar público o RIMA (Relatório de

Para minimizar as dificuldades já conhecidas de outros empreendimentos, visava-se empregar o maior número de trabalhadores da região, mas escasseava a mão de obra qualificada. A tendência, que se confirmou, era o inchamento das cidades com trabalhadores de fora²⁶³.

Os impactos indicados nas pesquisas afetaram a população ribeirinha e citadina. Os primeiros foram os mais atingidos. Os efeitos impactaram a alimentação, com a diminuição do pescado e da caça. A atividade comercial foi prejudicada pela poluição de rios e lagos, impedindo a produção da farinha. Os impactos ambientais foram acrescidos do desmatamento em geral e, em particular, pela derrubada de castanheiras, aumentando o prejuízo financeiro dos coletores da castanha. Essas perdas não foram indenizadas a contento como fora prometido²⁶⁴.

Na área urbana das cidades, o inchamento populacional trouxe sérios agravantes à vida de todos. A prostituição e a exploração sexual infantil, o aumento dos casos de DST/AIDS, o crescente índice de violência, o avanço das drogas e da criminalidade e o desemprego. A falta de saneamento tornou crescente o volume de problemas na área urbano dos municípios. Tudo isso tem consequências na vida das comunidades ribeirinhas da região.

Antes de tudo reafirma-se que a forma comunitária é um modo básico de organização ribeirinha. O “efeito gasoduto” afetou essa organização. O período de preparação da grande obra, fomentou a necessidade de reconhecimento jurídico das comunidades para ter acesso à política de compensação promovida pelo governo. Ao todo são 137 comunidades da área de abrangência do duto. “A população se organizou juridicamente, para que pudesse receber os benefícios de compensações ambientais, e as relações de poder que se estabeleceram diante destes benefícios, em muitos casos foram e ainda são conflituosas”²⁶⁵.

Outros modos pelos quais as comunidades foram alteradas: a produção agrícola ficou dificultada após a obra pela impossibilidade da ‘coivara’ para preparar a área do plantio, sobretudo das comunidades da área de influência. O plano de manejo não foi levado avante e isso proíbe a derrubada de árvores em caso de necessidades de plantação. O êxodo rural motivado pelo breve tempo de emprego na construção do duto, diminuiu o número de

Impactos Ambientais elaborado por técnicos da UFAM (Universidade Federal do Amazonas). Registra-se que as observações da população foram ‘notadas’, mas nem sempre escutadas.

²⁶³ Cf. PRELAZIA DE COARI. *Ata da 29ª Assembleia Pastoral, de 17-19 de dezembro de 2004*, Arquivo Prelático.

²⁶⁴ GAWORA, Dieter. Op. cit. p. 173-200. Indenizaram os ‘proprietários’ e não os agricultores que moram na terra há vários anos. O determinante foi o documento de posse, o que não é prática dos moradores das áreas ribeirinhas.

²⁶⁵ SANTOS, D.M.A. op. cit. p. 46. Trata-se de pesquisa localizada no município de Manacapuru, mas traduz a realidade das demais comunidades.

moradores das áreas ribeirinhas e aumentou a população urbana. Após a conclusão da obra os casos de malária, controlado no desenrolar do projeto, aumentou grandemente²⁶⁶.

A autora Santos faz notar que as políticas governamentais são ineficazes ao conjunto maior da sociedade cujos benefícios, ou compensação de malefícios, são propostas. Isso explica-se porque, embora tendo bons encaminhamentos, são pontuais, individuais, dentro da macro realidade social e não mobilizam a participação popular, configurando-se como imposição ao povo. Percebe-se que o crescimento desejado é muito sutil, com pouco ganho para o bem de todos seja no aspecto social, ambiental ou econômico²⁶⁷.

A atenção da Igreja sobre essa temática e a preocupação com a população atingida, fez documentar no Plano de Evangelização 2010-2013 o seguinte:

“A exploração de gás e de petróleo, e a construção do gasoduto para o transporte deles, apesar de ter ajudado no desenvolvimento econômico com geração de renda, emprego e outros benefícios, trouxe também vários desafios. A cidade de Coari foi a mais atingida das cidades por onde passa o traçado do gasoduto e teve sua população aumentada rápida e desordenadamente. Sua estrutura se modificou tanto na procedência de seus habitantes quanto no gênero, já que a grande maioria dos migrantes eram homens. Por conseguinte, em maior peso, Coari teve que suportar as consequências sociais do grande projeto”²⁶⁸.

Assim confirma-se o que já fora acenado anteriormente em outros círculos de reflexão. A obra foi construída, o ‘boom’ sinalizou otimismo e esperanças, mas deixou além da saudade algumas amargas lembranças. A Igreja, atenta aos conflitos e desafios do povo, continua sua atuação nesses espaços como presença evangelizadora.

3.2. As campanhas sociais

A ação sócia evangelizadora da Igreja efetiva-se nas várias experiências já apresentadas, partindo do eclesial ao social ou vindo do social ao eclesial (MEDELIN-PUEBLA). Apresenta-se a proposta de Jesus Cristo em busca de indicações que conduzam à construção contínua do Reino de Deus nesses espaços amazônicos. Como parte da experiência da unidade e da comunhão do Povo de Deus, a atuação social concretizou-se em momentos

²⁶⁶ Idem. p. 79-83.

²⁶⁷ Idem. p. 83.

²⁶⁸ PRELAZIA DE COARI. *Plano de Evangelização (2010-2013): Renovar a Missão e avançar na Evangelização*, Coari, 2010, n.13; Cf. RODRIGUES, KA. *A urbanização de Coari em função da dinâmica orçamentária: o caso do saneamento básico*. 2013, 116 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Amazonas, Manaus, p. 104.

expressivos de luta como fora a preservação de lagos, a luta pela terra e por moradia. Alcançando a esfera nacional, focaliza-se neste tópico a participação na Campanha contra a miséria e a fome, o plebiscito sobre a ALCA, a campanha em favor da Lei de iniciativa popular ‘Ficha limpa’ e o que se pode denominar ‘nova articulação da caridade’.

A Campanha contra a miséria e a fome²⁶⁹ foi lançada inicialmente em 1993 sob a iniciativa do sociológico Hebert de Souza (o Betinho). Dom Luciano Mendes de Almeida esteve à frente da Campanha que recebeu o apoio e adesão de muitas instituições brasileiras. A Igreja atuou na coordenação e na execução a partir das bases nas paróquias e comunidades. A Prelazia assumiu a participação nessa empreitada formalizando esse compromisso na Assembleia Pastoral de 2002. Embora já houvesse iniciativas anteriores, configurou-se a participação no Mutirão pela superação da Miséria e da fome lançado pela CNBB no seu jubileu de ouro (CNBB, doc. 69, p.7)²⁷⁰.

Como essa Campanha outras ações do governo brasileiro têm sido desenvolvidas ou ensaiadas temporariamente em vista de superar a miséria e suas consequências sociais. Tais programas incluem princípios de compreensão e ações sobre os Direitos Humanos e Sociais desde a alimentação, a organização social, a geração de renda, a educação de qualidade. Todavia, tais iniciativas são viciadas em se extinguir nos governos subsequentes. A participação da Igreja nessas ações, tem fundamento na atenção permanente do Senhor para que não haja pobre dentre seu povo, mas quando há pobres estes devem ser cuidados porque são queridos a seus olhos (Cf. Ex 22,20-21; Dt 15,4-9).

A Assembleia Pastoral da Prelazia de 2002 é registrada com destaque também pelo convite e desafio apresentado às lideranças pastorais que assumissem a participação no plebiscito contra a Área de Livre Comércio das Américas, processo já iniciado em algumas paróquias e confirmadas nessa Assembleia²⁷¹. Outras Campanhas sociais receberam adesão formal da Prelazia dentre elas a Campanha em favor da Proposta de Iniciativa Popular chamada de ‘Lei da Ficha Limpa’. Todas essas realidades exigem atualização no modo de agir, sobretudo, junto aos mais necessitados. Isso exige novas organizações e novas estratégias.

²⁶⁹ A Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e pela Vida (conhecida como Campanha contra a Fome) foi lançada em março de 1993 por Herbert de Souza, o Betinho. Essa iniciativa fez parte de um amplo despertar de iniciativas sociais da década de 1990. MEDEIROS, Amélia; BERGSON, Sarita. O COEP e tecnologia de informação e Comunicação. In: COMITÊ DE ENTIDADES NO COMBATE À FOME E PELA VIDA. *Das ruas às redes: 15 anos de mobilização social na luta contra a fome e pobreza*. Rio de Janeiro: COEP, 2008, p.286.

²⁷⁰ CNBB, Exigências evangélicas e éticas de superação da miséria e da fome: “Alimento, dom de Deus, direito de todos”. São Paulo: Paulinas, 2002. (Doc. 69).

²⁷¹ Cf. PRELAZIA DE COARI. *Ata da 27ª Assembleia Pastoral, de 13-15 de dezembro de 2002*, Arquivo Prelático.

3.3. A nova articulação da caridade

A Prelazia de Coari, ao longo de sua história é envolvida nas situações desafiadoras de seu povo. Além das experiências citadas, vários serviços e experiências caritativas foram assumidos e alguns foram finalizados. Confirma-se a atuação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Associação Dom Jacson, o Centro de Formação Juvenil São Geraldo (ainda em funcionamento), as Equipes de Fé e Cidadania, dentre outras. Com efeito, novos passos foram sendo desenvolvidos em vista de atualizar a ação sócio caritativa da Igreja Local. O processo desejado ganhou fôlego por volta de 2010 culminando com a implantação da Cáritas da Diocese em 2014. Nova articulação da caridade, ganha notoriedade na expressão do bispo ao afirmar “que quando não estamos organizados a primeira que sofre é a caridade”²⁷². Situando-se essas experiências entre os traços sociais da evangelização, citam-se as perspectivas, um dos grandes e atuais problemas e o novo espaço de atuação social.

Quanto às perspectivas de ação da Cáritas apresentam-se linhas de ação abrangentes que inspiram e ajudam na articulação dos serviços pastorais sociais. Não se trata de alterar o modo de organização e atuação das pastorais existentes, mas, da atenção às necessidades dos menos favorecidos, sobretudo, em busca de promover sua autonomia através de formação, políticas públicas e geração de renda. O serviço social da pastoral da Criança, Pastoral da Pessoa Idosa, serviço da pastoral Carcerária, esses têm na articulação Cáritas uma grande força renovadora (PPEv, p.35)²⁷³.

Acresce a consciência de novos problemas ou de situações antigas que se agravaram nos últimos anos aos quais a Igreja procura imprimir esforços em vista de enfrentamento e superação. Um grande desafio a ser enfrentado pela Diocese está na problemática das drogas. A Fazenda da Esperança tem conseguido espaço para ajudar no enfrentamento dessa problemática. O Grupo Esperança Viva, formado por pessoas já atendidas pela instituição, está instalado numa das paróquias. Há o processo em andamento para a implantação de uma Fazenda da Esperança na Diocese (PPEv, p.34). Conta-se, ademais, com vários grupos de mútua ajuda que se desenvolvem em parceria com as lideranças pastorais nas paróquias.

²⁷² Cf. PRELAZIA DE COARI. *Ata da 27ª Assembleia Pastoral, de 13-15 de dezembro de 2002*, Arquivo Prelático.

²⁷³ Missão da Cáritas diocesana assumida em sua primeira Assembleia: “Testemunhar e anunciar o Evangelho de Jesus Cristo – seu PROJETO- defendendo e promovendo a VIDA e participando da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural, junto com as pessoas em situações de exclusão social”. DIOCESE DE COARI. Relatório da Primeira Assembleia Diocesana da Cáritas, Beruri, 17 de dezembro de 2015.

Como indicação da Cáritas, o novo espaço de atuação que a Igreja é motivada a adentrar em vista de uma colaboração social, são os Conselhos Municipais. Para isso há o compromisso de “promover formação às lideranças que pertencem aos conselhos municipais” (PPEv, p.34). Esse espaço de atuação instiga a construção de caminhos democráticos participativos inspirados nos valores humanos e cristãos tais como o diálogo e o respeito ao direito de todos os representados e os ‘beneficiados’ pela área de abrangência dos ditos conselhos: da saúde, da merenda escolar, da pessoa idosa, da juventude, da defesa do direito da criança e do adolescente, etc²⁷⁴.

A participação nesses Conselhos tem grande relevo para a Igreja no condizente ao serviço e à aprendizagem. O diálogo exercido favorece o conhecimento de realidades diferentes entre seus integrantes. Respectivamente exige discernimento para evitar que a proximidade com o espaço do poder político partidário governamental, não ofusque o objetivo da participação: a presença evangelizadora, crítica, propositiva por isso mesmo, respeitosa. Essa forma de participação e atuação social, está muito em sintonia com o que se compreende da missão da Igreja, sobretudo nos dias atuais. Pode-se vislumbrar uma nova etapa de compreensão e exercício da missão na Diocese.

IV. Traços missiológicos

Os traços missionários da Diocese em estudo, seguem a trilha da missão universal, continental e regional. Após considerar alguns dados de sua história, importa relacioná-los no conjunto da experiência e compreensão missiológica numa rápida passagem pelas pegadas da missão no contexto do Vaticano II. Retoma-se alguns breves elementos da abertura do evento conciliar e seu discorrer no pós-concílio. Em seguida situa-se a compreensão missionária assumida no decorrer dos anos na Igreja Local.

1. No Contexto do Vaticano II

O Concílio Vaticano II tem sua realização inserida no contexto fronteiro entre o mundo que há pouco saiu da cristandade, está mergulhado na modernidade e dando passos em direção à pós-modernidade. Traz em seu cerne as certezas medievais, as luzes e contestações da razão e os sinais do novo tempo a despontar. As guerras fizeram aparecer a fragilidade da

²⁷⁴ DOWBOR, Monika; HOUTZAGE, Peter; SERAFIM, Lizandra. *Enfrentando os desafios da representação em espaços participativos*. São Paulo: CEBRAP: IDS, 2008, p. 15.

crença na razão total, no eurocentrismo e em seus derivados: nacionalismo, capitalismo, socialismo, práticas imperialistas e colonialistas. Inicia-se a construção “do novo paradigma da pós-modernidade [que] seria global, policêntrico e de orientação ecumênica”²⁷⁵.

Dentre as situações de vislumbre encontra-se o processo de ampliação dos limites da racionalidade herdada do iluminismo, enriquecendo-a com outros elementos. No campo da teologia insere-se a centralidade da palavra, a nova compreensão da Igreja, do ser humano e da teologia. Nessa nova compreensão valoriza-se o processo histórico e a esperança escatológica para a qual se encaminha a história. O ser humano é valorizado em sua realidade concreta, mas, sem negar seu caráter transcendental²⁷⁶.

O momento é convidativo para maior abertura, na qual nem a razão e nem a religião tem a última palavra. O testemunho singelo e humilde do missionário supera o autoritarismo de suas afirmações irrevogáveis. Pois “o homem contemporâneo escuta com melhor boa vontade as testemunhas do que os mestres [...], se escuta os mestres, é porque eles são testemunhas” (EN, 41). Manifesta-se o desafio de pensar holisticamente, enfrentar os dualismos e apontar para a abertura maior a realizar-se no Reino de Deus. Buscar-se-á, assim, fazer frente aos reducionismos e ideologias patrocinadas pela deusa razão ou pela imposição da religião²⁷⁷.

1.1. Missão no pré-Concílio

A missão segundo os moldes precedentes ao Vaticano II, condiz com uma Igreja no estilo ‘sociedade perfeita’. A instituição do padroado a associou ao poder imperial, sobretudo, da Espanha e de Portugal. A centralidade da missão na pessoa do Papa lhe confere as determinações para a execução da tarefa missionária através de seus representantes enviados pelas agências missionárias aos lugares em ‘condição missionária’. Assim

“a missão [...] não é mais o ‘anúncio de jubiloso dom’, mas a implantação da Igreja com sua hierarquia. [...]. A missão, que deveria almejar a construção do Reino de Deus, tornou-se mero instrumento para a implantação do Reino da Igreja”²⁷⁸.

²⁷⁵ SOUZA, Ney de. Antecedentes e evento histórico. In: ALMEIDA, J.C; MANZINI, Rosana; MAÇANEIRO, Marcial (org). *As Janelas do Vaticano II: a Igreja em diálogo com o mundo*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2013, p. 66-67.

²⁷⁶ GONÇALVES, PSL. A teologia do Concílio Vaticano II e suas consequências na emergência da Teologia da Libertação, In: *Concílio Vaticano II: análises e perspectivas...*, p.76.

²⁷⁷ BOSCH, David J. Op. cit. p. 426.

²⁷⁸ RESTORI, Memori. *A missão no Vaticano II...*, p. 33-34.

Essa visão piramidal é confrontada pela inspiração de uma Igreja de relações circulares originada na contemplação das relações trinitárias. Daí o diálogo, a comunidade, a circularidade, é posto à frente do monólogo, da solidão e da ‘pirâmide’ da Igreja e da sociedade²⁷⁹. Essas inspirações marcam a missão no Vaticano II.

Essa postura missionária é desenvolvida no território da Igreja de Coari segundo as desobrigas realizadas pelos missionários itinerantes que percorriam a região, batizando, celebrando os raros casamentos e abençoando o povo. A relação com o poder político sustentava e fundamentava a presença da Igreja. A outorga do governo acompanhava as iniciativas, seja por respeito às formalidades legais, seja pela parceria em favor do serviço ao povo, ou até ainda pela intensa proximidade com o poder político. Os passos de retomada ao sentido original da missão tiveram seu ponto alto no Vaticano II.

1.2. Missão no Concílio Vaticano II

O evento conciliar pode ser comparado a um

“rio represado por muitas frentes eclesiais que temiam suas forças; foi desviado de seu curso e canalizado para diferentes direções. Contudo, o rio jamais parou seu fluxo. Continua correndo na direção do Reino, levando sobre suas torrentes a frágil Barca de Pedro”²⁸⁰.

Das ‘águas desse rio’ destacam-se, dentre outros, os seguintes aportes: a natureza missionária e a missão “*inter gentes*”; a partilha da graça da salvação; a centralidade do Reino; a Igreja local e a inculturação²⁸¹.

A natureza missionária da Igreja não se configura mais submetida aos limites geográficos dos territórios de missão. Ela entende-se como fruto da iniciativa salvadora de Deus. Sem olvidar a dimensão espiritual, valoriza a horizontalidade da história, assumindo-se como enviada para desenvolver-se no meio dos povos, entre as gentes. A expressão emblemática está no ‘Povo de Deus’ do qual o papa, os bispos e toda a hierarquia são membros (LG, 8-16; 48-51). Todo esse povo é chamado e enviado a ser, no meio do mundo, peregrino com os outros povos.

²⁷⁹ PARRA, Alberto. Vaticano II: memoria y profecía. In: *Congreso Internacional de Teología ‘Interpelaciones del Papa Francisco a la Teología hoy’*. Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá: Colômbia, 2016 (18-20 de setembro), p.18.

²⁸⁰ RESTORI, Memori. Op. cit. p. 11.

²⁸¹ SUESS, Paulo. Missão/Evangelização. In: *Dicionário do Concílio Vaticano II ...*, p. 632.

A graça da salvação, deixa de ser assinalada como propriedade da Igreja. Ela é mistério e sinal da presença salvadora de Deus no mundo (LG, 1-8; Cf. EN, 59). Sua realidade sacramental articula uma espiritualidade inserida na esfera social e para além dela. Busca-se a salvação total da pessoa iniciada neste mundo enquanto se encaminha para a plenitude escatológica (AG, 9). Há confluências entre a identidade da Igreja, sua relação com o mundo e a compreensão de seu caráter missionário impressos, com maior efusão, na *Lumen Gentium*, *Gaudium et Spes* e *Ad gentes*²⁸².

O Reino de Deus ocupa a centralidade na missão. É a meta final para onde o Povo de Deus caminha. Almeja-se superar o eclesiocentrismo com o anúncio e a vivência desse Reino e sua justiça (Mt 6,34), iniciando no curso da história enquanto se encaminha para o fim escatológico. Essa meta eclesial não se faz na abstração da Igreja Universal, mas, primordialmente é realizada na Igreja Local como fora na era primitiva (Cf. LG, 43). Assim concorde a Brighenti

“a principal mudança do Vaticano II, que marca uma descontinuidade com a situação de então da Igreja, foi a superação de uma ‘Igreja universalista’ através do resgate da Igreja local, ou seja, da diocese como ‘porção’ (CD, 11a) e não ‘parte’ do povo de Deus (a porção contém o todo, a parte não)”²⁸³.

Validamente trata-se de assumir-se na humilde condição de ‘ser para os outros’ não como a via de salvação identificada com o Cristo, mas, como sinal sacramental a indica-lo. A nova relação da Igreja com o mundo pauta-se pela solidariedade com as pessoas e não com as estruturas de poder. Não se define Igreja como um mundo à parte, mas realiza-se dentro do mundo, como portadora privilegiada de boas novas para o bem de todas as pessoas²⁸⁴.

Portanto, em estreita analogia à encarnação do Verbo (Cf. LG, 8a), o Povo de Deus se constrói junto com outros povos, encarnando-se dentre eles. Esse processo chamado inculturação no pós-concílio, “visa mais proximidade de estruturas, doutrinas, símbolos e liturgias ao povo de Deus”²⁸⁵.

Tratando-se da realidade local, a Igreja de Coari adentrou nesse período da história sob as inspirações conciliar. Foi criada e instalada durante esse grande evento. Ao longo de sua história registra-se o esforço em realizar-se Igreja Missionária no modelo Povo de Deus, comunhão e participação, instrumento de salvação, dinâmica na pastoral e com forte presença

²⁸² Cf. BOSCH, David J. Op. cit. p. 446-448.

²⁸³ BRIGHENTI, Agenor. *Em que o Vaticano II mudou a Igreja ...*, p. 49. O autor concorda com esse modo de pensar advindo de K. Rahner.

²⁸⁴ Cf. BOSCH, David J. Op. cit. p. 451-454.

²⁸⁵ SUESS, Paulo. *Missão/Evangelização...*, p. 633.

e contribuição social. Entre os anos 1964-1973 o primeiro bispo, Mário Anglin valorizou as sementes lançadas pelos missionários redentoristas e irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo. Entre 1974-2009, Dom Gutemberg Freire Regis liderou a construção e desenvolvimento desse movimento evangelizador com seus antigos e novos desafios, despertados e atualizados no período pós-conciliar.

1.3. Missão no pós-Concílio

No período pós-conciliar constatam-se os efeitos e crises germinadas pelas mudanças ocorridas. Tudo assomados ao espírito renovador do concílio, afetou sobremaneira a eclesiologia e missiologia. As grandes questões da humanidade atingem os meandros eclesiais ora questionando-os, ora desafiando-os, ora sugerindo novidades ainda não percebidas. A efetivação da missão e sua compreensão estão na confluência de vários paradigmas missionários emergentes²⁸⁶. Por enquanto basta evidenciar dois aspectos intercalados: a recepção conciliar e a ampliação na compreensão da missão.

Quanto à recepção, relaciona-se ao processo teológico como atividade segunda ao fato original. Assim nas palavras de Catão, o fato conciliar vai muito além do evento em si e dos documentos promulgados.

“Inclui um segundo momento [...]: a repercussão efetiva que vai progressivamente tendo na história e na vida da Igreja e do mundo. É o que os teólogos denominam a “recepção” de um concílio, de uma profissão de fé, de lei ou de norma vigente na Igreja”²⁸⁷.

Libânio anui que esse “fenômeno eclesiológico”, além de desdobrar-se nas esferas teologal, antropológico e sociológico, desenvolve-se sobre diferentes modelos: a busca por “aplicar a letra do Concílio”; o esforço em ser fiel ao espírito conciliar “numa criatividade fiel [que] se avança”; a nostalgia do passado pré-conciliar que bloqueia os dinamismos; a “posição que aposta na implosão da forma histórica do cristianismo”²⁸⁸. Desse modo o processo de ampliação do conceito de missão, vai ganhando feições renovadas seja a partir do Magistério, seja a partir das diversas realidades locais.

²⁸⁶ BOSCH, David J. Op. cit. p. 436-438.

²⁸⁷ CATÃO, F. Augusto Carmil. O perfil distintivo do Vaticano II: recepção e interpretação. In: *Concílio Vaticano II: análises e perspectivas ...*, p. 104.

²⁸⁸ LIBÂNIO, J.B. *Concílio- em busca de uma primeira compreensão...*, p. 207.

A busca por apresentar respostas aos desafios surgidos, sobretudo, a partir do século XX, fez que a pauta social se tornasse contígua à missão. Ela não se situava mais “restrita ao anúncio e à implantação da Igreja, mas envolvia-se com o trabalho em prol da justiça, da paz e da libertação integral”²⁸⁹. Constatam-se essas afirmações nos vários documentos produzidos após o Concílio. Citam-se *Evangelii Nuntiandi*, *Redemptoris Missio*, as conclusões das Conferências episcopais continental e *Evangelii Gaudium*²⁹⁰ dos quais encontram-se ecos na evangelização diocesana de Coari.

a) *Evangelii Nuntiandi*

Em se tratando do avançar da compreensão missionária da Igreja, os princípios desenhados no Vaticano II fundamentam e desafiam o surgimento de novas contribuições. Paulo VI põe no centro da reflexão a preocupação com o anúncio do Evangelho. Reconhece as várias dimensões da evangelização, mas é enfático na necessidade do anúncio explícito. É dever do cristão e é direito dos povos (Cf. EN, 5c; 30; 80f). Com efeito, após a superação da fase de euforia e de desilusão, o clima de mudanças pós-conciliar encontra-se na fase de criatividade, na qual todas as expressões das revoluções tornam-se elementos de uma releitura teológica a qual o papa se propõe realizar nessa encíclica.

Sua centralidade está no ministério de Jesus que anuncia e torna manifesto o Reino de Deus (EN, 6-7). Outros temas são percorridos: pobreza, inculturação, diálogo inter-religioso, os métodos de evangelização (EN, 2). Evangelização é expressão da missão, embora esta tenha maior abrangência. “Missão é a Igreja enviada ao mundo, para amar, salvar, servir, pregar, ensinar, curar, libertar”²⁹¹ (Cf. EN, 17). Ressalte-se que é a primeira vez que se reflete em documentos oficiais sobre a temática da libertação segundo a inspiração da Teologia da Libertação. Neste particular entende-se a promoção humana. Quanto ao anúncio do evangelho, cita-se como expressão da evangelização o desejo de comunicar a boa-nova recebida de tal modo que toque a consciência e o coração das pessoas. Por isso se faz necessário o uso dos meios de comunicação, mas sem esquecer a transmissão da Boa-Nova de pessoa-a-pessoa (EN, 46)²⁹². Essa postura tem como modelo o próprio Filho de Deus. Ele

²⁸⁹ Cf. RESTORI, Memori. Op. cit. p. 70.

²⁹⁰ FRANCISCO. *Evangelii Gaudium*: Exortação Apostólica do Sumo Pontífice sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual (Roma, 24 de Novembro de 2013). São Paulo Loyola & Paulus, 2013.

²⁹¹ BOSCH, David J. Op. cit. p. 492.

²⁹² Cf. RESTORI, Memori. Op. cit. p. 73-79.

tornou-se pessoa e ao longo de sua vida comunicou e realizou a Boa Nova do Reino concretamente em sua missão redentora.

Essas inspirações foram acolhidas inicialmente na terceira Assembleia Pastoral da Prelazia em 1977, continuando o processo aprendizagem e organização do Plano Pastoral da Igreja Prelática. A centralidade com o anúncio do Evangelho é renovada permanentemente seja através dos Meios de Comunicação (rádio, informativo pastoral), mas também no contato pessoal nas pequenas Comunidades Eclesiais de Base ou nas grandes aglomerações atuais.

b) Redemptoris Missio²⁹³

Seguindo a linha de aprofundamento, João Paulo II retoma a fundamental experiência com o missionário enviado do Pai reafirmando a íntima conexão entre a missão de Jesus e a missão da Igreja. A Encíclica *Redemptoris Missio* afronta as dúvidas sobre a missão *ad gentes* e confirma a validade do mandato missionário. Eis os pontos mais relevantes: a missão “ainda está longe de seu pleno cumprimento” (RM, 1); “parece estar numa fase de afrouxamento”, todavia, o impulso missionário expressa a vitalidade ou o enfraquecimento da fé e da vida da Igreja (RM, 2); é um serviço que se pode prestar à humanidade; sua validade vai além das dúvidas surgidas com a postura pluralista e o diálogo inter-religioso (RM, 4); a variedade e complexidade missionária estão em concomitância com as mudanças ocorridas no mundo²⁹⁴.

As circunstâncias diversas à missão deixam entrever três situações diferentes: o cuidado pastoral aos fiéis; a nova-evangelização ou re-evangelização referindo-se aos cristãos que perderam o sentido da fé; a missão *ad gentes* onde Cristo ainda não foi anunciado (RM, 33-34). Compreende-se sua realização em âmbitos diferentes: âmbitos territoriais (geográficos); mundo e fenômenos culturais (situações de riscos e sofrimentos humanos); áreas culturais (RM, 37). Isso atesta que “os confins da terra para onde o Evangelho deve ser levado, alargam-se cada vez mais [...], a missão *Ad Gentes* ainda está no começo” (RM, 40).

Com otimismo, o papa aponta a possibilidade nunca vista antes de “fazer chegar o Evangelho a todos os homens” (RM, 91). Vale a pena lembrar a necessidade da vocação à santidade. “O missionário deve ser um contemplativo na ação” (RM, 91b), contando sempre com a presença constante de Maria Santíssima a quem a Igreja segue precedida por seus

²⁹³ JOÃO PAULO II. Carta Encíclica *Redemptoris Missio*, sobre a validade permanente do mandato missionário, (Roma 07 de dezembro de 1990), disponível em www.w2.vatican.va, acesso em 20 de abril de 2017.

²⁹⁴ Cf. RESTORI, Memori. Op. cit. p. 79-86.

passos (RM, 92c), na missão do Redentor cuja obra salvífica foi iniciada e acolhida também no Continente Latino-Americano.

O período de grande efusão do conteúdo dessa Carta Encíclica na Prelazia iniciou-se em 1992 com a chegada dos missionários da Sociedade das Missões Estrangeiras de Quebec. A insistência na formação do Conselho Missionária da Prelazia, no estudo sobre a missionariedade dos cristãos leigos, a preparação e o envio de leigos à missão além-fronteiras, são frutos desse período evangelizador.

c) De Medellín a Aparecida

A Igreja latino-americana realiza a recepção do Concílio Vaticano II e a atualização do Evangelho formalmente através de suas conferências episcopais. Desde Medellín (1968), Puebla (1979), Santo Domingo (1992) e Aparecida (2007). Muitos são os frutos dessa rica tradição missionária continental. Dentre todos os seus elementos luminosos, por ora basta citar a fidelidade à Tradição e à situação²⁹⁵; a pluralidade de teologias que sinalizam para a promoção do pensar a realidade à luz da fé. De fato,

a herança [teológica] do Vaticano II e a diversidade de eclesiologias nas conferências, [tem como] ‘eixo eclesiológico’, a Igreja como ‘sacramento de salvação’, pois essa noção comporta e exprime a realidade fundamental da Igreja no mundo e, simultaneamente, de modo inclusivo, comporta outras eclesiologias, como Mistério de Comunhão, Povo de Deus, Igreja Servidora e Peregrina, Libertadora, Discípula- Missionária²⁹⁶.

Segundo Suess, essa trajetória é acompanhada, desde o Concílio, por dois setores distintos: um preso ao passado tendente a conservar as “cristalizações históricas, doutrinárias e culturais” e outro empenhado em atualização para responder aos “reclamos do povo de Deus em seu contexto histórico-social”. Assumindo essas configurações, as Conclusões de Aparecida fazem uma “certa síntese missiológica e pastoral”, assumida pelo magistério universal com a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*²⁹⁷.

Na história da Prelazia de Coari, os frutos dessas Conferências encontram seu lugar de realização sobretudo nos elementos mais tocantes à vida do povo: a ministerialidade; a simplicidade de sua organização; a opção preferencial em ser Igreja pobre pelos pobres e com

²⁹⁵ Cf. MANZATTO, Antônio. Fundamentos teológicos da GS..., p. 79.

²⁹⁶ LOPES, Leandro José. A teologia do laicato na Constituição Dogmática Lumen Gentium e nas Conferências Gerais do Episcopado da América Latina..., p. 87.

²⁹⁷ SUESS, Paulo. Missão/Evangelização. In: *Dicionário do Concílio Vaticano II ...*, p. 627.

os pobres; e a alegria de reconhecer-se em construção com as feições missionárias de seu tempo, situando-se entre os momentos de maior intensidade de empenho em favor dos mais necessitados, e situações de tibieza, sem negar ou fugir de sua tarefa e essência evangelizadora e libertadora.

d) Evangelii Gaudium

Reunindo todas as contribuições anteriores, o Papa Francisco apresenta o que há de mais atualizado sobre a compreensão da missão da Igreja, chamando a atenção para a alegria do evangelho que nasce do encontro com Jesus Cristo na experiência da individualidade, mas expande-se. Da pessoa renovada atinge a família, a comunidade e a sociedade na força do Espírito Santo.

Segundo as palavras de Jorge Humberto Pelaez

Na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, o Papa Francisco traça a rota de seu Pontificado e plantea sua proposta como Pastor da Igreja Universal. Ao lê-la, sentimos uma brisa fresca de renovação, semelhante a que viveu a Igreja quando João XXIII convocou o Concílio. Esta brisa fresca é o sopro do Espírito que renova a face da terra. Nesta Exortação Apostólica, Francisco propõe uma Igreja que sai ao encontro, que busca aos afastados e chega às encruzilhadas dos caminhos para convidar os excluídos²⁹⁸.

O documento apresenta o início da vida cristã no encontro com o Senhor que chama e envia. Essa experiência é maior que as certezas racionais ou as constatações científicas, pois trata-se de algo mais profundo e transformador. Reafirma os âmbitos da nova evangelização: os batizados ainda não evangelizados; os batizados a serem evangelizados novamente; os ainda não batizados e nem evangelizados (Cf. EG, 14). Para atingi-los, é lançado o convite a passar de uma pastoral de mera conservação a uma pastoral decididamente missionária (EG, 15), por isso o pontífice propõe elementos para a transformação missionária da Igreja: uma Igreja em saída (EG, 21); que aprende «*Primeirear*», *envolver-se, acompanhar, frutificar e festejar* (EG, 24); exercendo uma pastoral em chave missionária (EG, 33-35), acidentada, enlameada, porque saiu ao encontro das pessoas (EG, 49).

Frente à crise do compromisso comunitário ela afronta os desafios do mundo atual a saber: economia de exclusão; nova idolatria do dinheiro que governa sem servir as pessoas;

²⁹⁸ PELÁEZ, Jorge Humberto. *Apertura del Congreso Internacional de Teología 'Interpelaciones del Papa Francisco a la Teología hoy'*. Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá: Colômbia, 2016 (18-20 de setembro), p. 3.

desigualdade social geradora de violência e corrupção; culpabilização dos pobres e alastramento do mal (EG, 52-60). Aponta para as suas sequelas contra: a religião (EG, 61-66), a inculturação (EG, 70), e a espiritualidade missionária (EG, 78-80). Consta-se o perigo do mundanismo espiritual em suas várias formas de expressão como a auto referencialidade, o exibicionismo, a autopromoção, o funcionalismo empresarial, a “autocomplacência egocêntrica” (EG, 95). A vanglória assumida torna-se corrupção disfarçada em aparência de bem (EG, 93-97).

O papa reafirma a necessidade do anúncio do Evangelho. O sujeito da evangelização é a Igreja Povo de Deus que peregrina (EG, 111), no qual todos são discípulos (EG, 119-121) chamados ao anúncio explícito de pessoa a pessoa (EG, 127-129), respeitando-se a eclesialidade, os carismas e dons do Espírito (EG, 130-131), os espaços da cultura, do pensamento e da educação (EG, 132-134), bem como a homilia (EG, 135-157). Convida ao aprofundamento do querigma (EG, 160-175), numa iniciação mistagógica (EG, 167). Vale lembrar que a Igreja só consegue ser fiel à evangelização se deixar-se evangelizar continuamente. Eis que é preciso primar pelo aprofundamento do conhecimento, celebração, oração e vivência do Evangelho.

Francisco aborda a dimensão social da fé e as repercussões comunitárias e sociais do querigma (EG, 177) clareando a estreita relação entre a confissão da fé e o compromisso social (EG, 178-179) na experiência do Reino de Deus que chama (EG, 180-181). Nesse sentido a inclusão social dos pobres (EG, 186) é conatural à fidelidade e à misericórdia de Deus que ouve sempre o clamor de seu povo (EG, 186-192). A misericórdia é critério de julgamento (Cf. Tg 2, 12-14), por isso se aponta o lugar privilegiado dos pobres no Povo de Deus (EG, 196-201) pelo que ninguém está isento de fazer-lhe opção. Considerando a política como arte sublime (Cf. EG, 205a) nomeia princípios para o bem comum e a paz social (EG, 217-237): o tempo é superior ao espaço; a unidade prevalece sobre os conflitos; a realidade é mais importante do que a ideia; o todo é superior à parte.

Ao final o pontífice apresenta elementos da vida dos evangelizadores com espírito, destacando as motivações para um renovado impulso missionário (EG, 262-283): o encontro pessoal com o amor de Jesus que salva; o prazer espiritual de ser povo; a ação misteriosa do Ressuscitado; a força missionária da intercessão. Maria, a mãe da evangelização (EG, 284-288) é apresentada trazendo o dom de Jesus ao seu povo, pois ela é estrela da nova evangelização.

A atenção ao anúncio explícito do Evangelho em todas as modalidades possíveis, a consciência da validade da missão *ad gentes*, a centralidade da opção preferencial pelos

pobres nas realidades sócio culturais donde a Igreja está situada, e a alegria que nasce do encontro com o Senhor e transborda-se na evangelização, são elementos encontrados na história da Diocese de Coari. Ora esses elementos encontram-se vigorosos, ora estão ofuscados, mas são reconhecidos ao longo de sua trajetória. Eis uma síntese dos traços missiológicos da Diocese apresentados em três fases missionárias.

2. Três fases missionária da Prelazia

As fases de compreensão missionária na história da Diocese apresentam alguns destaques, nos quais compreendem-se os âmbitos da missão descritos pelo Magistério: o anúncio do evangelho aos que não o conhecem; a nova evangelização aos batizados não praticantes; o cuidado pastoral aos que “frequentam regularmente a comunidade” (EN, 51-55; RM, 33-34; EG, 14). Nesse particular são citados sob três tópicos: como terra de missão a ser evangelizada, terra de missão que partilha sua pobreza, Igreja em outros dinamismos missionários.

2.1. Terra de missão²⁹⁹

Enquanto terra de missão a ser evangelizada, a região recebeu missionários ádvenas desde o século XVI com os primeiros jesuítas. Nas primeiras décadas do século XX deu-se à acolhida aos redentoristas norte-americanos a partir de 1943 e das irmãs ASC a partir de 1947³⁰⁰. Após a instalação da Prelazia, em 1964 os trabalhos intensificaram-se, por isso o envio de missionários para a região estendeu-se até o início da década de 1990³⁰¹.

Outras congregações religiosas foram convidadas e aceitaram o desafio de evangelizar nessa Igreja. Citam-se por enquanto as outras duas congregações dos primeiros anos: as Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora chegaram em 1974; os Padres da Sociedade

²⁹⁹ Cf. AG, 38g; 40; 41c. A Amazônia nunca fez parte do programa da Propaganda Fide porque foi terra de missão Portuguesa e não da Santa Sé. Ela é parte do território brasileiro “considerado terra de missão, só que essa missão ficou nas mãos do Rei de Portugal, por conta do instituto do Padroado”. COMISSÃO EPISCOPAL PARA A AMAZÔNIA- CNBB. A missão da Igreja na Amazônia- os desafios de ontem, de hoje e de sempre. In: CNBB. Desafio Missionário- Documentos da Igreja na Amazônia. Coletânea. Brasília: Edições CNBB, 2014, p.146.

³⁰⁰ Os pioneiros no Amazonas: irmão Cornélio Ryan, Pe. José Elworthy, Pe. João McCormick, Pe. André Joerger, Pe. José Maria Buhler, Pe. Jaime Martin. As pioneiras das irmãs: Irmã Joana Francisca, Georgiana, Marciana e Julita. MUCKERMAN, Norman J ..., p. 15; p. 135

³⁰¹ SILVA, F.A.B.(org). *Prelazia de Coari, jubileu de ouro* ..., p. 289.

do Apostolado Católico (Palotinos) foram acolhidos no ano de 1975³⁰². Esses evangelizadores ajudaram a construir as bases para o desenvolvimento da ação pastoral.

a) As bases da ação pastoral

A ação pastoral é precedida e influenciada pelas ideias vigentes, sobretudo pelas eclesiologias. A Igreja Local em construção no período entre 1943-1964 tem como marca as inspirações pré-Vaticano II e seus elementos da cristandade, isto é, em estreita relação com os governantes, atuando e, às vezes, determinando os rumos da sociedade³⁰³. Por outro lado, seguindo a atenção às necessidades do povo (Cf. Ex 3,7; At 6,1-7), os esforços evangelizadores seguem a atuação em duas grandes frentes: na área social, a educação e a saúde; no aspecto religioso, as santas missões e as desobrigas.

O investimento em educação e saúde visava combater o analfabetismo e oferecer práticas diferentes no cuidado com a vida, incluindo o combate às doenças. As desobrigas e as santas missões aproveitaram a herança religiosa expressa na riqueza da religiosidade popular marcada pelas devoções, novenas e ladainhas para iniciar o processo de evangelização através das comunidades eclesiais de base organizadas nos anos seguintes.

A missão contemplou claramente as dimensões evangelizadora: o testemunho cristão, o serviço e o anúncio explícito do Evangelho com a catequese, as celebrações e os sacramentos. Essa empreitada despertou a construção de uma identidade eclesial missionária que aos poucos ganhou feições próprias. Todavia, é válido ressaltar a comunhão da Igreja amazônica a qual contribui no desenvolvimento da ação evangelizadora nessa Diocese.

b) A eclesialidade amazônica

A identidade da Igreja Local vem sendo construída ao longo de sua história em comunhão com sua realidade. Como Povo peregrino, missionário, não lhe apraz o direito de impor-se como instituição pesada sobre o povo, mas de construir-se com a participação de todos. Por isso faz parte de suas responsabilidades a análise e tomada de consciência sobre os desafios da sociedade na qual encontra-se inserida. Essa experiência vem sendo vivenciada

³⁰² Idem, p. 311; 334.

³⁰³ Cf. COMBLIN, José. *O Povo de Deus*, p. 26. *Societas perfecta* de Belarmino, p. 26; CALIMAN, Cleto. A eclesiologia do Concílio Vaticano II e a Igreja no Brasil. In: *Concílio Vaticano II: análises e perspectivas ...*, p. 232. “Na modernidade [...] a Igreja tende a se afirmar seguindo a eclesiologia já delineada por Belarmino. Ela inicia um processo de ‘duplicação’ de serviços na sociedade (escolas, hospitais, partidos católicos...) para fazer frente à evolução do mundo moderno e assim se afirmar como a única tábua de salvação para o mundo”.

pelos bispos da Amazônia desde o ano de 1972, no encontro de Santarém. O documento final expõe as linhas de ação e as prioridades da Igreja da Amazônia, com as quais comprometeram-se seus pastores.

A Igreja da Amazônia representada por seus Bispos reunida em 1972 apresenta o “Documento de Santarém- Linhas prioritárias para a Pastoral da Amazônia”, no processo de recepção do Vaticano II e das Conclusões de Medellín, e “opta por quatro prioridades e por quatro séries de serviços pastorais, à luz destas duas diretrizes básicas: Encarnação na realidade e Evangelização libertadora”. As prioridades são: formação de agentes; Comunidade Cristã de Base; pastoral Indígena; estradas e outras frentes. Os serviços assumidos: organização; instituto de pastoral; assessoria técnica e jurídica; meios de comunicação social. O documento é concluído citando Paulo VI em mensagem ao povo brasileiro “Cristo aponta para a Amazônia”³⁰⁴.

O conceito ‘terra de missão’, nomeando as áreas mais distantes dos grandes centros da evangelização até o evento conciliar, continua em vigência às Igrejas particulares da Amazônia, mas elas o atualizaram. A Prelazia de Coari assumiu a inspiração de Puebla, ao constatar que “finalmente chegou para a América Latina a hora de intensificar os serviços recíprocos entre as Igrejas particulares e de estas se projetarem para além de suas próprias fronteiras, *ad gentes*. É certo que nós próprios precisamos de missionários, mas devemos dar de nossa pobreza” (DP, 368).

2.2. Terra missionária que partilha de sua pobreza

A terra missionária acolhendo a inspiração da Igreja continental deu passos significativos na participação da obra evangelizadora, ultrapassando a atitude de mera ‘beneficiada’ pela presença missionária além fronteira. As formas de cooperação (AG, 35-41) foram assumidas desde o início mediante a oração, as práticas de caridade e piedade cristã e a participação nas campanhas beneficentes em favor dos povos locais e de outros em maiores necessidades. Essa partilha missionária foi cultivada através do envio de um padre do clero diocesano, de leigos para a missão além-fronteiras e do incentivo às vocações religiosas. De mera receptora, ela inicia seu protagonismo missionário³⁰⁵.

³⁰⁴ CNBB- REGIONAL NORTE I. Linhas prioritárias da pastoral na Amazônia. In: GUIDOTTI, Humberto; OLIVEIRA, JA. *A Igreja arma sua tenda na Amazônia*, Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000, p. XIV.

³⁰⁵ Tratando-se de América Latina, esse processo tem expressiva consequência no pontificado de Francisco. Nele aparece a consequência da mudança de época no catolicismo global, quando a Igreja Continental deixa de ser

a) Envio de um padre diocesano

O envio do padre diocesano em missão se deu entre os anos de 1996-2003. No ano de 1995, contava-se apenas com três padres diocesano – Manoel Gilson Barbosa, Antônio de Melo Cardoso e Francisco José Lima da Silva. O prelado aceitou o apelo da CNBB regional e enviou um dos padres para servir no Seminário da Arquidiocese. Entre o tempo do mestrado em Roma e os anos de serviço na formação seminarística regional, Padre Francisco José Lima da Silva exerceu seu ministério por 7 anos fora da Prelazia. Essa atitude permanece como inspiração na caminhada da Igreja, assomada ao compromisso de se investir na formação permanente do clero e colaborar em outros serviços regionais³⁰⁶.

b) Religiosos filhos da Prelazia, partilha de vocações

Na mesma perspectiva de cooperação missionária, assume-se em documento a proposição do bispo: a “tomada de consciência que as vocações para a vida religiosa são contribuições missionárias de nossa Igreja”³⁰⁷. A caminhada de evangelização torna visível o celeiro vocacional da Prelazia. As congregações religiosas despertaram, acompanharam e formaram novos membros. Confirma-se dois desafios permanentes: a reduzida quantidade de candidatos, e a desistência de alguns. A missão continua e a ação do Espírito Santo faz surgir novos missionários e novas fronteiras de atuação incluindo-se o envio de leigos às missões no exterior.

c) Leigos enviados em missão além fronteira

O envio de leigos à missão *ad gentes* faz parte do período iniciado em 1992 registrado sob o título ‘dinamismo missionário’. Por ocasião da assembleia daquele ano afirma-se que

Igreja reflexo e torna-se Igreja fonte, e passa de receptora para protagonista na missão. IVEREIGH, Austen. *El Papa Francisco y el ‘resurgimiento católico latinoamericano’*. In: Congresso Internacional de Teologia ‘Interpelaciones del Papa Francisco a la Teología hoy’. Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá: Colômbia, 2016 (18-20 de setembro), p. 2.

³⁰⁶ SILVA, F.A.B. (org). *Prelazia de Coari, jubileu de ouro*, p.423-428. Padre Antônio de Melo Cardoso (ordenado em 1995) atuou como ecônomo do Instituto de Teologia Pastoral e Ensino Superior nos anos de 2006-2009; Padre Elcivan Alencar da Costa, foi presidente da Comissão Regional de Presbíteros (CRP) Norte 1 nos anos de 2008- 2009; Padre Raimundo Carvalho Gordiano presidiu a CRP nos anos de 2014-2015.

³⁰⁷ PRELAZIA DE COARI. *Pistas de ações evangelizadoras* (2005-2008). Desbravai uma nova Roça. Coari, 2004, p. 5. Este documento assumido como plano de ação, fundamenta-se nas inspirações dos documentos *Novo Milênio Ineunte*, *Evangelii Nuntiandi*, DGAE (2005-2008). A Igreja Local apresenta-se como Igreja cristocêntrica, participativa, misericordiosa e missionária.

“as assembleias da Prelazia têm sido uma experiência de: ‘comunhão e participação’ para melhor assumir os compromissos de evangelização juntos como igreja missionária”. A ocasião foi a primeira acolhida prelatícia à Sociedade das Missões Estrangeiras de Quebec (SME) na Prelazia. Atuaram por 15 anos na evangelização em serviço sócio pastorais. Contribuíram com o alargamento do sentido da missão cristã superando a identificação do missionário com os estrangeiros, acolhendo-a como marca indelével desde o batismo³⁰⁸.

Como expressão desse período, dois cristãos leigos foram enviados para a missão além-fronteiras em Honduras: Margarida Rebouças no ano de 1997 e Fábio Castro no ano de 2003³⁰⁹. Ambos pertencentes à Prelazia de Coari membros da paróquia Nossa Senhora de Nazaré em Manacapuru. Houve ainda outros leigos que se associaram e partiram em missão, mas, enviados por outras Igrejas do Regional Norte I. Os serviços da SME nessa Igreja cessaram no ano de 2007, continuando presente na sede da Província Eclesiástica (Manaus). As ressonâncias de sua contribuição permeiam a continuidade da ação evangelizadora.

2.3. Igreja em outros dinamismos missionários

A Amazônia como terra de missão, continua sendo mirada com olhares especiais pela Igreja do Brasil, não obstante, com diferentes modalidades de cooperação missionária. Os projetos de ajuda desenvolvidos entre as Igrejas trazem grandes contribuições, embora perceba-se a dificuldade da contrapartida local. Pelo projeto Igreja irmã foram enviados para a Prelazia, presbíteros do clero de Mogi das Cruzes³¹⁰. O projeto Sul 1- Norte 1 mantém a colaboração enviando padres da diocese de São José dos Campos³¹¹. Outras experiências de acolhida missionárias foram vividas por Padre Pedro Donizete da Costa e Wender José da Silva³¹².

³⁰⁸ SILVA, F.A.B.(org). *Prelazia de Coari, jubileu de ouro ...*, p. 241-242; 347.

³⁰⁹ SOCIEDADE DAS MISSÕES ESTRANGEIRAS DE QUEBEC, PGM MANAUS. Arquivo da Comunidade Local, Manaus. (1997 e 2003).

³¹⁰ Padre Rômulo Avagglano foi pároco em Codajás entre os anos de 1995-1996. Atuaram na paróquia Nossa Senhora de Nazaré de Beruri os padres José Orlando da Cruz 2004-2006 e Alberto Gomes da Silva no ano 2006-2007. CF. SILVA, F.A.B.(org). *Prelazia de Coari, jubileu de ouro...*, p.179; 143-144.

³¹¹ Padre Carlos Enrique (2008-2013), foi exceção nesse envio. Veio da diocese de Taubaté pertencente ao Instituto Missionário São José. Coordenou a pastoral no Santuário São Francisco do Anamã, organizando a instituição da paróquia em 2008. SILVA, F.A.B.(org). *Prelazia de Coari, jubileu de ouro...*, p. 366-367; Antônio França, assumiu a paróquia Imaculada Conceição em Anori, dia 09/10/2011 finalizando dia 16/11/2014 quando foi empossado o pároco Padre Márcio Roberto Campos. PARÓQUIA IMACULADA CONCEIÇÃO DE ANORI. *Livro tombo*. Arquivo paroquial. Abertura em 15 de março de 1974. vol. III, p.131v; p.166v.

³¹² Dois padres da diocese de Ituiutaba: Padre Pedro Donizete da Costa exerceu seu ministério em Beruri entre 2007-2010 e em Manacapuru em 2010; SILVA, F.A.B.(org). *Prelazia de Coari, jubileu de ouro*, p. 144; Wender José da Silva tomou posse como pároco em Anori dia 7/02/2010 saindo dia 31/05/2011. Livro Tombo, vol. III, p. 128v.

Essas experiências de partilha e corresponsabilidade na evangelização amazônica tem seus sinais de luminosidades e de sombras, sobretudo pela fraca compensação da Igreja Local, se bem que, não ofusca o processo de renovação da missão no interior da Diocese, sobressaindo-se em seus últimos planos de evangelização, nas missões inter paroquiais e na criação de novas paróquias.

a) Os dois últimos planos de evangelização

Os dois últimos planos de Evangelização registram a concepção missiológica assumida pela Diocese de Coari. Eis que o penúltimo Plano assume como objetivo evangelizar a partir do encontro com Jesus Cristo, como discípulos missionários, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, promovendo a dignidade da pessoa, renovando a comunidade, participando da construção de uma sociedade justa e solidária, para que todos tenham Vida e a tenham em abundância (Jo 10,10)³¹³.

Nessa mesma direção o Plano atual, está organizado em três partes: a partir de Jesus Cristo, o perfil da Diocese, a ação evangelizadora. Partindo da identidade missionária assume as dimensões catequética, litúrgica, bíblica, comunitária e social formalizando em seu objetivo geral: “Evangelizar, a partir de Jesus Cristo, na força do Espírito Santo, como Igreja discípula, missionária, profética e misericordiosa, alimentada pela Palavra de Deus e pela eucaristia, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, para que todos tenham vida, rumo ao Reino definitivo” (PPEv)³¹⁴.

Seu ponto de partida é a pessoa de Jesus Cristo e a moção de seu Espírito. Sua identidade mais profunda enquanto seguidora do mestre é ser como o Senhor no ardor e na criatividade missionária, na coragem firme da profecia e na ternura da misericórdia. Não se apraz com os agrados momentâneos, mas, se abastece com o alimento da Palavra e da Eucaristia para ‘ser com’ os pobres e ‘ser para’ a vida abundante de todos, construindo o Reino que não se esgota na temporalidade da história.

Nesse sentido, o campo missionário local é efervescente em decorrência das necessidades contínuas e novas, e da capacidade sempre renovada de enfrentá-las. Por isso realizam-se experiências muito significativas no sentido de animação e partilha de vivência da

³¹³ PRELAZIA DE COARI. *Plano de Evangelização (2010-2013)* ..., n. 82.

³¹⁴ DIOCESE DE COARI. *Plano Pastoral de Evangelização (2016-2019)*, Coari, 2016, p. 01. A diocese assume o mesmo objetivo geral da Igreja do Brasil. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil: 2015-2019*. Brasília, Edições CNBB. 2015, Objetivo geral.

fé. A esperança suscitada visa contagiar toda a estrutura eclesial com esse mesmo ímpeto evangelizador.

b) As experiências missionárias ‘inter paroquiais’

As experiências missionárias ‘inter paroquiais’ aqui registradas referem-se a atuação da Igreja ministerial, os leigos e os presbíteros que os ajudam a despertar o carisma da missão: a presença de leigos vindo de outras partes do Brasil para partilhar da alegria evangelizadora, em visita e atuação pastoral rápida durante a presença dos padres de Mogi das Cruzes; Leigos e leigas da Pastoral da Criança de outras partes do país; as missões jovens da pastoral da juventude por ocasião de seus grandes encontros diocesanos e regionais; as santas missões redentoristas realizadas como prática permanente e reanimadora da ação pastoral das comunidades. Destacam-se ainda, como expressão e testemunho a ‘animação missionária’ realizada em Codajás.

Essa experiência de animação é fruto das santas missões redentoristas na área rural do município em 2008. Os jovens participantes, no afã de continuar na ação evangelizadora, aceitaram dar mais um passo nesse serviço. Cada mês de janeiro, eram enviados em pequenos grupos para viver por três dias momentos de formação, visitas, celebrações e convivência com os comunitários ribeirinhos. A partir de 2011, “esse trabalho é feito na semana santa, para vivenciar com as comunidades o tríduo Pascal”³¹⁵.

Tais experiências surgem da necessidade dos adventícios de conhecerem a realidade social e eclesial local e dos evangelizadores locais de adentrarem nas “periferias da existência” (Cf. EG, 5). O enriquecimento é mútuo. Todos aprendem e ensinam partilhando suas vivências. Ao mesmo tempo em que o jeito próprio de ser Igreja é revelado aos outros, evidencia-se a necessidade de estar mais próximo ao povo. No afã de oferecer melhor serviço evangelizador a todos, organizam-se os projetos e processos de desmembramentos e instalações de outras paróquias.

c) Novas paróquias

As recentes paróquias instaladas entre os anos 2008-2010 seguem o impulso da missão e as motivações permanentes e novas no serviço evangelizador: atender “as necessidades

³¹⁵ Cf. SILVA, F.A.B.(org). *Prelazia de Coari, jubileu de ouro ...*, p. 89.

espirituais do povo de Deus”³¹⁶; descentralizar a paróquia em comunidades menores no espírito de acolhida e corresponsabilidade, fomentando a comunhão entre os fiéis (PPC, p.29); reinventar a paróquia como ‘Comunidade de Comunidades’ (DAp, 309; CNBB, Doc. 100; EG, 28), ‘comunidade de discípulos missionários’ (Cf. DAp, 201; 203; 297; 364;), na ‘Alegria do Evangelho’ (Cf. EG, 21)³¹⁷.

No período indicado foram erigidas quatro paróquias: Paróquia Santuário São Francisco de Assis de Anamá (20/09/2008); Cristo Libertador em Manacapuru (22/05/2010); Nossa Senhora do Perpétuo Socorro em Coari (13/06/2010); São Pedro em Coari (14/02/2010). O processo seguiu um método participativo, na busca por realizar a evangelização mais próxima das populações que residem nas áreas de abrangência³¹⁸.

Não se trata apenas de mais paróquias, mas, de paróquias renovadas. A instalação dessas paróquias persegue o escopo de serem ‘comunidade de comunidades’ conforme os moldes já apresentados. Na prática pastoral mais concreta esse intento efetiva-se sucintamente como segue: na programação de visitas às famílias que ganha cada vez mais adesão por parte das lideranças comunitárias; no investimento em formação dos leigos tanto em conteúdos de aprofundamento catequético quanto em conteúdos humanos e de atuação social; na organização que incita melhor participação laical nos planejamentos e decisões paroquiais; no esforço em fomentar pequenas comunidades ou grupos de famílias para convivência, mútua ajuda e oração.

Esses elementos em parte já são existentes como frutos maduro de uma longa caminhada evangelizadora que chega aos 50 anos de história com o reconhecimento da maturidade eclesial, sendo elevada à condição de Diocese. Apesar disso, não se negam as marcas dificultosas acopladas ao longo do caminho, descritos por Francisco no perigo do mundanismo espiritual: autorreferencialidade, autopromoção, exibicionismo e todas as suas formas de expressão (Cf. EG, 95).

Enquanto contempla-se com realismo a caminhada missionária dessa Igreja Local há questões relevantes a serem refletidas. Os elementos eclesiológicos pré-conciliares figurados

³¹⁶ O decreto de criação das paróquias diz integralmente “fazemos saber que, atendendo às necessidades espirituais do povo de Deus, havemos por bem criar [...] criamos a paróquia [...] de acordo com o Cânon n. 515 do Direito Canônico”. Para efeito de confirmação cita-se o registro da PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO DE COARI. *Livro tombo*. Arquivo paroquial. Abertura em 13 de junho de 2010, Vol. I, p.1v.

³¹⁷ ALVES, Rodrigo Fernando; GERALDO, Denilson. A cultura do encontro na nova paróquia. In: *Revista de Cultura Teológica*, n. 88, jul/dez 2016, p.426. Cf. CNBB, *Comunidade de comunidades: uma nova paróquia- a conversão pastoral da paróquia*. Aparecida- SP, 2014, <<http://www.cnbb.org.br/publicacoes-2/documentos-para-downloads-2>>, acesso em 20 de abril de 2017. O Documento apresenta a “comunidade de comunidades” ao longo de todo o texto.

³¹⁸ SILVA, F.A.B. (org). *Prelazia de Coari, jubileu de ouro...*, p. 179; 204; 208; 218.

como Igreja piramidal, centralizada no clero, devocional e sacramentalista, foram superados ou são componentes fixos da estrutura pastoral diocesana? Como é a “recepção” dos anseios de Francisco para uma Igreja em saída nessa realidade eclesial? São acolhidas e inseridas na estrutura pastoral ou assumidas parcial e individualmente? A formação dos agentes evangelizadores contempla esses elementos renovadores ou ainda está atrelada a costumes e práticas de outrora? Está formando evangelizadores renovados no Espírito para esses novos tempos?

Antes de arriscar respostas pontuais, afirma-se que a caminhada missionária da Diocese de Coari, segue a inspiração conciliar, todavia, enquanto prossegue as sendas da história não pode se furtar de atualizar a compreensão sobre si mesma como Povo de Deus encarnada na realidade para poder atualizar sua prática pastoral evangelizadora. Desse modo, cabe olhar os indicativos para onde apontam seus projetos e suas necessidades.

TERCEIRO CAPÍTULO

DESAFIOS E PERSPECTIVAS MISSIONÁRIAS NA DIOCESE DE COARI

Os desafios e as perspectivas missionárias compõem o assunto desse terceiro capítulo referente ao processo evangelizador na Diocese de Coari. Aqui são indicados elementos já existentes na atualidade da ação evangelizadora, do mesmo modo em que sinalizam para possibilidades e riscos inerentes. Estes elementos são tomados a partir do planejamento pastoral realizado entre os anos de 2014-2015 desenvolvido de modo participativa sob duas questões: qual a pastoral que temos; qual a pastoral que queremos. O texto final do Plano Pastoral de Evangelização (PPEv), faz transparecer o avanço na compreensão missionária dessa Igreja considerando, todavia, os recuos ou perigos latentes. Três olhares e um conjunto de sugestões ajudam a compreender tais perspectivas: sobre a ação pastoral; sobre a ação social; as atitudes missionárias e a diocesaneidade.

I. Ação Pastoral

A ação pastoral é a modalidade básica no desenvolvimento da evangelização, configurando-se como expressão prática da essência missionária da Igreja, “pois quase tudo que se faz na Igreja é chamado de pastoral”: ‘o trabalho dos pastores’, ‘as tarefas intra-ecclesiais’ e o ‘diálogo com o mundo’³¹⁹. Assim constata-se que a evangelização nessa Igreja está organizada sobre os moldes pastorais. Dentre elas destacam-se as de cunho mais internas (*ad intra*) e as de caráter externo (*ad extra*), segundo as necessidades e inspirações da bíblia e da vida.

Com efeito, na bíblia a expressão máxima do pastoreio é o bom pastor, assumida por Jesus³²⁰ (Jo 10,10). Dele segue-se o exemplo na habilidade de pastorear em conjunto. Assim a evangelização é organizada e realizada em sintonia com o povo, favorecendo a participação de mais pessoas no processo de planejamento, aprofundamento, preparação, execução das atividades e avaliação permanente. Contempla-se o método teológico das CEBs: ver, julgar e agir. Desse modo há a possibilidade de maior unidade comunitária e paroquial; no equilíbrio

³¹⁹ CONRADO, Sérgio. O planejamento pastoral à luz do Documento de Aparecida..., p. 77.

³²⁰ Segundo Pagola, ao povo agradava a imagem de Deus como pastor que cuida, defende, protege-o. Grandes líderes como Moisés, Saul, Davi foram pastores. PAGOLA, José Antônio. *Jesus aproximação histórica*. 5ª ed., Petrópolis: Vozes, 2012 (título original *Jesús aproximación histórica*), p. 177.

entre o paroquialismo (herança da cristandade) e o universalismo (dos novos movimentos)³²¹ (Cf. EG, 29; 234).

Por essa razão, faz-se necessário enfrentar e superar as limitações apontadas desde Medellín ao constatar a realização de uma prática pastoral conservadora, voltada mais para a sacramentalização, muito valiosa para uma época passada onde religião e sociedade harmonizavam-se, mas, pouca afeita aos novos tempos (DM 6,1). Esse mesmo tema é retomado em Aparecida ao qual atribuiu-se outros pontos dificultosos: autocentralidade; pouca abertura para os mais necessitados; busca por resultados imediatos mais que em promover processos de construção humana. Os riscos desse modelo pastoral são presentes na Diocese de Coari. Eis alguns de seus traços.

1. Traços da pastoral de conservação

A chamada pastoral de conservação entende-se marcada por vários elementos, como: a defesa dos aspectos tradicionais de sua ação; a preocupação em garantir a continuidade da estrutura; a atenção às pessoas e suas necessidades recebe investimentos secundários³²². Esses traços são percebidos nos grupos de serviços pastorais que cultivam muitos aspectos da atuação de outrora sem abertura às mudanças, como as práticas devocionais e sacramentais sem o aprofundamento da fé. A ação evangelizadora, embora eficiente, limita abertura às renovações. Aqui enquadram-se também os ‘movimentos mais antigos’ que conservam a fidelidade ‘dogmática’ aos seus manuais e nem sempre abertos às necessidades ou novidades.

Nesse sentido há esmero em garantir a sustentação dos recursos humanos e materiais. Busca-se o maior número de pessoas para aumentar o contingente de agentes de pastorais na liturgia, na catequese e nos outros serviços internos. Ao mesmo tempo investe-se demasiadamente em promoções, eventos, campanhas e pedido de doações, em vista da sustentação financeira para o bem da estrutura eclesial. Uma grande expressão está no dízimo no qual o aspecto evangelizador é ofuscado pela atenção maior ao dinheiro que às pessoas. O formato da pastoral do dízimo possui uma organização sintonizada à pastoral missionária. Entretanto, a prática das lideranças revela uma longa estrada a ser caminhada para efetivá-la.

Considerando o processo e o ritmo de mudanças em andamento na sociedade percebe-se a necessidade de atualização permanente da Igreja e de sua ação evangelizadora. O Plano

³²¹ BRIGHENTI, Agenor. Pastoral, In: *Dicionário do Concílio Vaticano II ...*, p. 721.

³²² Outros elementos dificultosos referem-se à ‘pastoral apologista’ apresentando-se como revanche à modernidade, centrada na defesa da verdade e da moralidade numa prática proselitista fechada no pequeno mundo dos fiéis separados dos demais, na busca por manter o “substrato católico”. Idem, p. 720-721.

Pastoral de Evangelização investe nos elementos de renovação da missão para uma pastoral em chave missionária. Como indicativos evidenciam-se os seguintes traços: o movimento de visita e acolhida com as equipes das comunidades desde a chegada à porta da Igreja até a ida ao encontro das famílias; a intensificação das visitas às famílias, aos agentes de pastorais; disseminação da animação e conscientização missionária em todas as pastorais, sobretudo na prática litúrgica e catequética valorizando a religiosidade do popular, os momentos festivos e todos os grupos e serviços de orações das comunidades; maior proximidade ao povo através do cuidado pastoral dos enfermos e do fomento à descentralização da estrutura com os pequenos grupos (círculos bíblicos, grupos de oração, de fé católica, de reflexão, equipes missionárias) e pequenas comunidades urbanas no estilo CEBs (DGAE 2015-2019, n. 55-57;104); a valorização do processo de iniciação à vida cristã (PPEv, p.19; Cf. DGAE 2015-2019, n. 41-46); e a centralidade da Bíblia com as Escolas bíblicas paroquiais e animação bíblica na pastoral. Essas práticas têm incidência sobre a atuação no campo social, visto que motiva os cristãos ao compromisso maior com a sociedade e incita seu testemunho de fé.

II. Ação social

A atuação social da Diocese de Coari, é marcada por sua presença no ambiente macrossocial, inicialmente, na área da educação, da saúde e das organizações populares. Também nesse aspecto há elementos conservadores a serem superados a fim de se atualizar o dinamismo missionário da Diocese. A reflexão aqui pauta-se em dois modos de atuação: nas pastorais sociais; nas parcerias com as entidades civis e governamentais incluindo-se a presença nos Conselhos Municipais.

1. As pastorais sociais

As pastorais sociais lidam com a realidade da missão eclesial *ad extra*, com situações de riscos maiores para a vida humana desde a aurora do nascimento até o entardecer da velhice. São serviços fronteiriços entre o desejo de promover a vida, partilhar a salvação e o risco dos perigos advindos do zelo frente às ‘periferias humanas’ (EG, 46). Um dos perigos é o assistencialismo que gera dependência; outro é apegar-se aos traços da chamada pastoral secularista.

O referido assistencialismo tem limite tênue entre a misericórdia libertadora e a dependência opressora. É mister perceber a distinção entre ambos na ação evangelizadora e

no cuidado com as vítimas. A ação caritativa realiza-se através das ‘pastorais de fronteiras’ como a pastoral da criança, Pastoral da Pessoa Idosa, serviço da Pastoral Carcerária e a Cáritas. Exige-se presença, atenção e cuidado com as pessoas e famílias mais frágeis. Pergunta-se se essas ações “são realmente transformadoras ou apenas paliativas?” (PPEv, p. 33).

A resposta passa pela atenção da Igreja para com as vítimas como tradução concreta de sua fidelidade ao Senhor. Por isso, novos serviços estão sendo desenvolvidos tais como o cuidado com as pessoas excluídas da sociedade: os dependentes químicos; as vítimas das violências em suas diversas formas; os moradores de rua, as pessoas idosas maltratadas, as crianças em situações de riscos; as pessoas com doenças graves (PPEv, p. 31; 34). A fidelidade ao bom pastor para promover a vida em plenitude (Jo 10,10) não permite conceber ou realizar ações esporádicas ou meras doações de coisas ou bens puramente materiais.

Tais situações desafiam a Igreja a renovar o seguimento ao Senhor numa verdadeira pastoral da misericórdia, como já fora assumida pela Igreja latino-americana. Mas não se pode associar tais práticas aos grupos que promovem o assistencialismo a fim de carimbar sua permanência no poder e a manutenção das fontes geradoras de sofrimento ao povo. A inspiração do teólogo Jon Sobrino serve de indicação ao apontar ‘o princípio misericórdia’, compreendendo-o não como atividades pontuais, ou realizações estanques, mas como um processo³²³ e “princípio de toda a ação evangelizadora” (PPEv, p. 33), muito diferente da tentação do imediatismo do mundo ‘pós-moderno’.

Quanto ao sentido da pastoral secularista apontada por Brighenti liga-se à esfera da pós-modernidade e das práticas associadas às suas tendências e inspirações: “pós-humanista, pós-social, pós-cristã”; imediatista, sem espaço para a utopia do Reino; individualista na fé, na busca pela felicidade e na experiência mística desligada da militância e da comunidade³²⁴. Assim ressalta-se a imprópria associação da caridade ao intuito de aliviar a consciência em vista do bem-estar espiritual como efeito de alguma bondade realizada aos mais necessitados. Por isso a Igreja Local é chamada a assumir sua participação e colaboração nos espaços de construção da cidadania seja através da representação formal da instituição, seja mediante a participação consciente dos cidadãos cristãos inspirados pela fé (Cf. GS, 43). Essa postura favorece o trabalho em parceria com outros agentes sociais.

³²³ COSTA, Elcivan Alencar da. *A identidade cristã à luz do “princípio misericórdia” na Cristologia de Jon Sobrino*. Belo Horizonte: 2013, 147 p. Dissertação (mestrado) – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Departamento de Teologia, p. 99.

³²⁴ BRIGHENTI, Agenor. Por uma evangelização realmente nova. In: *Perspect. Teol.* Belo Horizonte, v.45, n. 125. jan./abr 2013, p. 93.

2. Parcerias com as instituições e movimentos sociais

As parcerias com outras instituições sociais permitem à Igreja participar da construção política da sociedade, consciente de ser sinal e sacramento do Reino de Deus. Com efeito, a evangelização tem sua dimensão política (Cf. EG, 182). A atuação no espaço, social permite propor caminhos comuns de enfrentamento e superação dos problemas da coletividade, porém, ao mesmo tempo expõe a proximidade com as insídias do poder político partidário e governamental. Exige-se afirmar convictamente o escopo em atuar nesse âmbito.

Pode-se apontar dois itens muito valiosos na relação de parceria: o objetivo, e os grupos com os quais a Igreja une-se para realizar trabalhos conjuntos. A motivação para essa experiência é sempre evangelizadora, harmonizada com o desejo salvífico de Deus Pai. Por isso o objetivo básico é servir a todos, primordialmente os mais necessitados. Sem embargo, considerando que nem todos são cristãos e muitos rejeitam a boa-nova, a prática em favor da promoção da vida terá outros veios para se efetivar mediante a parceria com outros grupos e setores sociais. Inclui-se nesses grupos as entidades civis, grupos artísticos e empresariais movidos pela vontade de promover o bem da coletividade³²⁵.

Vale a pena reafirmar que a religião não pode ser relegada à “intimidade secreta das pessoas”. Sua vivência é afetada pelo funcionamento das instituições e pelos acontecimentos sociais (EG, 183). Resulta que não cabe à Igreja “ficar às margens na luta pela justiça” (DCEs, 28)³²⁶ tampouco ocupar o lugar do Estado na construção de uma sociedade justa. No esforço pela fidelidade ao mandato de Jesus, a Diocese de Coari se põe a serviço da vida plena, enfrentando os riscos inerentes a essa dimensão evangelizadora mediante as parcerias com as forças sociais como os sindicatos, as associações sociais de promoção dos direitos dos cidadãos: pessoas com deficiências; donas de casa; moto-taxista; estivadores; artesãos; professores; agentes comunitários de saúde; rede social de assistência municipal, etc (Cf. PPEv, p. 34). Outro espaço de atuação social se faz mediante os Conselhos Municipais.

Os Conselhos Municipais são como silhuetas da participação democrática através da gestão participativa³²⁷. Os membros têm a possibilidade de interação entre os representantes das instituições civis e os da esfera governamental. Alguns riscos podem ser destacados: a proximidade às práticas politiquieiras; as consequências do desconhecimento ou despreparo dos membros. Em verdade, o conhecimento a respeito da importância e das atribuições dos

³²⁵ ORIOLO, Edson. *Paróquia renovada: sinal de esperança*. São Paulo: Paulus, p. 48-49.

³²⁶ BENTO XVI, *Carta Encíclica Deus Caritas Est, sobre o amor cristão*. (25 de dezembro de 2005), Roma: Libreria Editrice Vaticana.

³²⁷ DOWBOR, Monik. Op. cit. 2008, p. 21-22.

conselheiros ajuda a fazer frente aos perigos da corrupção ativa ou passiva a que estão sujeitos, evitando também o atrelamento dos mesmos aos interesses partidários ligados ao poder governamental. Em cada município da Diocese existem os Conselhos Municipais por isso há o compromisso de se investir na formação aos conselheiros (PPEv, p. 34).

A participação da Igreja nos espaços sociais é instigada pela postura dialogal. Ela não pode negligenciar o anúncio da boa-nova, embora, sem apelação e consciente de ser uma voz dentre outras a ressoar na sociedade. Tal constatação não pode despertar desânimo, mas imprimir o ardor missionário a fim de contagiar os espaços sociais abrangidos por sua presença e fazer notar o melhor em termos de valores humanos advindos da experiência do saber e da vivência da fé. Essas posturas são indicadas como atitudes missionárias necessárias à existência cristã nos dias atuais.

Seguindo a inspiração do Papa Francisco que concebe a integração da teologia enquanto reflexão de fé sobre a realidade, movida pela a espiritualidade e efetivada na práxis, assim a eclesiologia missionária de uma Igreja em saída é fortalecida e iluminada pela luz do Espírito Santo. Ele insere o Evangelho na vida e na prática diária dos pastores levando-os a agir com misericórdia para com o Povo de Deus³²⁸. A compreensão teórica, as atitudes pessoais e a comunhão com a Igreja Local e Universal estão imbricadas nessa perspectiva missionária.

III. As atitudes missionárias e a diocesaneidade

1. As atitudes missionárias

As atitudes missionárias vislumbradas no Plano Pastoral de Evangelização remetem às propostas do Papa Francisco, referindo-se ao comportamento motivado pela mentalidade e pela espiritualidade que levam a pessoa do encontro com o Senhor ao convívio com outras pessoas e com o mundo. A comunidade Igreja é envolvida nesse dinamismo na força do Espírito Santo e adentra no processo de conversão não para auto preservar-se mas para contagiar a sociedade. São várias atitudes, tais como “a proximidade, abertura ao diálogo, paciência, acolhimento cordial que não condena” (EG, 165), das quais são destacadas a seguir a alegria, a ousadia e a paciência, culminando na vivência da diocesaneidade.

³²⁸ PELÁEZ, Jorge Humberto. *Apertura del Congreso Internacional de Teología 'Interpelaciones del Papa Francisco a la Teología hoy'...*, p. 4-5.

A alegria, dom do Espírito Santo, nasce do encontro com o Senhor na bíblia, alimentado na liturgia, especialmente na Eucaristia e renovado na convivência com os irmãos e irmãs. “É a alegria que se vive no meio das pequenas coisas da vida quotidiana, como resposta ao amoroso convite de Deus nosso Pai: ‘Meu filho, se tens com quê, trata-te bem [...]’. Não te prives da felicidade presente” (Eclo 14, 11.14; EG, 4). É a alegria de evangelizar (EG, 10), de tornar-se povo (Cf. EG, 268), e “de partilhar a vida com o povo de Deus, procurando acender o fogo no coração do mundo” (EG, 271). Abrange o contentamento, fruto da contemplação e intercessão, e da gratidão por si e pelos outros. O pontífice declara - “a contemplação que deixa de fora os outros é uma farsa” (EG, 281),

Quanto a ousadia ou parresia é a força dos “evangelizadores com espírito [...] que se abrem sem medo à ação do Espírito Santo”, como se deu no Pentecostes (EG, 259). Ela é o fervor que faz frente ao derrotismo (Cf. EG, 85), ao medo e às dúvidas no processo evangelizador (Cf. EG, 129). Urge pedir ao Senhor “a santa ousadia de buscar novos caminhos” (EG, 288), pois de fato, há situações a serem consideradas “com prudência e audácia” (Cf. EG, 47) para atuar como facilitador e não como controlador da graça.

A paciência se liga ao princípio teórico no qual “o tempo é superior ao espaço”, incita “assumir a tensão entre plenitude e limite” e valorizar os “tempos de processos” mais que os resultados imediatos (EG, 222). Favorece a disposição para a interpretação do texto bíblico e da preparação para a pregação da Palavra (EG, 146) e instiga o respeito ao ritmo diferenciado de cada pessoa no acompanhamento pastoral (EG, 44;171). É associada a “ação misteriosa do Ressuscitado e de seu Espírito (EG, 275) e à confiança no “sentido do mistério” que age no missionário e para além dele (EG, 279).

Essas atitudes fazem parte da proposta de inadiável renovação eclesial, opção missionária que constitui o “sonho missionário de Francisco”³²⁹ “capaz de transformar tudo, para que os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial se tornem um canal proporcionado mais à evangelização do mundo atual que à autopreservação”. Portanto, refere-se a estruturas mais missionárias, instâncias pastorais ‘mais comunicativas e abertas’ e “agentes de pastorais em atitude constante de ‘saída’” (EG, 27).

No contexto da Diocese de Coari tais elementos são limítrofes entre as experiências conhecidas em sua história e as necessidades e possibilidades despontadas no horizonte a resplandecer sinais luminosos e perigosos. Desafiam-na a ir avante em estado permanente de

³²⁹ SPADARO, Antonio. *El magistério del papa Francisco*. In: Congreso Internacional de Teología ‘Interpelaciones del Papa Francisco a la Teología hoy’. Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá: Colômbia, 2016 (18-20 de setembro), p. 4.

missão atuando nos espaços comuns, mas, com nova mentalidade e atitudes. Com efeito, o contexto amazônico no qual encontra-se inserida, outrora era marcado pela cultura tradicional rural sintonizada com o ritmo da natureza. Atualmente está alterado e em ebulição, com a proeminência da cultura urbana. Urge, portanto, a insistência na comunhão diocesana, evocada atualmente sob o nome ‘diocesaneidade’.

2. A diocesaneidade

A diocesaneidade expressa a comunhão do Povo confiado ao pastoreio de seu Bispo. A paróquia é a célula viva da Igreja Local, onde a evangelização acontece. Os grupos de vivência da fé, tais como os círculos bíblicos, grupos de reflexão, células, são os espaços concretos de ‘contagio’ do Evangelho e do evangelizador que vai ao encontro gera comunhão e unidade eclesial para fortalecer e renovar o serviço missionário de ida aos lugares e realidades onde a misericórdia do Senhor os envia. No entanto, é mister recordar a necessidade da consciência diocesana entre as paróquias e seus efeitos na vida do povo.

A ‘diocesaneidade’ indica a relação de compromisso do fiel com sua Igreja Local. O termo foi citado inicialmente por João Paulo II (Cf. PDV, 81)³³⁰ referindo-se à relação do sacerdote e seu bispo no exercício do ministério pastoral diocesano³³¹. Na história da Diocese, Dom Gutemberg, na Assembleia Pastoral de 2004 a expõe enquanto “relação intrínseca do batizado católico com sua Igreja Local”³³². Entende-se a responsabilidade que cada fiel assume para com sua diocese. Segundo Brighenti, assim confronta-se a tendência de reduzir a evangelização ao espaço territorial paroquial ou inseri-la no universalismo pastoral abstrato. Sem a diocese, enquanto realidade histórica não há a realização concreta da Igreja³³³.

Considerando todas as mudanças já em voga, ou a Igreja se deixa mover conscientemente pelo impulso missionário do Espírito ou lhe restará apenas restringir-se em auto centralismo ou perder-se nas modas momentâneas. Em ambos os casos incorre no risco de perder o sentido de sua essência e os efeitos da concretude histórica. A primeira tendência visa conservar os elementos tradicionais sem abertura às mudanças. A segunda tende a rejeitar o passado perdendo-se no emaranhado das novidades. O equilíbrio entre a herança histórica

³³⁰ JOÃO PAULO II. *Exortação Apostólica pós-sinodal Pastore Dabo Vobis* sobre a formação dos sacerdotes nas circunstâncias atuais. (Roma 25 de março de 1992). Libreria Editrice Vaticana.

³³¹ ORIOLO, Edson. *Paróquia renovada: sinal de esperança...*, p. 34.

³³² SILVA, F.A.B.(org). *Prelazia de Coari, jubileu de ouro...*, p. 252.

³³³ BRIGHENTI, Agenor. Pastoral. In: *Dicionário do Concílio Vaticano II...*, p. 722.

da evangelização na cultura tradicional e os anseios atuais despertados com a cultura urbana, podem favorecer o vigor missionário da evangelização.

Quanto à cultura tradicional, o traço mais marcante do processo evangelizador é a religiosidade popular. Ela expressa a inculturação do evangelho na vida do povo. Exige-se, pois, compreendê-la e valorizá-la sem deturpar seu caráter de participação salvífica. Com efeito essa experiência religiosa expõe um legado histórico da fé vivida pelo povo: expressa nos costumes e tradições, na relação com os santos através das devoções e das festas dos padroeiros³³⁴; no modo simples de manifestar amor à Igreja e a seus pastores.

Segundo Bento XVI “tudo isso forma o grande mosaico da religiosidade popular que é o precioso tesouro da Igreja Católica na América Latina, e que ela deve proteger, promover e, no que for necessário, também purificar” (DAP, p. 269). Evidencia a encarnação do Evangelho na cultura e inclui “uma relação pessoal, não com energias harmonizadoras, mas com Deus, Jesus Cristo, Maria, um Santo. Tem carne, tem rostos. Estão aptas para alimentar potencialidades relacionais e não tanto fugas individualistas” (EG, 90). Contudo, Francisco exorta à “purificação e amadurecimento” necessários a todo grupo social. Eis algumas fragilidades que ainda precisam ser curadas pelo Evangelho: o machismo, o alcoolismo, a violência doméstica, uma escassa participação na Eucaristia, crenças fatalistas ou supersticiosas que levam a recorrer à bruxaria, etc. (EG, 69).

Esses traços frágeis não obscurecem a riqueza da piedade popular, sobretudo o papel evangelizador do povo. Este reinterpreta e atualiza para sua realidade o Evangelho anunciado e as práticas religiosas celebradas. Esse processo foi realizado na cultura local tradicional, pacata e centrada nos estilos amazônicos. No entanto a cultura urbana permeia todos os espaços da vida atual trazendo com rapidez diversidades de estilos, linguagens e costumes diferentes³³⁵. Eis que despontam alguns desafios e necessidades a serem enfrentados: o aprofundamento de uma espiritualidade ou mística missionária; o estudo e atenção aos elementos urbanos; e a abertura para se adentrar no espaço da cidade sem negar a riqueza do evangelho e das duas modalidades culturais, enriquecendo-as.

Eis algumas indicações práticas propostas por Francisco como síntese do Congresso Internacional de Evangelização nas grandes cidades que iluminam a evangelização na realidade de Coari. Duas atitudes são apresentadas: atenção aos “lugares em que Deus nos

³³⁴ GORDIANO, Raimundo. A festa do povo de Deus. In: *Revista Eletrônica Espaço Teológico*, v. 10, n.18. jul/dez 2016, p. 161.

³³⁵ Chama-se rurbanização o processo de vida urbana no campo. ORIOLO, Edson. Op. cit. p. 112.

chama” ou situações merecedoras de uma atenção especial³³⁶; o movimento de saída ao encontro. Quanto às situações de especial atenção, são quatro: mudança de mentalidade na pastoral; diálogo com a multiculturalidade; religiosidade do povo; os pobres urbanos.

A mentalidade pastoral da cristandade não faz sentido nos dias atuais quando a Igreja não é a única a produzir cultura, nem a primeira, nem a mais ouvida. Não se pode cair na imposição cultural nem no relativismo de estar presente na “cozinha cultural” e perder o horizonte evangélico. Urge o diálogo respeitoso e criativo com as diversas ciências e as culturas do mundo urbano.

Para dialogar faz-se necessário clareza de sua identidade. “E para o diálogo evangelizador é necessário ter a consciência da própria identidade cristã, mas também a empatia com as outras pessoas”. Consciente de que Deus habita na cidade faz-se imprescindível “ir à sua procura e deter-se lá onde Ele se põe a agir” observando e respeitando seus sinais e as expressões de respeito e adoração por parte do povo em todas as manifestações de religiosidade³³⁷.

Não se pode pensar a cidade e debruçar-se sobre sua evangelização sem pensar as pessoas que nela habitam, sobretudo os pobres, excluídos, invisíveis. Cabe à Igreja superar a tendência de descartá-los e atentar às “pobrezas estruturais e endêmicas, que excluem gerações de famílias. Pobrezas econômicas, sociais, morais e espirituais”. Não se deve “entrar no jogo de sistemas injustos, mesquinhos e interesseiros, que procuram torná-los invisíveis”³³⁸.

Quanto ao movimento de saída, eis o que conclui o pontífice:

“Sair ao encontro de Deus que habita na cidade e nos pobres. Sair para se encontrar, para ouvir, para abençoar, para caminhar com as pessoas. E facilitar o encontro com o Senhor. Tornar acessível o sacramento do Batismo. Igrejas abertas. Secretarias com horários para as pessoas que trabalham. Catequese adequadas nos conteúdos e nos horários da cidade”³³⁹.

Considera-se, portanto, as influências da cultura urbana à porção Povo de Deus na Diocese de Coari, com todas as suas características: rapidez ou fluidez³⁴⁰ no transporte, na

³³⁶ FRANCISCO. Discurso do Santo Padre Francisco. In: SISTACH, Lluís Martínez (org). *A pastoral das grandes cidades- Atas do I Congresso Internacional*, Brasília: Edições CNBB, 2016 (Tradução de Hugo C. da S. Cavalcante), p. 444.

³³⁷ Idem, p. 442.

³³⁸ Idem, p. 443-444.

³³⁹ Idem, p. 444.

³⁴⁰ BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2004 (Título original: *Liquid love: on the frailty of human bonds*). A fluidez enquanto realidade rápida, veloz, repentinamente sólida, é apresentada como elemento constituinte da ‘líquida sociedade moderna’.

comunicação, nos relacionamentos, nos compromissos assumidos, no uso do tempo; diversidades nos comportamentos, nos costumes, nas linguagens, nas expressões religiosas, nos modos de viver; muitas propostas, poucas apostas e nenhuma certeza segura; o desejo e a necessidade de proximidade nos pequenos núcleos humanos, e a prática do anonimato entre as multidões. Nesse contexto a Diocese é desafiada a continuar a missionariedade construída ao longo de sua história sem negar as raízes tradicionais e sem fechar-se às novidades do Espírito na atualidade.

CONCLUSÃO

Ao finalizar a exposição dessa pesquisa, confirmam-se algumas certezas, levantam-se algumas dúvidas e apontam-se algumas sugestões referentes à caminhada missionária da Diocese de Coari. As conclusões aqui apresentadas, não intentam definir nenhum critério de aprovação ou rejeição à missionariedade assumida nessa Igreja Local. Não se trata de oferecer respostas exatas ao futuro de seu processo evangelizador, mas tão somente fazer ecoar as ressonâncias do que já foi abordado, dentre elas a constatação de que a Igreja Local ora estudada é fundada e desenvolvida numa intensa dinâmica missionária.

As três interfaces de sua identidade e missão estudadas nesse texto - a eclesiologia, a pastoral e a missionariedade - desenvolvem-se e continuam em construção de modo simultâneo, embora sejam separados para efeito de estudos. Essa linha de reflexão perpassa toda a pesquisa, conforme percebe-se na distribuição dos capítulos e nos subtítulos. Assim a origem essencial da Igreja no dinamismo interior da Trindade, impulsiona seu movimento e ação evangelizadora no mundo. Ela age socialmente e encarna-se nas culturas onde a missão divina a conduz. Na Diocese de Coari, essa dinâmica é refletida na exposição de seus traços históricos, eclesiológicos, sócio pastorais e missionários, bem como nas possibilidades que se abrem como perspectivas para sua ação pastoral atual e colaboração social com as diversas parcerias, assumindo as atitudes missionárias e a comunhão diocesana.

No primeiro capítulo a reflexão trouxe presente os elementos que compõe a identidade eclesial, pastoral e missionária da Igreja tal como assumidas no Concílio Vaticano II, dos quais o conteúdo está exposto respectivamente na Constituição Dogmática *Lumen Gentium- sobre a Igreja*, na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes- sobre a Igreja no mundo de hoje*, e no Decreto *Ad gentes- sobre a atividade missionária*. O princípio da Igreja, sua inspiração e meta final é a comunhão trinitária. O movimento pericorético da Trindade Santa chama, forma e envia o Novo Povo de Deus a ser Sinal e instrumento de Salvação no mundo, encarnando-se nas culturas não como ‘fazedora’ de missões, mas como participante da missão divina que quer salvar a todos. As atividades, as práticas pastorais expressam e concretizam sua essência missionária.

No segundo capítulo tratou-se de expor a caminhada da Igreja Local de Coari enfatizando os períodos de sua história desde sua criação como Prelazia em 13 de julho de 1963 à 16 de março de 2014, quando celebrou 50 anos sendo elevada à Diocese. O olhar sobre os traços teológicos faz perceber que a construção e o fortalecimento de sua identidade eclesial pautam-se: no planejamento participativo através das assembleias pastorais; no

respeito aos elementos da cultura local com destaque ao ritmo cadenciado de relacionamento com a natureza e suas influências na vida das pessoas. Buscou-se construir uma Igreja de Comunhão e participação investindo na formação humana e cristã mediante o serviço das escolas, atendimentos de saúde e cursos pastorais aos leigos, ao clero e a todo o povo. A comunhão com a Igreja regional e continental ajudou configurar a passagem de uma Igreja carente que apenas recebe ajuda externa com recursos humanos e financeiros, tornando-se capaz de partilhar de sua pobreza e enviar missionários locais para a missão *ad gentes*.

O terceiro capítulo indica alguns desafios e perspectivas missionárias evidenciadas pelo atual Plano Pastoral de Evangelização, destacando-se: os riscos da pastoral de conservação; a necessidade de continuar atuando nos espaços sociais, pelos serviços pastorais, pelas parcerias com os grupos civis, governamentais e empresariais. Sugere-se maior atuação junto aos Conselhos Municipais. Acrescenta-se ainda a vivência da alegria, da parresia e da paciência, frutos da ação do Espírito Santo que imprime novo ânimo, audácia e a habilidade de se promover processos novos de formação e crescimento, respeitando o ritmo de cada pessoa. Ao final constata-se que a região diocesana estudada é atingida pela efusão da cultura urbana, que abala as estruturas da cultura tradicional e faz adentrar as inquietações do mundo urbano. Disso decorre a chamada para a diocesaneidade como compromisso de corresponsabilidade pela Igreja Local e não apenas pelo território de cada paróquia.

Para concluir o texto escrito, é digno notar que nessa pesquisa almejou-se apresentar alguns elementos inspiradores para a continuidade da missionariedade da Igreja Diocesana de Coari bem como se pretendeu apresentar alguma contribuição da Diocese para a Igreja Universal. Sem a pretensão de oferecer soluções, eis apenas dois elementos: o situar-se historicamente; aspectos relevantes da Igreja e da região amazônica.

Tratando-se do situar-se da Igreja na história, recorda-se sua origem Trinitária e sua caminhada em direção à plenitude do Reino de Deus. Nesse movimento de salvação no mundo a Igreja é sujeita, testemunha e intérprete. Passado, presente e futuro, são perpassados pela presença divina e pela participação humana na qual se insere o Povo de Deus. Não se trata apenas de grandes acontecimentos, mas, também da vida diária, do cotidiano de cada pessoa. Pois tanto nos grandes momentos, como no interior de cada indivíduo Deus é presença viva e atuante. A concretude da Igreja e sua ação salvadora é desenvolvida mediante o processo evangelizador, destinado a todos os fiéis cristãos, aos que creem em Deus e aos que se abrem ao bem comum. Por meio da evangelização, ela cumpre sua missão enquanto sinal e instrumento de salvação, e faz ecoar e continuar a ação divina, indicando para todos os tempos que o Reino de Deus já chegou e continua presente no mundo.

A Igreja diocesana de Coari está inserida no contexto amazônico, encarnada nessa realidade de comunhão regional donde se fortalece sua força e sintonia com a Igreja Universal. Contempla-se vários aspectos valiosos e inspiradores para toda a obra evangelizadora. Eis os mais relevantes: a pobreza evangélica; as relações fraternas; outra lógica e concepção de riqueza; simplicidade nas organizações.

A pobreza evangélica é assumida na espontaneidade e naturalidade das relações entre o povo e seus pastores. É preciso, todavia, assumi-la conscientemente, sobretudo, valorizando a igual dignidade de todos diferindo-se nas responsabilidades. Todos os batizados, incluindo-se o Papa, cardeais, Bispos, padres, religiosos são tão irmãos quanto se deixarem ser. E tão distante quanto se apresentarem.

A Igreja acontece inicialmente pelas relações fraternas, só depois os conteúdos teóricos são assimilados. Sem passar pelas relações, não há como atingir nem o coração e nem a mente das pessoas, formando-se tão somente pequenos guetos dos que se sentem distantes e protegidos do povo. A relação de familiaridade é antídoto para as doenças do isolamento, da falta de sentido na vida e do egoísmo humano. Os vínculos fomentados superam os interesses de relacionamentos profissionais e puramente rituais.

Há outra lógica da riqueza com um sentido diferente à pobreza, e precisa ser melhor assumida. Essa perspectiva difere da escassez ou ausência de recursos financeiros, da carência de bens materiais e da rejeição ao movimento do mercado. Pobre nessa realidade é quem rejeita os valores humanos e cristãos, não valoriza a própria dignidade e por isso se deixa envolver na miséria social, cultural e econômica. A pobreza humana vem antes. Só a falta de recursos financeiros não é determinante. A riqueza humana, ecológica, familiar, cultural supera o poder do dinheiro, pois essa riqueza o dinheiro até pode ferir, mas não consegue comprar.

A organização pastoral e administrativa da Diocese não goza do peso da burocracia. Tem estrutura que permite mais rapidez no atendimento ao povo, acessibilidade aos pastores e envolvimento nos processos de decisões por parte dos agentes de evangelização. Todavia, vale afirmar conscientemente esse modelo de organização e assumi-lo firmado nos princípios de proximidade ao povo, transparência e corresponsabilidade. Ademais, valorize-se mais o processo e o tempo investido nele do que a rapidez patrocinada pelo dinheiro pago. Dinheiro consegue coisas. O processo vivido no tempo constrói pessoas e forma, ou deforma, mentalidades.

Como sugestão seria indicativo que os enviados em missão para a Amazônia estejam abertos para refazer sua cosmovisão (humana, de fé, de cultura), como se exige naturalmente

de quem é enviado à missão além de suas fronteiras geográficas. A Amazônia não é um lugar pior, nem melhor, é apenas diferente, onde a riqueza financeira é muito grande, mas a riqueza de vida é incalculável. O Amazonas é o 6º Estado mais rico do Brasil em dinheiro, mas não se sabe ao certo qual o tamanho de sua biodiversidade. É preciso olhar e valorizar com alegria as riquezas que a ciência não consegue ver, nisso se oculta e se revela o mistério de Deus. E nessa realidade espaço-temporal se realiza a missionariedade da Diocese de Coari.

BIBLIOGRAFIA

1. Fontes

A Bíblia de Jerusalém. Nova Edição Revista e ampliada, São Paulo: Paulus, 2002.

Constituição Dogmática *Lumen Gentium- sobre a Igreja*, do Concílio Vaticano II.

Constituição Pastoral *Gaudium et Spes- sobre a Igreja no mundo de hoje*, do Concílio Vaticano II.

Decreto *Ad gentes- sobre a atividade missionária*, do Concílio Vaticano II.

DENZINGER, H. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. 43ª ed. Atualizada por J.Konings. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2015.

2. Documentos do Magistério Universal

BENTO XVI. *Carta Encíclica Deus Caritas Est, sobre o amor cristão*. (25 de dezembro de 2005), Roma: Libreria Editrice Vaticana.

Código de Direito Canônico (Codex Iuris Canonici) (25 de Janeiro de 1983), promulgado por João Paulo II. São Paulo: Loyola, 1983.

COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Constituições, Decretos e Declarações*. Petrópolis: Vozes, 17ª ed., 1984.

CONGREGAÇÃO PARA OS BISPOS. *Diretório para o ministério pastoral dos bispos, sucessores dos apóstolos*. São Paulo: Loyola, 2005.

FRANCISCO. *Evangelii Gaudium: Exortação Apostólica do Sumo Pontífice sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual* (Roma, 24 de Novembro de 2013). São Paulo: Loyola/Paulus, 2013.

JOÃO PAULO II. *Carta Apostólica Novo Millenio Ineunte no início do novo milênio*. São Paulo: Edições Paulinas, 2000.

_____. *Exortação Apostólica pós-sinodal Pastore Dabo Vobis sobre a formação dos sacerdotes nas circunstâncias atuais*. (25 de março de 1992). Roma: Libreria Editrice Vaticana.

_____. *Carta Encíclica Redemptoris missio, sobre a validade permanente do mandato missionário*, (Roma 07 de dezembro de 1990), disponível em www.w2.vatican.va, acesso em 20 de abril de 2017.

PAULO VI. *Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi, sobre a Evangelização no mundo contemporâneo* (Roma, 8 de dezembro de 1975), Petrópolis: Vozes, 1976.

SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Instrução Libertatis Nuntius sobre alguns aspectos da teologia da libertação*, de 06 de agosto de 1984.

_____. *Instrução Libertatis Conscientia sobre a liberdade cristã e a libertação*, de 22 de março de 1986.

3. Documentos do CELAM

CELAM. *Conclusões da Conferência de Medellín, 1968: Trinta anos depois, Medellín é ainda atual?* São Paulo: Paulinas, 1998.

_____. *Conclusões da Conferência de Puebla*, São Paulo: Paulinas, 1986.

_____. *Documento de Aparecida*. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2007.

4. Documentos da CNBB

CNBB. *Plano de Pastoral de Conjunto 1966-1970*. Brasília. 2004, <<http://www.cnbb.org.br/publicacoes-2/documentos-para-downloads-2>>, acesso em 20 de abril de 2017.

_____. *Exigências evangélicas e éticas de superação da miséria e da fome: “alimento, dom de Deus, direito de todos”*. São Paulo: Paulinas, 2002. (Doc.69).

_____. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2011-2015- Jesus Cristo, “Caminho, verdade e vida” (Jo 14,6)*, Aparecida-SP, texto aprovado em 9 de maio de 2011, <<http://www.cnbb.org.br/publicacoes-2/documentos-para-downloads-2>>, acesso em 20 de abril de 2017.

_____. *Comunidade de comunidades: uma nova paróquia- a conversão pastoral da paróquia*, Aparecida-SP, 2014, <<http://www.cnbb.org.br/publicacoes-2/documentos-para-downloads-2>>, acesso em 20 de abril de 2017.

_____. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2015- 2019*. Aparecida-SP, 2015, disponível em <<http://www.cnbb.org.br/publicacoes-2/documentos-para-downloads-2>>, acesso em 20 de abril de 2017.

5. Documentos da Amazônia

CNBB- REGIONAL NORTE I. Linhas prioritárias da pastoral na Amazônia. In: GUIDOTTI, Humberto; OLIVEIRA, JA. *A Igreja arma sua tenda na Amazônia*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000, p. IX-XXXI.

COMISSÃO EPISCOPAL PARA A AMAZÔNIA- CNBB. A missão da Igreja na Amazônia- os desafios de ontem, de hoje e de sempre. In: CNBB. *Desafio Missionário- Documentos da Igreja na Amazônia*. Coletânea. Brasília: Edições CNBB, 2014, p.125-153.

HÉBETTE, Jean. Que Amazônia foi construída nos últimos 25 anos? (Um balanço na ocasião da comemoração dos 25 anos do Documento de Santarém – 1972). In: GUIDOTTI,

Humberto; OLIVEIRA, JA. *A Igreja arma sua tenda na Amazônia*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas. 2000, p. 3- 26.

6. Documentos da Igreja de Coari

PRELAZIA DE COARI. *Diretório pastoral da Prelazia de Coari*. Coari, 2003.

_____. *Pistas de ações evangelizadoras (2005-2008)*. Desbravai uma nova Roça. Coari, 2004.

_____. *Plano de Evangelização (2010-2013): Renovar a Missão e avançar na Evangelização*, Coari, 2010.

DIOCESE DE COARI. *Plano Pastoral de Evangelização (2016-2019)*. Coari, 2016.

REGIS, Gutemberg Freire. *Pistas da Caminhada*. Manaus: Belvedere, 1999.

_____. *Pistas das Assembleias*. Manaus: Belvedere, 2000.

_____. *Pistas Ribeirinhas*. Manaus: Belvedere, 2001.

7. Dicionários

BRIGHENTI, Agenor. Pastoral. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner L. (orgs). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus/Paulinas, p.716-724.

CALIMAN, Cleto. Povo de Deus/Igreja. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner L. (orgs). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2015, p.757-764.

CRUZ, Eduardo R. da. Ciência, In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner L. (orgs). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus/Paulinas, p. 120-127, 2015.

GONÇALVES, PSL. *Gaudium et Spes*. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner L. (orgs). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2015, p. 395-400.

MARCHIONNI, Antônio. Humanismo. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner L. (orgs). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2015, p. 443-447.

PASSOS, João Décio. Diálogo. In: SANCHEZ, Wagner L. (orgs). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2015, p. 266-273.

QUEIROZ, José J. Direitos Humanos. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner L. (orgs). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2015, p. 288-292.

SANCHEZ, Wagner L. História. In: PASSOS, João Décio. (orgs). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2015, p. 437-440.

SOARES, Afonso M. Ligório. Tradição. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner L. (orgs). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2015, p. 978-985.

SUESS, Paulo. Missão/Evangelização. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner L. (orgs). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2015, p. 627-634.

_____. Sinais dos tempos. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner L. (orgs). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2015, p. 895-901.

SUSIN, Luiz Carlos. Salvação/libertação. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner L. (orgs). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2015, p. 867-870.

VALLE, J. Edênio dos R. *Ad Gentes*. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner L. (orgs). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2015, p. 7-8.

VILHENA, Maria Angela. Corpo. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner L. (org). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2015, p. 219-223.

XAVIER, Donizete J. Diocese. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner L. (org). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2015, p. 287-288.

WOLFF, Elias. Comunhão. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner L. (org). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2015, p. 162-169.

NOVO AURÉLIO. *O dicionário da língua portuguesa*. 3ª ed., Edição eletrônica: Positivo informática (versão 5.0), 2004.

8. Estudos em livros e dissertações

ALBERIGO, Giuseppe. *A Igreja na história*. São Paulo: Paulinas, 1999. (título original *La chiesa nella historia*, Brescia 1988).

_____. *Breve história do Concílio Vaticano II: (1959-1965)*, 2ª reimpressão. Aparecida-SP: Editora Santuário, 2013 (título original *Breve storia del concílio Vaticano II*, Bologna 2005).

AMALADOSS, Michael. *Missão e inculturação*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

ASLAN, Reza. *Zelota- a vida e a época de Jesus de Nazaré*. Rio de Janeiro: RJ. Zahar Editora, 2013.

AZEVEDO, Marcello. *Comunidades eclesiais de base e inculturação da fé. A realidade das CEBs e sua tematização teórica, na perspectiva de uma evangelização inculturada*. São Paulo: Loyola, 1986.

BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2004 (Título original: *Liquid love: on the frailty of human bonds*).

BOFF, Clodovis. *Sinais dos tempos- princípios de leitura*. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo libertador: ensaio de cristologia crítica para o nosso tempo*. 9ª edição. Petrópolis: Vozes, 1983.

BOSCH, David J. *Missão transformadora: mudanças de paradigma na teologia da missão*. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2002 (título original *Transforming Mission: Paradigm Shifts in Theology of Mission*, New York, 1991).

BRIGHENTI, Agenor. *Em que o Vaticano II mudou a Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2016.

CATÃO, F. Augusto Carmil. O perfil distintivo do Vaticano II: recepção e interpretação. In: GONÇALVES, PSL; BOMBONATTO, Vera Ivanise (orgs). *Concílio Vaticano II: análises e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 95-115.

CAVIGNAC, Julie; CIACCHI, Andrea. Ouvir a cultura: antropólogos, memórias, narrativas. In: BELTRÃO, Jane F; ECKERT, Cornelia; LIMA FILHO, Manuel (orgs). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 319-342. (Associação Brasileira de Antropologia).

CALIMAN, Cleto. A eclesiologia do Concílio Vaticano II e a Igreja no Brasil. In: GONÇALVES, PSL; BOMBONATTO, Vera Ivanise (orgs). *Concílio Vaticano II: análises e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 229-248.

CERETTA, Celestino. *História da Igreja na Amazônia Central*. vol. 2. Manaus: Biblos, 2014.

COMBLIN, José. *O Espírito Santo e a Tradição de Jesus*. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2012.

_____. *O povo de Deus*. São Paulo: Paulus, 2002.

COSTA, Elcivan Alencar da. *A identidade cristã à luz do “princípio misericórdia” na Cristologia de Jon Sobrino*. Belo Horizonte: 2013, 147 p. Dissertação (mestrado) – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Departamento de Teologia.

COSTA, Gelmino. Migração na Amazônia. In: GUIDOTTI, Humberto; OLIVEIRA, J.A.(orgs). *A Igreja Arma sua tenda na Amazônia*, Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000, p. 55-68.

DOWBOR, Monika; HOUTZAGE, Peter; SERAFIM, Lizandra. *Enfrentando os desafios da representação em espaços participativos*. São Paulo: CEBRAP: IDS, 2008.

EUFRÁSIO, Thiago de Moliner. *Jesus Cristo e a pessoa humana: a dignidade humana como graça e missão a partir da Gaudium et Spes* 22, 2016, 90 p. Dissertação (Mestrado em Teologia Sistemática) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FORTE, Bruno. *A Igreja, Ícone da Trindade*, São Paulo: Edições Loyola, 2005.

FRANCISCO. Discurso do Santo Padre Francisco. In: SISTACH, Lluís Martínez (org). *A pastoral das grandes cidades- Atas do I Congresso Internacional*, Brasília: Edições CNBB, 2016 (Tradução de Hugo C. da S. Cavalcante), p. 444.

GAWORA, Dieter. *Urucu- impactos sociais, ecológicos e econômicos do projeto de petróleo e gás “Urucu” no Estado do Amazonas*. Manaus: Editora Valer, 2003. Pesquisa para o doutorado pela Universidade de Kassel.

GONÇALVES, PSL. A teologia do Concílio Vaticano II e suas consequências na emergência da Teologia da Libertação. In: GONÇALVES, PSL; BOMBONATTO, Vera Ivanise (orgs). *Concílio Vaticano II: análises e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 70-94.

HAIGHT, R. *O futuro da cristologia*. São Paulo: Paulinas, 2008.

HOORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; et al. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Tomo II/1. Petrópolis: Vozes, 1992.

LIBÂNIO, J.B. *Concílio Vaticano II- em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LIBÂNIO, J.B. Questões pendentes do Concílio Vaticano II. In: BRIGHENTI, Agenor; ARROYO, Francisco Merlos (orgs). *O Concílio Vaticano II: batalha perdida ou esperança renovada?* São Paulo: Paulinas, 2015, p. 329- 351.

LIMA, Deborah. Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. In: _____ (org). *Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade*, 2005, p. 337-386.

LIMA, Roberto Kant de; MOTA, Fabio Reis; PIRES, Lenin. Efeitos da igualdade e da desigualdade no espaço público da Amazônia. In: LIMA, Débora (org). *Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade*. Manaus: Ibama/Pro Várzea, 2005, p. 37-58.

LOPES, Leandro José. *A teologia do laicato na Constituição Dogmática Lumen Gentium e nas Conferências Gerais do Episcopado da América Latina*, 2012, 133 p. Dissertação (Mestrado em Teologia Sistemática), Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

LOUREIRO, Antônio José Souto. *História da Navegação no Amazonas*. Manaus: Gráfica Lorena Ltda, 2007.

MARINO JÚNIOR, Raul. *A religião do cérebro: as novas descobertas da neurociência a respeito da fé humana*. São Paulo: Editora Gente, 2005, p. 82.

MARINUCCI, Roberta; MILESI, Rosita. Os migrantes e a missão eclesial- representações sociais de migrantes e refugiados num mundo idólatrico. In: LABONTÉ, Guy; ANDRADE, Joachim (orgs). *Caminhos para a missão- fazendo missiologia contextual*. Brasília: abc BSB Editora, 2008, p.123- 148.

MANZINI, Rosana. A Igreja em diálogo com o mundo moderno- *Gaudium et Spes*. In: _____ALMEIDA, J.C; MAÇANEIRO, Marcial (orgs) *As Janelas do Vaticano II: a Igreja em diálogo com o mundo*, Aparecida, SP: Editora Santuário, 2013, p. 211-240.

MEDEIROS, Amélia; BERGSON, Sarita. O COEP e tecnologia de informação e Comunicação. In: COMITÊ DE ENTIDADES NO COMBATE À FOME E PELA VIDA.

Das ruas às redes: 15 anos de mobilização social na luta contra a fome e pobreza. Rio de Janeiro: COEP, 2008, p. 286-297.

MENEZES, R.C. Às margens do Censo de 2010: expectativas, repercussões, limites e usos dos dados de religião. In: MENEZES, R.C; TEIXEIRA, Faustino (orgs). *Religiões em movimento: o censo de 2010*, Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 330-346.

MIRANDA, Mário de França. *A Igreja que somos nós*. São Paulo: Paulinas, 2013.

MUCKERMAN, Norman J. *Redentoristas na Amazônia. Os primeiros 50 anos*. Manaus. [s.n], 1992.

MÜLLER, Karl. *Teologia da missão*. Petrópolis: RJ, Editora Vozes, 1995.

OLIVEIRA, Liliane Costa. *Vida religiosa ribeirinha- um estudo sobre a Igreja Católica e Evangélica no Amazonas*. Manaus: 2012, 154 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Amazonas.

ORIOLO, Edson. *Paróquia renovada: sinal de esperança*. São Paulo:Paulus, 2017.

PAGOLA, José Antônio. *Jesus aproximação histórica*. 5ª ed., Petrópolis: Vozes, 2012 (título original *Jesús aproximación histórica*).

PONTES FILHO, R.P. *Estudos de história do Amazonas*. Manaus: Editora Valer, 2000.

RATZINGER, Joseph. *O novo povo de Deus*. São Paulo: Edições Paulinas, 1974.

RESTORI, Memori. *A missão no Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2015.

RIBEIRO, Nelson Figueiredo. A Amazônia na Geopolítica Brasileira e Internacional. In: GUIDOTTI, Humberto; OLIVEIRA, J.A. *A Igreja arma sua tenda na Amazônia*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000, p. 27-51.

RIVERO, PJ. De Velasco. Da Igreja, luz do mundo, ao mundo, alegria e esperança da Igreja- a virada antropológica do Concílio Vaticano II. In: BRIGHENTI, Agenor; ARROYO, Francisco Merlos (orgs). *O Concílio Vaticano II: batalha perdida ou esperança renovada?* São Paulo: Paulinas, 2015. p. 87-107.

RODRIGUES, KA. *A urbanização de Coari em função da dinâmica orçamentária: o caso do saneamento básico*. 2013, 116 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

ROXO, Roberto Mascarenhas. *O Concílio- teologia e renovação*. Petrópolis: Vozes, 1967.

SANTOS, D.M.A. *Na trilha do gasoduto: a dinâmica socioeconômica das comunidades rurais a partir da passagem do Gasoduto Coari-Manaus, em Manacapuru*. 2011, 90 p. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

SILVA, F.A.B. *O resgate do catecumenato na formação dos cristãos na prelazia de Coari*, 2008, 149 p. Dissertação (Mestrado em Teologia Sistemática), Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, São Paulo.

SILVA, F.A.B.(org). *Prelazia de Coari, jubileu de ouro 1963-2013- 50 Anos evangelizando no Coração do Amazonas*. Coari: [s.n], 2013, no prelo.

SISTACH, Lluís Martínez (org). *A pastoral das grandes cidades- Atas do I Congresso Internacional*, Brasília: Edições CNBB, 2016 (Tradução de Hugo C. da S. Cavalcante).

SOUZA, Márcio. *Breve história da Amazônia*. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

SOUZA, Ney de. Antecedentes e evento histórico. In: ALMEIDA, J.C; MANZINI, Rosana; MAÇANEIRO, Marcial (orgs). *As Janelas do Vaticano II: a Igreja em diálogo com o mundo*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2013, p.65-82.

SUESS, Paulo. *Introdução à teologia da missão: convocar e enviar servos e testemunhas do Reino*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

_____. Missiologia como teologia fundamental. In: BRIGHENTI, Agenor; ARROYO, Francisco Merlos (orgs). *O Concílio Vaticano II: batalha perdida ou esperança renovada?* São Paulo: Paulinas, 2015, p. 187-207.

TOCANTINS, Leandro. *O rio comanda a vida- uma interpretação da Amazônia*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1961.

9. Artigos de revistas e de Eventos

ALVES, Rodrigo Fernando; GERALDO, Denilson. A cultura do encontro na nova paróquia. In: *Revista de Cultura Teológica*, n. 88, p. 425-446, jul/dez. 2016.

ANTONIAZZI, Alberto. Planejamento pastoral- reflexões críticas. In: *Perspectiva Teológica*. Belo Horizonte, v. 21, n. 53, p. 101-112, 1989.

BINGEMER, MCL. Um Deus para ser amado. Algumas reflexões sobre a doutrina trinitária em Karl Rahner. In: *Perspectiva Teológica*. Belo Horizonte. v. 36, n. 98. p.125-141, 2004.

BRIGHENTI, Agenor. Por uma evangelização realmente nova. In: *Perspect. Teológica*. Belo Horizonte, v. 45, n. 125, p. 83-106, jan./abr, 2013.

BUROCCHI, AM. Deus Trindade. In: *Horizonte*. Belo Horizonte, v. 10, n. 26, p.522-537, abr/jun 2012.

CALIMAN, Cleto. Igreja, Povo de Deus, sujeito da Comunhão Eclesial. In: *Horizonte*. Belo Horizonte, v. 9, n. 24, p. 1047-1071, dez. 2011.

CAMPOS, Ipojuca Dias. Matrimônio, família e lutas religiosas cotidianas na *Gaudium et Spes*. In: *Horizonte*. Belo Horizonte, v. 9, n. 24, p. 1072-1089, dez. 2011.

CONRADO, Sérgio. O planejamento pastoral à luz do Documento de Aparecida. In: *Revista de Cultura Teológica*, n. 64, p. 75-88, jul/set 2008.

CORRÊA, Márcio Ferreira Nery. A lógica da territorialidade católica na região amazônica. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10., São Paulo, 2005, *Anais*, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 3609- 3625.

FAZIO, Mariano. *La autonomia de las realidades terrestres en la Gaudium et Spes*. In: *Teocomunicação*. Porto Alegre, v. 35, n. 150, p. 639-655, dez. 2005.

FROTA, Claudio; MOURA, J.B. Transporte misto de cargas e passageiros através de barcos regionais (recreios) no Estado do Amazonas: Uma proposta para cálculo da modicidade da tarifa. In: *RECED- Revista Eletrônica Ciência e Desenvolvimento*, v. 2, n. 3, p. 23-41, jan/jul. 2016.

GORDIANO, Raimundo. A festa do povo de Deus. In: *Revista Eletrônica Espaço Teológico*, v. 10, n.18, p.156-167, jul/dez. 2016.

HACKMANN, Geraldo LB. A Igreja da Lumen Gentium e a Igreja da Gaudium et Spes, In: *Teocomunicação*. Porto Alegre, v. 35, n. 150, p. 657-676, dez 2005.

HUMMES, Claudio. Contribuições da *Gaudium et Spes* para a compreensão pastoral do homem de hoje. In: *Teocomunicação*. Porto Alegre, v. 35, n. 150, p. 625-637, dez. 2005.

IVEREIGH, Austen. *El Papa Francisco y el 'resurgimiento católico latinoamericano'*. In: Congresso Internacional de Teologia *'Interpelaciones del Papa Francisco a la Teología hoy'*. Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá: Colômbia, 2016 (18-20 de setembro).

KLOPPENBURG, Boaventura. Noções basilares humanas na GS. In: *Teocomunicação*. Porto Alegre, v. 35, n. 150, p. 677- 694, dez. 2005.

LIBÂNIO, JB. Plausibilidade do Cristianismo nos dias atuais. In: *Horizonte*. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 9-25, 1º sem. 1997.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. In: *Estudos Avançados*, v.16, n. 45, p.107-121, 2002.

MANZATTO, Antônio. Fundamentos teológicos da GS. In: *Revista de Cultura Teológica*. n. 68, p. 75-92, jul/dez 2009.

_____. O teólogo, responsável pelo mundo. In: *Ciberteologia- Revista de Teologia & Cultura*. São Paulo. Ano III, n. 10, p. 67-73, mar/abr. 2007.

NEVES, Delma Pessanha. Os ribeirinhos- agricultores de várzea: formas de enquadramento institucional. In: *Novos Cadernos NAEA*. vol. 12. n. 1, p. 67-92, jun. 2009.

NOGUEIRA, Raimundo Augusto M. *Manacapuru: memória das lutas populares*, Manacapuru. [s.n], 2000, mimeografado.

OTTAVIANI, Edelcio. Comunidades Eclesiais: uma família maior- homenagem a dom Luciano Mendes de Almeida. In: *Revista de Cultura Teológica*, n. 69, p.147-156, jan/mar 2010.

PARRA, Alberto. *Vaticano II: memoria y profecia*. In: *Congreso Internacional de Teologia 'Interpelaciones del Papa Francisco a la Teologia hoy'*. Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá: Colômbia, 2016 (18-20 de setembro).

PELÁEZ, Jorge Humberto. *Apertura del Congreso Internacional de Teologia 'Interpelaciones del Papa Francisco a la Teologia hoy'*. Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá: Colômbia, 2016 (18-20 de setembro),

ROUTHIER, Gilles. *Gaudium et Spes: a aprendizagem da Igreja Católica no diálogo com o mundo*. In: *Perspectiva Teológica*. Belo Horizonte, v. 47, n. 132, p. 161-178, mai/ago 2015.

SANTOS, B.B. A perspectiva eclesiológica do Vaticano II, perfil da Igreja do terceiro milênio. In: *Revista de Cultura Teológica*, n. 26, p. 59-67, 1999.

SILVA, MF. Uma eclesiologia de Comunhão. In: *Revista de Cultura Teológica*, n. 76, p. 119-137, out/dez 2011.

SPADARO, Antonio. *El magisterio del papa Francisco*. In: *Congreso Internacional de Teologia 'Interpelaciones del Papa Francisco a la Teologia hoy'*. Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá: Colômbia, 2016 (18-20 de setembro).

SUESS, Paulo. Igreja em saída: compromissos e contradições na proposta missionária do Papa Francisco, in *Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor.*, Curitiba, v. 8, n. 3, 659-671, set./dez. 2016.

ZILLES, Urbano. A *Gaudium et Spes* e as ciências. In: *Teocomunicação*. Porto Alegre, v. 35, n. 150, p. 695- 710, dez. 2005.

10. Em meios eletrônicos

FÁVERO, Osmar. *MEB- Movimento de Educação de Base, primeiros tempos: 1961-1966*. In: Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação 'Igreja, Estado, sociedade civil-instâncias promotoras do ensino'. 5., Évora: Portugal, 2004, p. 13. <disponível em [www.http://purl.pt/20476](http://purl.pt/20476)>, acesso em 01/03/2017.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. *Plano Estadual de Educação*. Manaus, 2008. Disponível em www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/file/pee/pee_am.pdf Acesso em 03 de abril de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Histórico dos municípios disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>; acesso em 01/03/2017.

MATOS, G.C.G. Amazonas: a marca da água e o uso dos rios. In: *Simpósio Internacional Processo Civilizador- Civilização e Contemporaneidade*, 12., Recife: Brasil, 2009, p. 1-22. Disponível em < <http://cev.org.br/eventos/xii-simposio-internacional-processo-civilizador>>, acesso em 24/08/2017.

MELO, Lucilene Ferreira de; PEÑARANDA, T.C. Por uma análise crítica: a educação no Estado do Amazonas e o Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010). In: Jornada Internacional de Políticas Públicas. 5., São Luiz: Brasil, 2011, Universidade Federal do Maranhão, p.5-6. Disponível em <www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSE_S_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DE_EDUCACAO/POR_UMA_ANALISE_CRITICA.pdf> Acesso em 03 de Abril de 2017.

SANTOS, CJO. *Os arquivos das primeiras prelazias e dioceses brasileiras no contexto da legislação e práticas arquivísticas da Igreja Católica*, 2005, 237 p. Dissertação (Mestrado em ciência da informação), Universidade de Brasília, Disponível em <<http://bd.camara.gov.br>>, acesso em 23/02/2017.

11. Livros manuscritos

DIOCESE DE COARI, Relatório da Primeira Assembleia Diocesana da Cáritas. Beruri, 17 de dezembro de 2015.

PARÓQUIA IMACULADA CONCEIÇÃO DE ANORI. *Livro Tombo*. Arquivo paroquial. Abertura em 15 de março de 1974, Vol. III.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO DE COARI. *Livro Tombo*. Arquivo paroquial. Abertura em 13 de junho de 2010, Vol. I.

PRELAZIA DE COARI. *Ata da 27ª Assembleia Pastoral, de 13-15 de dezembro de 2002*, Arquivo Prelático.

PRELAZIA DE COARI. *Ata da 29ª Assembleia Pastoral, de 17-19 de dezembro de 2004*, Arquivo Prelático

SOCIEDADE DAS MISSÕES ESTRANGEIRAS DE QUEBEC, PGM MANAUS, Arquivos da Comunidade Local, Manaus, 2004.